

A questão do ensino popular começou a ser encarada, então, como um problema prioritário, de ordem política: queriam, liberais e republicanos, a reforma da escola para obter a melhoria da sociedade. Mas essa necessidade não foi sentida apenas pelos representantes das novas lideranças políticas. De um modo geral, as elites esclarecidas do país viam a educação como o fator responsável pelo estado da sociedade, postulando, como um dever do país, o de proporcionar a todos os meios de obter a maior soma de habilitações necessárias ao cumprimento de seus deveres cívicos e sociais. Especialmente na Província de São Paulo, a instrução do povo era encarada como o fator mais importante para levá-la a um estágio de progresso social e moral que correspondesse à fase de desenvolvimento material que vinha atravessando:

A elevação da sua receita orçada, que promete atingir em breve as alturas da segunda receita provincial do Império, o crescimento de sua indústria, o desenvolvimento de seu comércio, o aumento progressivo da sua lavoura, as vias de comunicação que se preparam e estendem por todos os pontos da província indicam que não é natural esse desequilíbrio entre o desenvolvimento moral e intelectual, e o desenvolvimento material dessa rica e importante parte do Império. Encarado sob outro aspecto, e em suas múltiplas relações, o ensino público seria um auxílio poderoso para os grandes cometimentos da Província, proporcionando a seus filhos maior soma de conhecimentos e fazendo assim avultar os talentos e aptidões nas diversas órbitas de sua atividade.¹⁰⁰

Na tentativa de diminuir a distância entre o papel real que a escola pública desempenhara até então e o que passara a ser-lhe atribuído, foram decretadas várias reformas ao longo dos anos 70 e 80, que indicam uma intensificação dos cuidados do governo com a extensão e melhoria da rede escolar primária, com o preparo de professores diplomados para prover as escolas criadas e, com o efetivo funcionamento desses estabelecimentos. Pela Lei nº 9, de 22 de março de 1874, a Assembléia Provincial tornou obrigatória a instrução primária nas cidades e vilas da Província e criou uma nova Escola Normal. Essa lei alterou também o sistema de inspeção escolar pelo estabelecimento de um Conselho de Instrução em cada município, em substituição às delegações dadas anteriormente às Câmaras Municipais, pela Lei de 1827, e aos inspetores de Distrito, pelo Regulamento de 1851. A Lei nº 130, de 25 de abril de 1880,

130
A

181

pelos seus artigos 1º e 14, autorizou o governo a reabrir a Escola Normal, suprimida em 1878 pela inexistência de dotação orçamentária. No uso de suas atribuições, reabriu o governo, em 2 de agosto de 1881, aquele estabelecimento, reestruturado pelo Regulamento de 30 de junho do ano anterior, com evidentes melhorias: curso de três anos, freqüência mista, professores selecionados por concurso, maior número de matérias, instalações de laboratórios de Física e Química e compra no exterior de livros para a biblioteca. O estudo das matérias pedagógicas continuou, porém, inexpressivo: resumida ao ensino da disciplina pedagogia e metodologia, insolitamente vinculada ao da doutrina cristã, pela divisão de cadeiras, a formação didática dos professores continuou sendo feita sem a parte prática, embora duas escolas primárias anexas à Normal tivessem sido instaladas, desde 1877, para a prática dos normalistas.

O plano da reforma geral só foi decretado, contudo, em 2 de maio de 1885. Deu-se a especial atenção aos aspectos da fiscalização do ensino, com divisão da Província em distritos escolares e a criação de um Conselho Diretor e de um Conselho de Instrução nos municípios. A Lei determinou também, entre outras providências, o franqueamento das escolas públicas a alunos de crenças acatólicas, sem supressão do ensino do dogma cristão. A freqüência a esta aula tornou-se, porém, facultativa, medida cuja aprovação representou, de um lado, o atendimento às reivindicações de liberdade de ensino e de culto que vinham sendo formuladas por liberais e republicanos, e, de outro, o reconhecimento da importante presença dos imigrantes protestantes da Província de São Paulo.¹⁰¹ Nova reforma foi decretada pela Lei nº 81, de 6 de abril de 1887, e Regulamento de 22 de agosto do mesmo ano. O Regulamento da Escola Normal já havia sido aprovado em 3 de janeiro.

Estavam em vigor as leis de 1887, quando se verificou a mudança do regime político.

Esse conjunto de disposições não conseguiu um pleno funcionamento: atacando parte dos problemas do ensino provincial, e sem o necessário suporte político-administrativo para a sua efetivação, suas medidas viriam a engrossar a lista das eternas e improficuas

191
A
182

referências da instrução pública no período imperial. Exigida por mu
lta¹⁰², a ampla reformulação destinada a organizar e sistematizar
 de modo substancial, o ensino popular seria concretizado apenas na
 década seguinte, já sob o regime republicano.

A aprovação da Lei nº 54, de 1868, não garantia apenas o
 funcionamento de estabelecimentos privados não qualificados. Mui-
 tos particulares responderam ao movimento pró-educação popular de
 responsabilidade dos poderes públicos, com iniciativas renovado-
 ras e enriquecedoras de vários setores do ensino sob a sua respon-
 sabilidade. Associações particulares patrocinaram a abertura de au-
 las noturnas para o ensino de adultos na capital e em várias cida-
 des do interior. Em 1873, já existiam na Província 7 cursos notur-
 nos masculinos de 1º grau e um de 2º grau para ambos os sexos,
 sustentado este na capital desde 1873 pela "Sociedade Propagadora
 da Instrução Popular", com as seguintes matérias: leituras de clás-
 sicos, português, composição, gramática, geografia, matemática, fí-
 sica, política, história do Brasil, língua francesa, escritura
 mercantil e música vocal.¹⁰³ A loja Maçônica "América" mantinha
 em São Paulo uma escola noturna com biblioteca, onde trabalharam
 José Luiz Flaquer, Américo de Campos e Luiz Gama. Fruto de movimen-
 to semelhante foi a fundação, em 1874, em Campinas, do Colégio
 "Culto à Ciência", de instrução primária e secundária, mantido sem
 fins lucrativos por um grupo de particulares, do qual faziam par-
 te vários próceres republicanos.

A instalação do ensino profissional foi também obra de
 particulares. A citada "Sociedade Propagadora da Instrução Popu-
 lar" manteve em São Paulo, desde 1882, o "Liceu de Artes e Ofícios",
 que se tornou uma das escolas de maior prestígio do país. O "Insti-
 tuto Ana Rosa", fundado pelo Barão de Souza Queiróz, foi outro em-
 prendimento de vulto existente em São Paulo, nas últimas décadas
 do Império. Dedicado ao amparo da infância desvalida, os alunos do
 "Ana Rosa" aprendiam, juntamente com as disciplinas de instrução
 primária, um ofício que os habilitasse a ganhar a vida.

Em relação ao ensino elementar, as inovações mais relevan-
 tes das escolas particulares disseram respeito à introdução dos
 jardins de Infância, e à divulgação de novos métodos de ensino. O
 Kindergarten, conquista da pedagogia europeia e americana da época,

1872
 1873

... chegou à Província de São Paulo por intermédio das escolas es-
 magoas. Em 1883, visitando São Paulo, Koseritz faz referên -
 -cia elogiosas ao bom nível de ensino da "Escola Alemã", que man-
 -tinha um Jardim de Infância regido por duas professoras¹⁰⁴; des-
 -de 1877, funcionava o da "Escola Americana" e, em 1886, era insta-
 -lado o do "Colégio Piracicabano", ambos estabelecimentos de origem
 americana e confissão protestante. Quanto aos novos procedimentos
 didáticos que levavam os nomes do ensino intuitivo, lição de coisas
 e ensino concreto ou objetivo, em São Paulo, ao lado da "Escola A-
 -mericana", destacou-se a "Escola Primária Neutralidade", fundada em
 1884:

Inspirada nas idéias positivistas que animavam seus idea-
 -lizadores, João Kopke e Silva Jardim, a Escola Neutralidade
 consagrava o ensino leigo e ministrava a crianças de 7 aos 14
 anos as bases de uma formação enciclopédica: Língua Materna,
 Cálculo, Canto, Desenho, Francês, Italiano, Espanhol, Inglês,
 e as "ciências relativas ao mundo bruto, ao animado e ao soci-
 -al na sua parte mais concreta". Tudo isto, porém - observam
 os diretores, em Relatório endereçado às famílias dos alunos,
 ao fim do ano letivo de 1884 - sem a preocupação especial
 dos exames, sem a rotina dos compêndios ditos clássicos, sem
 a de pontos improvisados. O ensino de nossa escola resumir-se-
 -a em poucos professores e bastante trabalho; poucos livros e
 muita atenção; rara decoração, muitas notas e exercícios¹⁰⁵.

Entre os alunos que teriam freqüentado a Escola Neutrali-
 -dade aparecem os nomes das famílias mais conhecidas da Província,
 quer pela sua situação econômica, quer pelo seu renome intelectual.
 Entre eles viam-se Luiz e Alberto Dumont, os Egídio, os Pereira Bar-
 -reto, os Franco, os Paes de Barros, os Correia Galvão, os Eurico
 Souto, os Augusto de Carvalho, os Anhaia, os Monteiro de Abreu, Ma-
 -sequinho Lopes, João Monteiro Filho, os Siqueira Franco, os Whita-
 -ker de Oliveira, Caio e Plínio Prado, Jaime Campos e os primos Pes-
 -tana, Paulo Nereu, Sinésio e Nestor.¹⁰⁶

A renovação do ensino elementar por intermédio da inicia-
 -tiva privada alcançou também o interior da Província. Em Piracica-
 -ba, o professor Antonio Sardenberg, licenciado pela Escola Normal
 em 1878, mantinha nas horas vagas do seu magistério público um
 "Curso de Instrução Mista" onde lecionava leitura, caligrafia, gra-
 -mática portuguesa e aritmética, teórica e prática, cosmografia,
 geografia física e política e lições de coisas. Como ao comple -

133

184

1873, que se serviria do Livro de Imagens para o ensino intuitivo de um dos mais projectos pedagogos modernos da Clássica Suíça-F. Staub. Além disso, para satisfazer cabalmente as exigências do ensino deste curso... tem conhecimento de outros bons métodos modernos, tanto europeus como americanos. ¹⁰⁷

O empenho renovador da iniciativa privada alcançou também, embora muito mais raramente, a área dos estudos secundários. A liberdade de ensino instituída na Província de São Paulo, de fato e de direito, parece ter sido um dos fatores que, além de garantir esta situação inovadora, permitiu que se manifestasse em escolas confessionais mantidas por entidades americanas de fé protestante, que logo se colocaram na vanguarda do ensino paulista das últimas décadas do século.

Os colégios masculinos tradicionais, de modo geral, continuaram oferecendo, na metade do século, um ensino muito pobre, restrito às disciplinas fixadas pelos poderes públicos para os exames de ingresso às Academias do Império, ministradas sob a forma de cursos avulsos, irregulares e sem seriação. Se tomarmos como exemplo os colégios particulares de maior renome existentes nos inícios dos anos oitenta em Piracicaba - uma das mais progressistas cidades da Província - veremos que o elenco das matérias ensinadas era composto de disciplinas que integravam os exames parcelados de preparatórios, com um ou outro acréscimo. No "Liceu Francês", por exemplo, ensinava-se português, latim, francês, inglês, alemão, aritmética, álgebra, geometria, filosofia e desenho, e no "Externato", dirigido por Augusto Castanho e França Júnior, português, francês, aritmética, geometria, história, geografia, química e física. Os alunos do "Liceu Francês" decoravam previamente, em casa, as lições marcadas que, depois, eram explicadas pelos professores; as matérias estudadas eram de escolha dos pais dos alunos matriculados. ¹⁰⁸ O número e a variedade das disciplinas oferecidas não deve iludir-nos, pois, sobre o tipo de ensino aí ministrado, visto que sua finalidade precípua era adestrar os alunos, prepará-los para o ingresso nas Academias.

A presença em São Paulo, nos últimos anos do Império, de escolas confessionais católicas masculinas, não alterou significativamente esse panorama. Quase às portas da República, além do Se

184
185

seminário Episcopal, somente a Companhia de Jesus atuava na Província, com o seu Colégio de Itu, que ministrava bons preparatórios graças ao tradicional padrão de ensino dos seus mestres. Foi no século do Império que a Igreja Católica conheceu um reavivamento de sua missão catequética, entre outros motivos, graças à tomada de consciência da catolicidade brasileira, a partir da questão religiosa de 1874, da descaracterização em que vivia mergulhada. Assim, a Igreja Católica veria, nos fins do século, a possibilidade de alargar seu campo de ação pela instalação e manutenção de uma verdadeira rede de escolas. Em 1885, chegavam a São Paulo os padres Lassalistas, para dirigir a seção de alunos externos do Seminário Episcopal, e os Salesianos de Dom Bosco, que fundaram o "Liceu Coração de Jesus": era o início de um movimento que, desenvolvido concomitantemente pelas ordens religiosas femininas, daria às escolas confessionais, décadas mais tarde, em plena República, o predomínio quantitativo no campo da iniciativa privada dedicada ao ensino. Essas escolas católicas instaladas no final do Império, ofereceram, de modo geral, um ensino elementar melhor organizado que o público, mas em relação ao secundário não deixavam de ceder às exigências da época, ministrando-o ainda na forma de aulas avulsas e preparatórios. O "Colégio São Luiz" pode servir-nos de exemplo: seus Estatutos apontavam, como finalidade da instituição, a educação moral e intelectual da mocidade do sexo masculino pela frequência aos cursos primário e secundário. O Curso primário compreendia duas classes: a primeira abrangendo o ensino da leitura, caligrafia, doutrina cristã, aritmética; e, a segunda, as mesmas disciplinas, acrescidas de gramática da língua, análise da história pátria e história sagrada. No curso secundário haveria aulas de latim, francês, inglês, matemática, filosofia, retórica, história antiga, média e moderna e geografia universal. A capacidade do aluno regulava a frequência a mais de uma aula do curso secundário; os compêndios eram os mesmos adotados pelo Curso Anexo de preparatórios da Faculdade de Direito, sendo feito o controle do aproveitamento através de boletins semestrais.¹⁰⁹

Os pouquíssimos colégios masculinos que, nas últimas décadas do Império, procuravam dar aos alunos uma formação básica mais completa e não apenas prepará-los para os cursos superiores, emer-

198

186

alguns dentre os instalados para atender às necessidades de instru-
 ção de jovens não-católicos e de ascendência estrangeira. O Colé-
 gio Koelle é representativo das escolas desse tipo. Fundado em
 fins de 1863, como Escola Alemã, pelo professor Theodor Koelle, vin-
 de da Alemanha para ensinar aos filhos dos imigrantes de língua
 alemã estabelecidos na zona de Rio Claro, caracterizou-se, desde a
 sua criação, pelo seu sistema disciplinar e pela ênfase que dava
 às práticas esportivas, aspectos não habituais nos colégios da Pro-
 víncia. No entanto, mais que as apreciadas escolas italianas e ale-
 mãs, as americanas de confissão protestante iriam tornar-se o sím-
 bolo da renovação do ensino ministrado por particulares. O mais an-
 tigo desses colégios do país, o "Internacional",
 começou a funcionar em Campinas, em 1869. Na década de 70, além de
 várias escolas de primeiro grau, os protestantes americanos insta-
 larão a "Escola Americana" de São Paulo e, em 1881, o "Piracicaba-
 no", voltado especialmente para a instrução feminina.

Como vimos, os colégios masculinos, com raras exceções,
 não conseguiram escapar ao padrão imposto pelos exames parcelados.
 Os femininos, porém, não tendo que preparar sua clientela para o
 ingresso às Academias superiores, ainda vedada às mulheres, tive-
 ram mais liberdade, não apenas para enriquecer o acanhado programa
 de estudos que vinha ministrando, mas até mesmo para rejeitá-lo e,
 a exemplo do que se fazia nos Estados Unidos e Europa, ensaiar no-
 vas experiências de estudos avançados e regulares de ciências exa-
 tas, físicas e naturais, e línguas modernas.¹¹⁰ Ao lado dos colé-
 gios de J. B. Caldeira e do Dr. Cyridião Buarque, do Colégio "Bar-
 Jonas", do "Liceu Paulistano" do Dr. Canuto Thorman, do "Patrocí-
 nio", de Itu, e suas filiais de Taubaté, Piracicaba, Campinas, São
 Paulo e Franca, todos eles conservadores e de inspiração européia,
 aparecem como exemplos renovadores: o "Colégio Pestana", leigo e
 de orientação positivista, e o "Colégio Piracicabano", estabeleci-
 mento americano de confissão protestante. Este, desde o início de
 seus trabalhos, apresentou um currículo mais completo que o da mai-
 oria dos colégios femininos seus contemporâneos, abrangendo as se-
 guintes matérias: português, francês, latim, inglês e alemão, arit-
 mética, álgebra, geometria, astronomia, cosmografia, geografia,

186
 187

matrizes, desenho, música e trabalhos de agulha¹¹¹. Este programa visava proporcionar à mulher uma educação liberal, "que a salvasse do estado injurioso" em que ela se mantivera no passado, preparando-a ao mesmo tempo para ganhar sua vida independentemente e dirigir bem sua família¹¹².

Esse ambicioso projeto fora já compartilhado sem muito êxito pelo "Colégio Pestana". Instalado em São Paulo, em 1876, por Francisco Rangel Pestana, esse estabelecimento de ensino feminino se propunha "o grandioso pensamento de regenerar, na sociedade, o que ela possui de mais terno e amável - a mulher"¹¹³. Para levar a efeito esse objetivo, ministrava-se nas seis séries do curso um currículo seriado e completo, em que as línguas modernas e as ciências eram especialmente cultivadas. Do corpo docente do "Colégio Pestana" participaram Américo Brasiliense, Rubino de Oliveira, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, Caetano de Campos, Américo de Campos, João Kopke, Maestro Pons e Madame Casagrandi. Entre as famílias que mandaram suas filhas para o "Pestana", além de seus próprios docentes, estão os Moraes Barros, Pacheco e Silva, Romeiro, Lopes Chaves, Cerqueira César, Lopes de Oliveira, Pompeu, Rodvalho, José Salles, Alvarenga, José Maria Lisboa, Sampaio Moreira¹¹⁴. A experiência pioneira de Rangel Pestana não ultrapassou porém o 3º ano de existência: faltou-lhe o apoio seguro de um grupo onde recrutasse suas alunas, retaguarda que existia no caso de outros colégios renovados da época, como os americanos de confissão protestante, que acolhiam descendentes de imigrantes protestantes e norte-americanos estabelecidos na Província de São Paulo.

Esta não foi obviamente a única razão do renome alcançado pelas escolas americana de confissão protestante fundadas na última década do Império, e prolongado pela atuação das inúmeras outras do mesmo tipo estabelecidas nos primeiros tempos da República. Na Província de São Paulo, o êxito dessas instituições, sua aceitação, seu florescimento, também é explicável por outros fatores, que no momento apenas apontaremos, para desenvolvê-los nos capítulos seguintes.

Além do fato de serem absolutamente diferentes da maioria dos centros

137
A
188

particulares, e de concorrerem para atender à necessidade de ins-
 trução de algumas minorias estrangeiras, há que se considerar,
 também, a idéia das vinculações do catolicismo com espírito aris-
 tocrático e conservador e os velhos métodos pedagógicos, e a vi-
 são do protestantismo como versão religiosa dos ideais liberais e
 democráticos de que estavam imbuídas as lideranças políticas e
 culturais da Província de São Paulo, na época também ansiosas por
 uma renovação educacional. Nas décadas finais do Império, já se
 começava a discutir a questão da importância da ciência para a e-
 ducação nacional, numa tentativa de pôr o país à altura do século.
 Na Província de São Paulo ocorreu a transformação dos currículos
 de alguns colégios, que passaram a dedicar, em seus programas,
 mais espaço às várias ciências e suas aplicações práticas. Vere-
 mos que foram exatamente os colégios mais descomprometidos com os
 padrões tradicionais da sociedade brasileira, de que os métodos
 pedagógicos correntes eram exemplo, que tiveram êxito nas inova-
 ções. Ou seja, não foram nem as escolas públicas nem as confissões
 mais católicas, mas as americanas de confissão protestante, as
 que vieram consagrar, com sua ação, a mentalidade científica da
 época.

Finalmente, não podemos esquecer que as escolas protestan-
 tes americanas tinham evidentes fins de proselitismo, funcionando
 como agências catequéticas: a manutenção de estabelecimentos de
 ensino acadêmico representava na realidade, uma das técnicas de
 evangelização mais largamente empregadas pela Igreja Reformada
 na América. Justamente por isso, eram essas escolas suportadas fi-
 nanceiramente pelas Igrejas protestantes, o que em grande parte
 garantia o êxito de seu funcionamento.

Esta última questão será examinada no próximo capítulo;
 as demais no capítulo III.

138
189

139
A

190

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

¹Myriam Xavier Fragoso, "O Ensino Régio na Capitania de São Paulo (1759-1801)" (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1972), pp.209-211.

²Ibid., p.79. Os instrumentos legais régios que haviam estabelecido essa correlação, compõem a última fase das chamadas reformas pombalinas de instrução. São: a Lei e Mapa de 6 de novembro de 1772: "Nova Lei fundando novas Escolas Menores e multiplicando-as na forma do Mapa que as acompanha", e Alvará de 10 de novembro de 1772: "Lei abolindo as antigas consignações para instrução dos Estados e estabelecendo o Subsídio Literário".

³Os dados censitários existentes para a população de São Paulo indicam os totais de 238.323 e 280.000 habitantes, nos anos de 1819 e 1823 respectivamente. Nas mesmas datas, os totais do Brasil são de 3.596.132 e 3.960.866 habitantes. Maria Luiza Marcílio, "Evolução da População Brasileira através dos Censos até 1872", Anais de História (Assis) 6 (1974): 123-124.

⁴Saint-Hilaire, por exemplo, que a visitou em 1819 e 1822, não teve boa opinião do caráter dos paulistas. Achou-os "grosseiros, apáticos, e sem nenhum asseio", menos inteligentes e sociáveis que os mineiros, exceção feita aos moradores da cidade de São Paulo. A. de Saint-Hilaire, Viagem à Província de São Paulo e Resumo das Viagens ao Brasil, Província Cispla-

Uma e Missões do Paraguai, Bibl. Histórica Brasileira, III, (São Paulo: Martins, 1940), pp.112-113,124,130. Compare-se tal descrição com as afirmações que no final do Império faz Max Leclerc em Cartas do Brasil, Brasiliana, 215 (São Paulo: Nacional, 1942), pp.58,65, a respeito dos habitantes da "mais rica e adiantada de todas as províncias": "O paulista é empreendedor e prudente a um tempo. Acolhe o progresso e o adota depois de submetido à experiência com bons resultados. Não é em absoluto anador do sistema de tapeação e prefere desempenhar o papel de cágado ao de lebre; aprecia as coisas sólidas mas só confia nos começos modestos."

⁵A Academia de Direito foi fundada em 1827; neste mesmo ano, a 7 de fevereiro, saía à luz o primeiro jornal, "O Fuzil Paulistano". Ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, a Província ainda contava apenas com 7 estabelecimentos industriais, dos quais 2 na Capital. Robert Morse, Formação Histórica de São Paulo (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970), pp.85, 148.

⁶Informações prestadas por A.Manoel de Mello C. e Mendonça sobre um Requerimento de Martim F.Ribeiro de Andrada, relativo à criação de uma Aula de Geometria em São Paulo, em 13 de fevereiro de 1800, Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo [doravante indicados pela sigla DIHCEP] XLIV (1915): 285-287.

⁷Teodoro Sampaio, "São Paulo no Século XIX", Suplemento do Centenário de "O Estado de São Paulo", 7 de junho de 1975.

⁸Ver descrição do plano, escrito em 1816 e apresentado à Assembléia Constituinte em 1823, in Primitivo Moacyr,

¹²No entanto, mesmo os candidatos masculinos terminam, na maioria das vezes, sendo examinados pelas autoridades locais. Em 1837, a Câmara Municipal de Piracicaba pediria autorização ao Governo Provincial para examinar, ela mesma, o concorrente ao cargo de mestre de primeiras letras da cidade, com a seguinte justificativa: "Esta Câmara... tomou o expediente de convidar o dito Francisco José Machado para se empregar neste ensino; ele, anuindo ao convite da Câmara, nem uma dúvida teve, senão a dificuldade de fazer uma viagem a essa cidade, para fazer o competente exame, em razão de ser-lhe impossível abandonar sua casa e família, sem ter maiores meios de fornecer-lhe a devida substituição, tendo de demorar algum tempo na cidade para o referido fim com gastos, e não pequenos e sem dúvida superiores a suas forças...". Registro de um Ofício que esta Câmara remete ao Exmo. Presidente da Província, em 13 de abril de 1837. "Correspondencia Oficial da Câmara Municipal de Piracicaba", fl.109v, Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba [doravante indicado pela sigla ACMP], Piracicaba, MS.

Obtida a licença, Francisco Machado foi examinado pela Câmara local, e aprovado, aos 30 de maio de 1837. Registro de uma Aprovação para examinar Francisco J. Machado para servir de Mestre de Primeiras Letras nesta Vila, Ibid., fl.112.

¹³Essa questão foi contemplada no Conselho Superior da Presidência da Província de São Paulo, nas sessões de 8 de novembro de 1828 e 24 de janeiro de 1829. Ver "Atas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo, 1824-1829", pp.177-178, 216-217.

¹⁴"Atas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo, 1829", sessão de 1º de outubro de 1831, DIHCSP Boletim 15 (nova fase) (1961): 164.

296
L

193

15 "prestação de contas do Vice-Presidente", sessão de 14 de outubro de 1830, Ibid., p.69. 203

16 Maria de Lourdes Mariotto Haidar, O Ensino Secundário no Império Brasileiro (São Paulo: Grijalbo, Ed. da USP, 1972), p.19. 194

17 Ibid.

18 Ibid. pp.109-111.

19 Autorizado pelo art. 4º da Lei nº 24, de 2 de julho de 1850 e art. 4º da Lei nº 10, de 7 de maio de 1851.

20 Em 1851, o professor da escola do Bairro do Brás, na capital, declarava lecionar para seus 22 alunos, com idades variando entre 5 e 15 anos, as seguintes disciplinas: Em leitura - os alunos liam, segundo seu grau de adiantamento, cartas de fora, impressos, cartas de nome e cartas de sílaba; em caligrafia - usavam bastardo, bastardinho e bastardo em debuxo; em Doutrina Cristã - os alunos sabiam de cor os Mandamentos da Igreja, o Confiteor, o Decálogo, o Credo, a Salve Rainha, e a Ave Maria; em aritmética, as quatro operações fundamentais e a tabuada; e na gramática nacional - os pronomes e verbos. "Relação trimestral dos alunos matriculados na Escola de Primeiras Letras da Freguesia do Brás", do professor Antonio Augusto de Araújo, em 11 de dezembro de 1851, Ordem 5019, lata 1, 1850-67, Arquivo do Estado [doravante indicado pela sigla AE], São Paulo, MS.

21 Havia professores públicos de três ordens, segun-

do tipo de provimento de suas cadeiras: contratados, interi
nos e vitalícios ou definitivos. 200

A Lei nº 34, de 1846, considerava como professo-
 res contratados os substitutos ou provisórios: indicados nos
 primeiros tempos pelas autoridades locais, e depois pelos Ins-
 pectores de Distrito, não sofriam qualquer espécie de exame e
 percebiam 2/3 do ordenado da cadeira que regiam. Os provimentos
 por contrato se faziam para aqueles candidatos examinados pe-
 lo governo. Definitivos eram os diplomados pela Escola Normal,
 os quais, além do ordenado integral, recebiam mais uma grati-
 ficação proporcional ao número de alunos que atendiam. As pro-
 fessoras cumpriam as mesmas condições dos seus colegas, com a
 diferença de terem sido as vitalícias apenas habilitadas em e-
 xames, enquanto a Escola Normal fora de freqüência exclusiva-
 mente masculina. 195

²²Essa Escola do Seminário das Educandas acabou por
 ser suprimida pelo art. 21, da Lei nº 21, de 7 de maio de 1856.

²³Relatório sobre o estado da Instrução Pública Pro-
 vincial no ano de 1854, apresentado ao Exmo. Presidente da
 Província pelo Inspetor Geral da mesma Instrução Pública Diogo
 de Mendonça Pinto (São Paulo: Typ. 2 de Dezembro, 1855), p.8.

²⁴Relatório do estado da Instrução Pública da Pro-
 víncia de São Paulo em 1858 apresentado ao Exmo. Presidente da
 Província por Diogo de Mendonça Pinto (São Paulo: Typ. 2 de
 Dezembro, 1859), p.20.

²⁵Ao que parece, a recomendação das autoridades pro-
 vinciais para que se pagasse a gratificação de um ordenado -
 aos professores que se propusessem a ensinar pelo "metodo lan-
 casteriano" não foi posta em prática. Ver "Atas do Conselho -

da Presidência da Província de São Paulo, 1824-1829", sessão de 3 de novembro de 1825, p.84. Em que pese a "mística" que acompanhou a utilização do "ensino mútuo" em São Paulo, as referências a esse método são escassas já na década de 30. Das 21 escolas de primeiras letras providas em 1830, apenas 3 foram pelo "método lancasteriano" ("Atas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo, 1829", sessão de 1º de outubro de 1830, p.69); e, em 1834, o oferecimento do professor de primeiras letras de Pindamonhangaba para adotá-lo não foi aceito pelo Conselho da Presidência da Província ("Atas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo, 1832-1834", sessão de 12 de março de 1834, DIHCSP Boletim nº 16 [nova fase] [1962] :297).

²⁶ Relatório sobre o estado da Instrução Provincial no ano de 1852 apresentado ao Exmo. Presidente da Província pelo Inspetor Geral da mesma instrução pública Diogo de Mendonça Pinto (s.d.) p.10.

²⁷ O catecismo conhecido como "Cartilha" de Inácio Martins, famoso desde os primórdios do cristianismo no Brasil, na verdade chamava-se "Doutrina Cristã ordenada à maneira de diálogo para ensinar os meninos" e é de autoria do jesuíta Pe. Marcos Jorge. O Pe. Inácio Martins foi o responsável pela sua divulgação nas terras da Coroa lusitana, tendo acrescentado um aditamento; daí o catecismo ser conhecido com o seu nome.

No início do século XIX, tornou-se bastante usado o catecismo do Sínodo da Bahia, também em forma de perguntas e respostas. Na segunda metade do século XIX, permaneceria em uso em São Paulo, até a República, o catecismo de D. Antônio de Melo, escrito em 1859.

²⁸ Relatório sobre o estado da Instrução Provincial no ano de 1852, p.10.

205 A

196

Nas últimas décadas do Império, esta relação de au 206
tores estava bastante mudada. Nas listas de livros pedidos 197
 por vários professores às autoridades provinciais, solicitações
 aliás, raramente atendidas, aparecem com frequência os seguin
 tes títulos: "Gramática Filosófica", de Januário da Silva Bar
 bosa, o "Dicionário Português", de Moraes, os compêncios de
 "Aritmética" de Jardim e de Trajano, "Vida Prática", de F.Fer
 reira e as obras do Mal. Hilário Ribeiro: "Cartilha Nacional",
 "Gramática" e "Livro de Leitura".

²⁹ Em Piracicaba, na última década do Império, os pro
 fessores públicos ainda anunciavam pelos jornais a abertura
 das aulas de suas escolas, nas mais diversas épocas do ano.
 Ver, por exemplo, anúncios na Gazeta de Piracicaba, 23 de a-
 bril e 7 de maio de 1884 e 1º de agosto de 1886.

³⁰ Relatório do estado da Instrução Pública da Pro -
víncia de São Paulo em 1858, p.17.

³¹ Embora constantemente apontada como uma das prin-
 cipais causa das deficiências do ensino público na Província
 de São Paulo, a inexistência de próprios provinciais para o
 funcionamento das aulas avulsas só começou a ser solucionada
 a partir do final da década de 70, quando as autoridades pas-
 saram a providenciar a construção de prédios escolares por in
 termédio de subscrições ou doações de particulares.

³² "Atas da Câmara Municipal de Piracicaba", sessão
 ordinária de 22 de julho de 1845, livro VII, fl.78, ACMP, MS.

³³ Emílio Zaluar, Peregrinação pela Província de São
Paulo (1860-61), Bibl. Histórica Paulista, II (São Paulo: Mar

... (1953), pp.155-156.

34 "Atas da Câmara Municipal de Piracicaba", sessão ordinária de 10/7/1862, livro X, fls.163; sessão ordinária de 11/7/1862, livro X, fls.163v, e 164, ACMP, MSS.

E' interessante acompanhar o desfecho desses acontecimentos. Cientificado do fato, no mesmo mes de julho de 1862 enviou o Inspetor Geral ordem para que se removesse a escola da sala da Câmara, estabelecendo-a o professor junto a seu local de moradia. Ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública ao Inspetor Distrital de Constituição, em 28 de julho de 1862, Livro nº 1092 - Correspondência com Inspectores, 1861-63, Ofício nº 387, p.94v, AE,MS. Agastado com tal decisão, o professor Romão pediu sua aposentadoria, passando a exercer o magistério particular em Piracicaba.

35 Relatório do estado da Instrução Pública da Província de São Paulo em 1858, p.11. Uma década depois, pelo art. 22, da Lei 54, de 15 de abril de 1868, o Governo seria autorizado a gastar até 6:000\$000rs. na compra de móveis, utensílios e livros para as escolas da Província.

36 A relação do material requisitado pelas escolas de primeiras letras, na década de 60, variava entre "papel alçaço, pedras de escrever e lápis, traslados, catecismos, penas e tintas" (Relação dos objetos necessários ao ensino de primeiras letras, pedidos pelo Inspetor Distrital de Moji das Cruzes, em 4 de outubro de 1861, Ordem 5019, lata 1, 1850-67, AE, MS.), e "mesa, cadeira e estrado para o professor, bancos, tinteiro e arceiro, campanha, canivete fino para o professor, canivete ordinário para aparar lápis de pedra, esponjas, canetas de latão e traslados". ("Nota de móveis e utensílios que dão para as cadeiras de Latim, Francês e primeiras Letras em

207
A

198

"Sarema", em 12 de setembro de 1860, Ordem 5019, lata 1, 1850-67
 AE, MS).

20/6/2

37 É o que informa o Inspetor Geral no seu Relatório
sobre o estado de Instrução Provincial no ano de 1852, p.9.

199

Relatórios de Inspectores distritais, em anos poste-
 riores, confirmam a mesma situação de precariedade: "Há 5 a-
 nos que nenhumutensís tem sido fornecido pelo governo às esco-
 las públicas deste distrito! A quase totalidade dos alunos
 das escolas públicas do Distrito estão em estado de indigên-
 cia e não podem se prover com livros" ("Mapa dos estabeleci-
 mentos de ensino primário e secundário do distrito de Itu", pa-
 ra março de 1856, Ordem 5019, lata 1, 1850-67, AE, MS). E so-
 bre a escola de primeiras letras masculina da vila de Santa
 Isabel, diz o Inspetor: "... tem ela 4 pedras estragadas, não
 tem um tinteiro, nem têm sido fornecidos os objetos indispen-
 sáveis para a instrução" ("Relatório da Instrução Pública do
 Distrito da Vila de Santa Isabel", em 4 de outubro de 1860.
 Ordem 5019, lata 1, 1850-67, AE, MS).

38 "Atas da Câmara Municipal de Piracicaba", sessão
 de 8 de janeiro de 1840, livro V, fl.148, ACMP , MS.

Quase 50 anos depois, o professor da terceira ca-
 deira de primeiras letras masculina, da mesma localidade, de-
 clararia simplesmente, no seu Relatório, que "a escola se man-
 teve fechada enquanto o professor esteve de licença". "Relató-
 rio do prof. Augusto C.A.Castanho", em 1º de junho de 1888.
 Ordem 4925, lata 7, 1852-96, AE, MS.

39 Dizia o Presidente da Província de São Paulo, em
 seu Relatório apresentado à Assembléia Provincial de São Pau-
 lo pelo Presidente da Província Exmo. Sr. Dr. J.F.da Costa Pe-
 reira Jr., em 2 de fevereiro de 1872 (São Paulo: Typ. America

... 1871), p.34: "A divisão do ensino primário em 2 graus, criada nas grandes cidades, ao lado das escolas elementares, ou seja em que se ensine, além das matérias rudimentares, princípios de Geometria e de sua aplicação usual, e de História e Geografia, principalmente da História e Geografia pátrias, como em maior escala é observado em França, Alemanha, na Bélgica, nos Estados Unidos e em geral, em todos os países onde a Instrução Pública desperta especial atenção do Governo e dos povos, e em maior ou menor nas Províncias do Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul, Minas e Mato-Gorssó - é uma necessidade para a já tão adiantada sociedade paulistana".

⁴⁰Das noções de História e Geografia, especialmente do Brasil, e das ciências físicas aplicáveis aos usos da vida, matérias que compõem a instrução primária superior do sexo masculino, nem a própria lei que criou a Escola Normal lembrou-se". Relatório sobre o estado da Instrução Pública Provincial no ano de 1854, p.8.

⁴¹Relatório do estado da Instrução Pública da Província de São Paulo, em 1858, p.25.

⁴²Resposta do Inspetor Geral a pedido de informações de professores de Piracicaba, Ordem 4942, lata 9, 1867, AE, MS

A reforma Provincial de 1868 suprimiria o ensino das noções de Geometria e História, ciências e música nas escolas superiores de primeiras letras, vindo ratificar uma situação de fato: a completa decadência desse tipo especial de ensino na Província de São Paulo.

⁴³Mariotto Haidar, O Ensino Secundário no Império Brasileiro, p.48. Em 1870, passaria a ser exigida também habi

209
200

Algebra em Português, e, em 1882, em Álgebra.

⁴⁴Ibid., p.100.

⁴⁵Os Estatutos dos Liceus constam da Lei nº 29, de 13 de março de 1847.

⁴⁶Relatório sobre o estado da Instrução Pública Provincial no ano de 1853, apresentado ao Exmo. Presidente da Província pelo Inspetor Geral da mesma Instrução Pública, Diogo de Mendonça Pinto (s.i.), p.24

Acresce ainda que o curso dos liceus não era gratuito, mas, pelo art. 4º da Lei nº 33, de 13 de março de 1846, pago à razão de 20\$000rs a anuidade, e por matéria, na seguinte proporção: aos professores de Latim e Francês, 6\$000 réis; Filosofia, 8\$000 réis; História e Geografia 5\$000réis e Geometria e Mecânica, 4\$000réis.

⁴⁷Mariotto Haidar, O Ensino Secundário no Império Brasileiro, cap. II, em especial pp.70-76.

⁴⁸Relatório sobre o estado da Instrução Pública Provincial no ano de 1853, p.26.

O regime de trabalho das aulas de Latim e Francês estava determinado pelo Regulamento de 31 de março de 1849, que, entre outras disposições, marcava o prazo de matrícula, número máximo de faltas, programas, temas e compêndios a serem estudados, prescrevia a disciplina e a regra dos exames anuais e indicava que os exercícios de Latim tivessem lugar durante 2 horas pela manhã e duas à tarde, e, os de Francês, uma hora pela manhã.

210
L

201

49 Total de aulas avulsas públicas da Província de São Paulo, segundo dados extraídos dos Relatórios dos Inspectores Gerais da Instrução Pública da Província:

| | <u>Latim e Francês</u> | <u>Filosofia</u> |
|------|------------------------|------------------|
| 1853 | 19 | 1 |
| 1855 | 25 | - |
| 1856 | 29 | - |
| 1862 | 10 | - |
| 1865 | 7 | - |
| 1867 | 4 | - |
| 1870 | 3 | - |
| 1872 | 1 | - |

50 "Cada ano vê-se aqui, de viagem para as províncias, um enxame de presidentes, chefes de polícia e outros empregados, que, sem demora, empreendem novas viagens em demanda de novos climas". ... "É uma vulgaridade, repetida com vezes nas lamentações da imprensa e da tribuna, que carecem as províncias de impulso eficaz para estrearem uma era nova de melhoramentos reais, que nenhuma, excepto talvez o Rio de Janeiro, possui carta topográfica digna de fé, que todas clamam por um palmo de estradas; que não se navegam, nem se limpam os rios, nem os portos se escavam; que as finanças se comprometem em obras de luxo nas capitais, em empresas começadas por vaidade ou continuadas sem energia; que em orçamentos, planos, projetos e pura fraseologia oficial se perde o tempo e consome a paciência do povo; que faltam à instrução primária professores idôneos, casas, livros de escola, e não existe a secundária quase em parte alguma, não obstante assinalar-se cada presidência por um novo regulamento para as escolas públicas; que, finalmente, em ofícios, intrigas eleitorais e viagens de recreio passam esses breves governos de uma estação. O lugar comum é aqui a viva expressão da realidade.

Não é menos unânime a queixa contra a qualidade dos sujeitos a quem se abandonam as províncias" ... "Inábeis e

... são tantos dos presidentes nomeados pelo governo imperial, que sem hipérbole poder-se-ia dizer- que o povo, inda se quisesse, não elegeria piores. Alguns conhecemos literalmente ignorantes de qualquer ciência ou arte; outros que nem aprenderam a gramática; muitos que não brilhavam por seus costumes privados... Não; piores não pode haver que os governadores d'aqui enviados a perverter, atrasar, endividar e desgo-vernar as províncias". A.C.Tavares Bastos, A Província: Estudo sobre a descentralização no Brasil, Brasiliana, 105, 2ª ed. (São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937), pp.131-133.

51"Discurso do Exmo. Sr. Presidente desta Província, na abertura do Conselho Geral no dia 1º de dezembro de 1829", Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil XXXVI (1873): 245-247.

52 Mariotto Haidar, O Ensino Secundário no Império Brasileiro, p.112.

53 Ofício do Inspetor Geral Diogo de Mendonça Pinto ao Inspetor Distrital de Taubaté, em 18 de outubro de 1854, Livro nº 1175 - Correspondência com Inspetores, 1851-55, ofício nº 406, p.438, AE,MS.

54 Ofício do Inspetor Geral Diogo de Mendonça Pinto ao Inspetor Distrital de Itu, em 12 de janeiro de 1856, Livro nº 1086 - Ofícios aos Inspetores, 1855-57, ofício nº 12, p.55 AE, MS.

55 Ver, por exemplo, a "Carta de Licença para lecionar", de Joaquim Mariano da Costa, passada aos 22 de janeiro de 1866, Ordem 4862, lata 6, 1867-69, AE, MS. A Carta era pa-

203

o requerente lecionar, ao sexo masculino, gramática portuguesa, geometria prática, doutrina cristã, geografia, aritmética e sistema métrico, por um ano.

⁵⁶ Respondendo ao Inspetor Distrital de S. José dos Barreiros, dizia o Inspetor Geral que não podia, sem licença da repartição, lecionar em S. Paulo o indivíduo que tivesse licença do Inspetor da Província do Rio de Janeiro; nem mudar um professor sua escola de um lugar para outro; e um mestre que tivesse licença finda não poderia lecionar enquanto não a impetrasse de novo, cabendo ao Inspetor Geral, e não ao Governo ou aos Inspetores Distritais, expedí-la. Ofício do Inspetor Geral ao Inspetor de São José dos Barreiros, em 18 de agosto de 1865, Livro nº 1072 - Ofícios aos Inspetores, 1863-67, ofício nº 363, p.171, AE, MS.

Ver também, a respeito, os Livros nº 1173 - Despachos da Inspeção Geral, 1852-64; nº 1175 - Correspondência com Inspetores, 1851-55; nº 1086 - Ofícios aos Inspetores, 1855-57 e nº 1092 - Correspondência com Inspetores, 1861-63, AE, MSS.

O Inspetor multou várias escolas que foram abertas sem autorização, embora posteriormente relaxasse algumas das punições.

⁵⁷ Relatório sobre o estado da Instrução Pública Provincial no ano de 1853, p.27

⁵⁸ "Mapa dos estabelecimentos de instrução primária e secundária da Capital", em 1855. Ordem 5019, lata 1, 1850-67, AE, MS.

⁵⁹ Relatório sobre o estado da Instrução Pública Provincial em 1852, p.16

60 Livro nº 1.125 - "Instituições Particulares", AE,

61 As Escolas, de modo geral, ofereciam ensino de primeiras letras para alunos externos, enquanto que os Colégios, de maior porte, funcionavam como internatos, ministrando instrução primária e secundária.

62 Pela Lei nº 34, art. 8º, a freqüência simultânea dos dois sexos só era permitida onde não existiam escolas separadas para meninos e meninas. O Regulamento de 1851 renovava a proibição da educação promíscua para ambos os sexos, ainda que separados em horários e cômodos diferentes do mesmo edifício. As eventuais transgressões eram punidas com o rigor da lei: na viagem de inspeção que fez em 1864 a Santos, o Inspetor Geral visitou o Colégio de M^{elle} Pamela Marty e, ao constatar que a freqüência era de 12 alunas e 4 alunos, dispensou os meninos e mudou a diretora. "Relatório da viagem de inspeção do Inspetor Geral Diogo de Mendonça Pinto às escolas de Santos", em 1º de julho de 1864, Ordem 4939, lata 6, 1863-64, AE, MS.

63 O "Programa de estudos" da escola de primeiras letras de Antonia Augusta dos Santos Oliveira, encaminhado à Inspeção Geral em 22 de dezembro de 1856, era assim distribuído: 1º classe: ABC e princípios de leitura e escrita; 2º classe: leitura corrente de cartas, letras de forma e contas; 3º classe: gramática portuguesa, doutrina cristã e duas vezes por semana coser, bordar de linhas, bordados picados, pontos de marcas. A diretora enfatizava que os castigos eram somente morais. Ordem 4858, lata 2, 1857-60, AE, MS.

Em fevereiro de 1861, o Alferes Manoel de O'Rorrigues Azevedo, de Queluz, enviava à Inspeção pedido de abertura de escola particular de primeiras letras masculina,

Mostrando-o com o seguinte programa: "Programa que se tem de ensinar na escola particular de instrução primária do sexo masculino dirigida pelo Alferes Manoel de O'Rodrigues. Leitura da língua portuguesa pelo método individual simultâneo. Escrita. Bastardo maiúsculo .Minúsculo. Noções gerais de caligrafia. Noções gerais de geometria prática. 4 operações .Noções completas de quebrados. Juros compostos e complexos. Doutrina e moral cristã. Gramática portuguesa e análise. Serviço da Aritmética de Besout e do catecismo de Fleury. O ensino será 2 horas de manhã e a tarde todos os dias úteis." Orçamento 4859, lata 3, 1861-1862, AE, MS.

José Pereira Jorge, em 4 de março de 1867, solicitou consentimento da Inspeção Geral para abertura de um colégio no qual lecionaria Português e Francês, anexando um Projecto do seu estabelecimento: " Neste pequeno estabelecimento recebe-se alunos nas seguintes condições: externos, pensionistas e meio pensionistas. Externos pagarão R 10\$000 por trimestre adiantados, pensionistas 70\$000 e meio pensionista 52\$000. Leciona-se Português e Francês. As refeições serão 5 vezes ao dia, constando de café às 5 e meia hs. da manhã, almoço às 8 horas, jantar a hora da tarde, café às 5 horas, chá às 8 da noite; tudo com abundância e garantindo aos senhores pais de família a assistência às mesmas refeições. Os trabalhos: no inverno ou verão estudos das 5 e meia até o almoço, depois o recreio, das 9 ao meio dia aula de Português. Estudo até o jantar, depois recreio. Das 2 horas até às 4 aula de Português e Francês, depois recreio. Depois das 6 horas até o chá estudo e depois recreio até às 9 horas quando dormem. Professor de Português - José Pereira. Professor de Francês - João Clímaco Cesarino. Curriculum. Francês - estudo de aritmética prática e caligrafia durante a aula das 9 hs ao meio dia. No final das aulas os respectivos professores instruem seus alunos na Doutrina Cristã. Pensionistas e meio pensionistas darão de jóia 1 rosna de papal almoço, 50 penas d'ave e 1 garrafa de boa tinta. Meio pensionistas virão das 7 às 4 horas da tarde. Aos domingos levarei os alunos na missa : farão quaresma e leitu-

2/15
206

... História Sagrada. Passeios às quintas e domingos. Não
 são feriados só a Semana Santa, porque muitos feriados concor-
 rem para o atrazo dos alunos. Quanto aos castigos são aque-
 los adotados nos demais colégios. O número de pensionistas é
 de 10". Ordem 4862, lata 6, 1867-69,
 AE, MS.

216
 207

⁶⁴Esses colégios estão arrolados no Livro nº 1.125
 "Instituições Particulares", AE, MS.

⁶⁵Esses professores particulares avulsos, empregados
 junto às famílias, para atuarem como governantes ou precepto-
 res das crianças, eram os únicos isentos de fiscalização. Nes-
 se sentido, esclarece o Inspetor Geral Diogo de Mendonça Pin-
 to ao Inspetor Distrital de Limeira, em 13 de outubro de 1854,
 que "nenhuma licença é necessária para ensinar em casa parti-
 cular; esse ensino não é sujeito à inspeção desde que se limi-
 te às pessoas da casa". Livro nº 1175 - Correspondência com
 Inspetores, 1851-55. Ofício nº 396, p.431, AE,MS.

⁶⁶Em 1876, a Geografia Física do Brasil era assim en-
 sinada num desses colégios do interior da Província: "Brasil.
 É limitado ao N. por Venezuela, e as Guianas Inglesas, Holan-
 desas e Francesas, a L. pelo Oceano Atlântico, ao Sul por Uruguai,
 e Oeste por Uruguai e República-Argentina, Paraguai, Bolívia,
 Perú, Equador, Nova-Granada. Foi descoberto casualmente por Pe-
 dro Álvares Cabral em 1500 quando ele ia para as Indias Orien-
 tais. Este tomou posse do Brasil em nome de seu rei Manoel A-
 fortunado de Portugal, o qual deu-lhe o nome de Vera Cruz, ao
 depois mudou-se este nome em Santa Cruz mais tarde em Brasil
 por causa de uma madeira deste nome que aí abunda muito o su-
 cessor do rei Manoel /rei João II dividiu o Brasil em porção
 de capitâneas que ele fez presente a vários portugueses que o
 serviram bem com a condição de colonizarem suas partes de ter

Estas estas capitãncias foram pouco adiante e ainda a notícia da riqueza do País atraiu uma chusma de aventureiros estrangeiros, de sorte que D. João II nomeou em 1548 a Thomé de Souza como governador-geral o qual em 1549 fundou a cidade de Bahia de Todos os Santos. Em 1580 quando da morte do rei D. Sebastião saiu Portugal no poder dos Espanhóis e igualmente o Brasil veio a pertencer a este povo aproveitaram-se os Holandezes das desordens causadas por esta mudança de governo para invadirem e apoderar-se da maior parte das Capitãncias do Brasil. Os Brasileiros opuseram-lhes viva resistênciã e conseguiram finalmente quando em 1640 Portugal pôde livrar-se do jugo espanhol expulsar definitivamente estes intrusos em 1654.

Daqui em diante formou o Brasil vicereino, cuja capital ficou sendo primeiro Bahia e ao depois Rio de Janeiro. Em 1808, viu-se D. João II obrigado pela invasão franceza a abandonar Portugal e refugiar-se no Brasil onde ele logo franqueou todos os portos à todas as nações estrangeiras e a qual ele ainda elevou em 1815 à Categoria do Reino obrigado por desordens em Portugal voltou D. João II em 1821 para este país deixando no Brasil seu filho D. Pedro como Regente e este vendo o povo disposto à libertar-se de Portugal pôs-se sagamente à frente da revolta e declarou em 1822 o Brasil independente tomando ele mesmo o título de imperador e defensor perpétuo Brasil também este abdicou a coroa em 1831 em favor de seu filho D. Pedro II, atual imperador do nosso país estando durante a sua minoridade até 1841 o governo nas mãos de uma junta de 3 membros, ficando ao depois este número reduzido a uma só pessoa o illustre Paulista padre Feijó de quem ainda existem n'esta cidade parentes mui proximos. Hoje o Brasil é uma Monarquia constitucional, representativa e hereditativa. Dividem-se o Brasil em 20 Províncias que são as seguintes: 1. Amazonas, cap. Manaus, 2. Pará, cap. Belém, 3. Maranhão, cap. São Luis, 4. Piauí, cap. Teresina, 5. Ceará, cap. Fortaleza, 6. Rio Grande do Norte, cap. Natal, 7. Paraíba, cap. Paraíba, 8. Pernambuco, cap. Recife, 9. Alagoas, cap. Maceió, 10. Sergipe, cap. Aracajú, 11. Bahia, cap. Bahia, 12. Espírito Santo

12. Vitória, 13. Rio de Janeiro, cap. Niterói, 14. São Paulo, cap. São Paulo, 15. Paraná, cap. Curitiba, 16. Santa Catarina cap. Florianópolis, 17. São Pedro ou Rio Grande do Sul, cap. Porto Alegre, 18. Minas Gerais, cap. Ouro Preto, 19. Goiás, cap. Goiânia, 20. Mato Grosso, cap. Cuiabá, 21. São Francisco, cap. Barro Preto.

A capital do Império acha-se na província do Rio de Janeiro e tem 4.000 habitantes e formam um município separado. Brasil tem mais ou menos 250 mil léguas e 11 a 12 milhões de habitantes que são pela maior parte descendentes de portugueses, negros e mestiços, mas também tem muitos estrangeiros e indígenas. As principais cidades além da Capital Bahia (200 mil habitantes), Recife (110 mil), Niterói, Campos, Porto Alegre, São Paulo, Ouro-Preto, Natal, S. Luis e outras". Cartão pertencente a Maria Amélia de Moraes Barros, filha de Prudente de Moraes, conservado no Museu Histórico e Pedagógico "Prudente de Moraes", Piracicaba. Anotado na primeira página: Pertencente a M. Amélia de Moraes Barros. Constituição 11-11-1876. Anotado a lápis: Colégio de seu Júlio Cesar Hoffmeyer.

67. "Prospecto do Colégio de Rita Leopoldina da Silva", apresentado ao Inspetor Geral em 29 de novembro de 1851. Ordem 437, lata 1, 1851-56, AE, MS. Ver também a respeito o Relatório do estado da Instrução Pública da Província de São Paulo em 1857 apresentado ao Exmo. Presidente da Província por Dionísio de Mendonça Pinto (São Paulo: Tip. Dois de Dezembro, 1858) p. 33.

68. O prospecto do colégio, apresentado em 1865, discriminava as matérias ensinadas: além da instrução elementar, e do francês e piano, pagos a parte, "todos os trabalhos de agulha, como v.g. costurar, marcar, crivar, fazer renda de agulha de meia, bordar a branco, matiz, ouro, prata e miçangas,

216

209

fazer flores de lã, de vidrilhos e de pano, tapetes de
 várias qualidades e outros trabalhos com lã, etc. e bordar a
 "Prospecção do Colégio 'Nossa Senhora da Conceição'
 para meninas", para 1865. Ordem 4940, lata 7, 1865, AE, MS.

219

210

69 "Relatório da Viagem de Inspeção do Inspetor Geral
 Diogo de Mendonça Pinto às escolas de Santos", em 1º de julho
 de 1864. Ordem 4939, lata 6, 1863-64, AE, MS.

70 Relatório sobre o estado da Instrução Pública Pro-
 vincial no ano de 1854, pp. 12-13.

Estão incluídas entre as aulas particulares de ins-
 trução secundária as que fazem parte de 8 Colégios, segundo ob-
 servação do próprio Inspetor Geral.

71 O programa de preparatórios de latim ministrado pe-
 lo professor Delgado abrangia instrução gramatical, leitura,
 tradução e análise gramatical de prosadores e poetas, medição
 de verso latino e versão do português para o latim; o de lín-
 gua compreendia leitura, tradução e análise gramatical de pro-
 sadores e poetas, versão para o francês ou inglês, e escrita
 de diálogos. Pedido de autorização para continuar lecionando,
 enviado ao Inspetor Geral em 17 de novembro de 1862. Ordem
 4859, lata 3, 1861-62, AE, MS.

Em 1875, Manoel Estanislau Delgado fazia anunciar
 na Província de São Paulo, de 4 de janeiro, que continuava
 lecionando Latim, Francês e Inglês em sua casa, na capital.

72 Relatório sobre o estado da Instrução Pública da
 Província de São Paulo no ano de 1863 ao Dr. João Jacinto de
 Mendonça pelo Inspetor Geral Diogo de Mendonça Pinto (São Pau-
 los Tip. Imparcial de J.R.A. Marques, 1864), pp. 45-46; Relató-
 rio do estado da Instrução Pública em 1857, pp. 30-53.

Esses relatórios descrevem o número de alunos, professores e disciplinas ministradas por esses colégios. No de 1857, aparecem arrolados como Colégios de Instrução Secundária da Capital os seguintes:

200
211

| Colégio | Disciplinas | Alunos | Professores |
|---------------------------------------|-------------|--------|-------------|
| Colégio de São Paulo | | | |
| Director: Dr. José Tell Fereira | | | |
| Latim | 44 | | |
| Francês | 29 | | |
| Arithmetica e Geographia | 19 | | |
| Historia | 19 | | |
| Philosophia | 21 | | |
| Arithmetica e Geographia | 29 | | 31 |
| Colégio Para Iluminados | | | |
| Director: João Carlos de Faria | | | |
| Latim | 61 | | |
| Francês | 26 | | |
| Inglês | 41 | | |
| Arithmetica | 7 | | |
| Geometria | 26 | | |
| Historia e Geographia | 41 | | |
| Philosophia | 14 | | |
| Musica | 9 | | |
| Colégio Fundação | | | |
| Director: Joaquim Correa de | | | |
| Latim | 37 | | |
| Francês | 28 | | |
| Inglês | 23 | | |
| Arithmetica | 48 | | |
| Geometria | 25 | | |
| Historia | 14 | | |
| Philosophia | 2 | | |
| Rhetorica | 2 | | 39 |
| Colégio Alameda Paulista | | | |
| Director: Julio Mariano Galvão | | | |
| Latim | 19 | | |
| Francês | 62 | | |
| Inglês | 31 | | |
| Arithmetica | 27 | | |
| Geometria | 29 | | |
| Historia | 29 | | |
| Philosophia | 15 | | |
| Historia e Geographia | 17 | | |
| Philosophia | 14 | | |
| Musica | — | | 161 |
| Colégio—Culto à Sciencia— | | | |
| Director: Dr. Vicente Neme de Freitas | | | |
| Latim | 31 | | |
| Francês | 44 | | |
| Inglês | 23 | | |
| Arithmetica | 12 | | |
| Philosophia | 33 | | |
| Historia e Geographia | 19 | | |
| Arithmetica e Geometria | 17 | | 93 |

Os dados abaixo são uma reprodução das informações do Inspetor Geral de Instrução Pública de São Paulo no seu

Anuário de 1853:

| | |
|----------------------------------|------------|
| Colégio de ... | 54 (a) (f) |
| Dr. ... Galvão | |
| Prof. José ... Campos ... | Port. 11 |
| Jorge ... | Latim 22 |
| Thaddeus ... | Francez 21 |
| Jorge ... Moller ... | Ingles 16 |
| Severo ... de Espirito Santo ... | Geom. 16 |
| Olympio ... de Lemos ... | Rhet. 10 |
| Antonio ... da Silva Pinto ... | Histor. 22 |
| Martina ... | Phil. 17 |
| Colégio ... | 79 (a) (f) |
| Dr. ... | |
| Prof. ... | |
| Luiz ... Pinto da Gama ... | Port. 6 |
| Leandro ... | Latim 41 |
| Cláudio ... | Francez 27 |
| Dr. ... | Ingles 18 |
| Raimundo ... | Geom. 24 |
| ... | Reth. 18 |
| ... | Histor. 21 |
| Dr. ... | Phil. 22 |
| Colégio ... | 58 (a) (f) |
| Dr. ... | |
| Prof. ... | |
| ... | Port. 19 |
| ... | Latim 31 |
| ... | Francez 23 |
| ... | Ingles 25 |
| ... | Geom. 15 |
| ... | Reth. 5 |
| ... | Histor. 41 |
| ... | Phil. 42 |
| Colégio ... | 37 (a) (f) |
| Dr. ... | |
| Prof. ... | |
| Dr. ... | Port. 4 |
| ... | Latim 13 |
| ... | Francez 12 |
| ... | Rhet. 8 |
| ... | Ingles 9 |
| ... | Geom. 23 |
| ... | Histor. 17 |
| ... | Phil. 18 |
| Colégio ... | 11 (a) (f) |
| Dr. ... | |
| Prof. ... | |
| ... | 1.ª let. 7 |
| ... | Latim 6 |
| ... | Francez 6 |

73 "Programa do Colégio Ipiranga de Educação de Meninos".
 Arquivo 4858, lata 2, 1857-60, AE, MS. Ofício do Inspetor Geral
 Augusto de Mendonça Pinto ao Presidente da Província em 5 de a-
 bril de 1858. Ordem 4934, lata 1, 1858, AE, MS. Relatório do
Estado da Instrução Pública em 1857, p.30.

74 Leda M. Pereira Rodrigues (Madre M. Angela, C.R.),

224
A
2/2

A Instrução Feminina em São Paulo: subsídios para a sua história até a proclamação da República (São Paulo: F.F. Sedes Sacramentense, 1962), p.219.

75 Entre as instituições escolares que pediam ao Inspector Geral autorização para funcionar, em 1859, aparecem relacionados os colégios do Padre José de A. Campos, em Porto Feliz, e do Padre Manuel B. de Jesus, em Guaratinguetá. Livro nº 1.125 - Instituições Particulares, AE, MS.

76 A administração dos cultos estava ligada à pasta da Justiça, então chefiada por Nabuco de Araújo que, no seu Relatório de 1854, assim descreve a situação dos conventos: "Os conventos se acham pela maior parte em estado deplorável quanto à disciplina e administração: alguns estão abandonados e sem culto divino, entregues a um só religioso que desbarata ou não aproveita os seus ricos bens, e vive sem inspeção alguma; outros conventos mais numerosos dão o triste espetáculo da intriga, que os dilacera com prejuízo de sua santa instituição, e essa intriga procede em geral, como sou informado, das cabalas que sem pejo de simonia aí se agitam por amor dos cargos; providências enérgicas são urgentes para restituir os conventos à sua primitiva santidade afim de que se não tornem focos de imoralidade, sendo preciso que neles penetre a polícia como aconteceu no convento do Carmo do Maranhão". Citado por Joaquim Nabuco, Um Estadista do Império, 2 vols. (São Paulo: Nacional, Civil. Brasileira, 1936), I :220-221.

A decadência e irregularidade das ordens religiosas era atestada pelos próprios Bispos. D. Viçoso, Bispo de Mariana, dizia a respeito: "Fui mandado reformar os Carmelitas da Bahia, quase não achei quem nomear para prelados...O Sr. Arcebispo me disse que lhe davam mais que fazer tres ou quatro conventos de freiras que todo o resto do bispado...Os Carmelitas e Franciscanos estão divididos no Brasil em diversas

222
A
213

provincias com o seu Provincial, mas cada uma com poucos religiosos, uns poucos nas capitais e o resto dos conventos com um só, que é o Prelado dos escravos; que fará o Prior? Anda pelas fazendas governando os escravos. Ep^o Guardiãõ? Nada, ou ganhando dinheiro para se secularizar. Isso não é Ordem Religiosa, nem é nada." Citado em Ibid., pp.223-224.

Essa descrição não difere em nada daquela que, em 1830 tinha feito D. Pedro Ostini, Nuncio Apostólico, do estado da igreja que encontrara no Brasil. Quanto às ordens religiosas, pareciam-lhe em máxima decadência, com exceção da Congregação das Missões, "estabelecida com 3 florescentes colégios ... talvez a única coisa boa que existe neste país, já que todo o resto oferece aflitivo quadro moral que desanima"... "A imoralidade reinante nos poucos religiosos restantes torna os conventos um inferno, internamente, e um escândalo horrível do lado de fora, e faz que os religiosos neles se achem em perigo de perder a alma e o corpo. Basta dizer que no convento de Santo Antonio, dos Franciscanos, tentaram envenenar o Provincial, com 4 outros religiosos brasileiros; todos os outros são portugueses". "Os padres... vivem publicamente com concubinas, rodeados de filhos. "os bispos, falta, pelo menos, o zelo que os deve distinguir e, em geral, pertencem à escola da Universidade de Coimbra". E mais adiante: "Fatiguei-me para encontrar em toda a classe eclesiástica uma pessoa a quem pude se abandonar-me com confiança, escolhendo-a para confessor, e a minha escolha ficou entre 2 ou 3, faltando as quais não há propriamente a quem recorrer". Citado por Hildebrando Accioly, Os Primeiros Nuncios no Brasil (São Paulo: Instituto Progresso Ed.), pp.240,242,247.

⁷⁷D.P.Kidder, Reminiscências de viagem e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo) compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e de diversas províncias, Bibl. Histórica Brasileira, III (São Paulo: Martins, 1940), pp. 107-108, 112.

223
214

78 Ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública ao Sr. José Jacinto de Mendonça, em 15 de Abril de 1862. Ordem nº 5, 1862, AE, MS. Nesse ofício, observa o Inspetor: "Os novos colégios particulares de instrução secundária são inspirados em grande parte pelo espírito de lucro; a instrução presente muito disso não recebe o impulso que lhe devem dar, há porém algum esforço. Mas quanto à educação religiosa é em todos eles completamente sacrificada".

79 Relatório sobre o estado da Instrução Provincial em 1852, p.8.

80 Relatório sobre o estado da Instrução Pública Provincial no ano de 1854, p.9

81 Nabuco de Araujo concebia os Seminários Diocesanos como internatos que, sob a direção de sacerdotes estrangeiros, formariam padres perfeitos: "Sem este internato -dizia- sem este muro de bronze que separe o clero atual do clero futuro, a regeneração será uma idéia vã, a vocação do sacerdócio continuará a ser a hipocrisia, um cálculo, um meio de vida". Relatório de 1856, citado por Joaquim Nabuco, Um Estadista do Império, pp.235-36.

Os recursos para a instalação desses Seminários viriam, segundo os planos do Ministro no seu Relatório de 1855, citado em Ibid., p.221, da devolução dos edifícios e bens dos conventos dissolvidos, e aplicação de parte da renda líquida daqueles que permanecessem, reformados, sob jurisdição dos Bispos, em benefício das novas casas, bem como da conversão dos bens rurais e escravos dos conventos em apólices da dívida pública sob pena de comisso a bem dos Seminários.

Essas eram idéias que, ao lado de outros prelados brasileiros reformadores, o Bispo de São Paulo havia manifes-

229
215

... a Nabuco de Araújo, em carta de 1853, também citada por Nabuco, Ibid., pp.222-23: "Estando em visita na Paraíba tive a honra de receber a confidencial de 4 do corrente em que V. Ex. indica a necessidade de adotar-se alguma providência para que nas Ordens se restabeleça a disciplina em toda a obediência. Exmo. Sr., eu louvo a Divina Providência pela inspiração ou luz que dá a V. Excia. No estado em que as coisas não é serem inúteis, são muito prejudiciais... Eu sei que V. Excia. tem uma penetração excelente, terá por isso notado que o espírito do Catolicismo está quase extinto no Brasil... Os bens dos religiosos, mesmo vindo outros supri-los, sobejariam para se edificarem seminários onde não os há e dotá-los com patrimonios firmes. O Concílio de Trento autoriza os bispos para cotizar os bens dos religiosos a benefício dos seminários diocesanos, mas como hoje tudo está debaixo da inspeção do poder Temporal, nada podemos fazer sobre eles".

82 O Bispo Diocesano somente impetrou a competente licença para a abertura do Colégio diante da Inspeção Geral, quando viu as Irmãs instaladas em terras brasileiras. A "Carta de Licença para lecionar" foi passada em 1859. Pedido de autorização para abertura do Colégio. Ordem 4935, lata 2, 1859, AE, MS.; "Carta de Licença para lecionar", da Diretoria do Colégio Patrocínio, Ordem 4859, lata 3, 1861-62, AE, MS.

83 Rodrigues, A Instrução Feminina em São Paulo: subsídios para a sua história até a proclamação da República, pp. 203-206.

Na Poliantéia Comemorativa - Homenagem à Madre Teófila Voiron - Itu -1859-1919 (São Paulo: Escolas Profissionais do Liceu Salesiano S.C. de Jesus, 1919), p.176, aponta-se que as Irmãs trouxeram da Europa técnicas didáticas que divulgaram entre as escolas da época: "Sendo raros os bons livros didáticos, as Irmãs trataram logo de traduzir e adotar alguns

228
216

... de História Natural, compêndios de História Universal, na literatura e Estilo Epistolar. Introduziram o uso do quadro negro e do contador mecânico. Inauguraram as festas escolares; as exposições de trabalhos manuais e desenhos; adotaram o sistema de exames públicos que deixaram, por compridos demais, quando o Colégio se desenvolveu".

226
217

⁸⁴Poliantéia Comemorativa do 1º Quinquagenário da Fundação do Seminário Episcopal de São Paulo, pp.130, 7-16.

⁸⁵Relatório sobre o estado da Instrução Pública na Província de São Paulo no ano de 1878, apresentado ao Presidente da Província Ilmo. e Exmo Sr. Barão de Tres Rios, pelo Inspetor Geral Francisco A. de Souza Carvalho (Santos: Tip. do "Diário de Santos", 1879), p.73. O Colégio "Patrocínio" aparece relacionado com 134 alunas.

⁸⁶Discurso com que o Ilmo. e Exmo. Senador J.J. Fernandes Torres passou a administração da Província de São Paulo no ano de 1858 (São Paulo: Tip. 2 de Dezembro, 1858), pp.20-21

⁸⁷Boanerges Ribeiro, Protestantismo no Brasil Monárquico, 1822-1888: Aspectos Culturais da Aceitação do Protestantismo no Brasil (São Paulo: Pioneira, 1973), p.96.

⁸⁸Ibid., pp.96-97.

89

"Esses fatos relacionam-se exclusivamente com os aspectos da vida material. Que dizer dos outros, porém, dos que se referem à vida espiritual? Que igrejas, que escolas podem utilizar os colonos?"

A respeito de escolas sei pelo menos de uma colônia em que prevalecem condições idênticas às de Ibicaba. Aqui, antes de minha chegada, dois homens mantiveram escolas durante algum tempo. Logo depois que cheguei tive uma conversa com a diretoria, em que se tratou da conveniência de se abrir uma escola. Dessa conversa saiu um ajuste ou mesmo um verdadeiro contrato entre os colonos e eu. A Firma Vergueiro satisfaria então o seu compromisso de pagar cinquenta mil réis por ano a um mestre desejado ou admitido pelos colonos. Cada criança deveria concorrer mensalmente com a soma de trezentos e vinte réis, ou seja aproximadamente noventa centimos. Aquela quantia me foi prometida e eu deveria começar logo a dar as aulas. Os fatos que, além de minha enfermidade, prejudicaram por esse tempo a realização do projeto e a circunstância de ter sido feito um segundo trato em setembro de 1856 serão referidos oportunamente e com pormenores. Por enquanto é suficiente dizer que a escola foi realmente inaugurada em princípios de outubro de 1856, funcionou com intermitências até o Ano Novo de 1857 e de então a fins de janeiro do mesmo ano teve uma existência muito precária.

No espaçoso local destinado às aulas, do qual já se fez menção, continuavam porém a morar alguns colonos que ainda não tinham casa pronta, de modo que tive de reservar parte de minha própria residência para as lições. Com esse fim utilizei o quarto de dormir de minha família, fazendo a separação com um velho cortinado. Dava trinta e cinco aulas por semana, inclusive oito noturnas e uma aos domingos, de tarde. Reparti os alunos — cento e oito ao todo — por três classes, a saber os grandes e pequenos de aula diurna e os de aula noturna. O número de disciplinas limitava a cinco: Leitura, Caligrafia, Aritmética, Canto e História Sagrada. Em quase todos os casos eu deveria partir dos princípios mais elementares. Muitos, mesmo entre os mais crescidos, moços de 16 e 17 anos — idade em que no Brasil muito homem se casa — mal sabiam distinguir as letras. Seus conhecimentos de Caligrafia e História Sagrada eram praticamente nulos, e pouco sabiam de Aritmética e Canto. Não tenciono descrever minuciosamente o grau de ignorância desses meninos, mas apenas confessar sinceramente que não me foi possível modificar muito a situação. Além de ser espantosa a inaptidão dos alunos, cujos pais provinham das mais diversas regiões da Suíça e da Alemanha e que, em geral, eram capazes de tudo menos de dar uma educação razoável e esclarecida aos filhos, faltavam quase inteiramente os instrumentos de ensino, que no Brasil, de resto, só existem importados da Europa distante. Havia apenas alguns abecedários e cartilhas, propriedade de crianças recém-chegadas, um quadro negro e várias folhas de papel, tendo impressos grandes caracteres latinos e que serviam de modelo. Eu não disporia sequer de giz para escrever se um colono não tivesse trazido alguns da Suíça. Falou-se certamente em mandar buscar alguns materiais da Europa, mas nada chegou e tive de me arranjar como pude. Tal a situação em Ibicaba, que nesse ponto não era superada por nenhuma outra colônia. De outra sei que também possui coisa parecida com uma escola. Nas demais, porém, nada há ao que eu saiba, que mereça esse nome”.

Thomaz Davatz, Memórias de um colono no Brasil (1850), Bibl. Histórica Brasileira (São Paulo: Martins, Ed. da USP, 1972), pp.82-85.

227
R
218

⁹⁰Entre os pedidos de autorização para lecionar, em pedidos no Inspetor Geral, figuram, por exemplo, os de Horace Stanley Lane, Thomaz E. Bruce, John King e George Chamberlain para lecionar a língua inglesa na capital (Ordem 4859, lata 3, 1861-62; Ordem 4860, lata 4, 1863-64 AE, MSS); o de Guilherme Krugner para ensinar alemão em Piracicaba (Ordem 4861, lata 5, 1865-66, AE, MS) e os de Francisco Wey para lecionar primeiras letras em alemão em Campinas, e depois, Piracicaba (Ordem 4862, lata 6, 1867-69, AE, MS).

⁹¹Os requisitos de moralidade e conhecimento de língua estão declarados nos art. 5º e 6º, da Lei nº 34, de 16 de março de 1846. Os de religião, no Ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública ao Presidente da Província, em 20 de março de 1867. Ordem 4942, lata 9, 1867, AE, MS.

⁹²Ofícios do Inspetor Geral da Instrução Pública ao Presidente da Província, em 24 de fevereiro e 6 de março de 1866. Ordem 4941, lata 8, 1866, AE, MSS.

Outros exemplos dos mesmos cuidados de funcionário zeloso podem ser encontrados na atitude do Inspetor Geral para com os requerentes Carlos Augusto Barth (Ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública ao Presidente da Província, em 22 de novembro de 1866, Ordem 4941, lata 8, 1866, AE, MS) e Emílio J. Hesefeld (Ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública ao Inspetor Distrital de Jaú, em 6 de fevereiro de 1866, Livro nº 1.111 - Correspondência com Inspetores de Distrito, 1867-68, p.90, of. nº 28, AE, MS).

⁹³Ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública ao Presidente da Província, em 22 de novembro de 1866; Pedido de licença do P. Jacques Razzini para abrir colégio, em 5 de fevereiro de 1866. Ordem 4941, lata 8, 1866, AE, MSS.

328
219

A alegação da Inspetoria foi que os jesuítas não apresentaram provas de aptidão referentes ao domínio da língua nacional.

⁹⁴Relatório sobre o estado da Instrução Pública da Província de São Paulo no ano de 1862, apresentado ao Exmo. Presidente da Província Dr. João Jacinto de Mendonça, pelo Inspector Geral Diogo de Mendonça Pinto (São Paulo: Tip. Imparcial de J.R.A.Marques, 1864), p.7.

⁹⁵Relatório sobre o estado da Instrução Pública da Província de São Paulo no ano de 1871, apresentado ao Exmo. Presidente da Província pelo Inspector Geral da mesma Instrução Pública Diogo de Mendonça Pinto (São Paulo, Tip. Americana, 1872), p.4.

⁹⁶A disposição foi revogada pelo artigo 15, de Lei nº 16, de 21 de abril de 1863, porque, segundo o Relatório sobre o estado da Instrução Pública na Província de São Paulo no ano de 1862, pp.5-6, não houve acordo sobre a quantia a ser subvencionada.

⁹⁷Joaquim Floriano de Godoy, A Província de São Paulo: Trabalho Estatístico, Histórico e Noticioso destinado à Exposição Industrial de Filadélfia (E.U.) oferecido à S.M. Imperial, o Sr. Pedro II, pelo Senador do Império (Rio de Janeiro: Tip. do "Diário do Rio de Janeiro", 1875), pp.86,89.

⁹⁸"Resposta aos quesitos a que se refere o Aviso do Ministério do Império de 30 de agosto de 1873". Ordem 4987, lata 4, 1871-75, AE, MS.

99 Laerte R. de Carvalho, "O Ensino em São Paulo", En
saio Paulistas (São Paulo: Anhembi, 1958), p.603.

100 Relatório sobre o estado da Instrução Pública da
Província de São Paulo no ano de 1873, apresentado ao Exmo.
Presidente da Província Dr. João Teodoro Xavier pelo Inspetor
Geral Bacharel Francisco Aurélio de Souza Carvalho (São Paulo:
 tip. Americana, 1874), p.4.

101 O paulista Leôncio de Carvalho, ocupando o Minis
tério do Império, decretara, em 19/4/1879, pelo decreto A-247,
 a liberdade do ensino primário e secundário na Corte, e do su
 perior em todo o Império, liberdade essa definida como frequên
 cia livre, faculdades livres, e livre docência. Consagrando a
 liberdade de crença, o decreto isentava ainda os alunos acató
 licos das escolas públicas do estudo de religião, e, os pro
 fessores, do juramento católico que deviam pronunciar na qua
 lidade de membros de um Estado que tinha uma religião oficial.
 As reformas de 85, em São Paulo, foram amplamente influencia
 das por essas conquistas liberais do final da década de 70.

102 Discursando na sessão de 12 de fevereiro de 1878
 da Assembléia Provincial, dizia o então deputado pelo Partido
 Republicano, Prudente de Moraes: "Sr. Presidente, ponhamos de
 parte, em relação aos melhoramentos concernentes à instrução
 pública em nossa Província, essa distinção de partidos e situ
 ações que a meu ver nada significa em relação à matéria. Es
 queçamo-nos dessas distinções partidárias para só lembrarmo
 nos de que somos paulistas, e tratemos de melhorar o estado
 pouco lisonjeiro em que se acha a instrução pública em nossa
 Província".

230

221

103. Resposta aos quesitos do Aviso de 30 de agosto
Ordem 4987, lata 4, 1871-75, AE, MS.
104. Carl Koseritz, Imagens do Brasil, Bibl. Histórica
Brasileira, XIII (São Paulo: Martins, 1943), p.268.
105. Mariotto Haidar, O Ensino Secundário no Império
Brasileiro, pp.200-201.
106. Edith Sabóia, "Nestor Rangel Pestana", Suplemento
do Centenário de "O Estado de São Paulo", 26 de julho de 1975.
107. Anúncio na Gazeta de Piracicaba, 20 de fevereiro
de 1885.
108. Anúncios na Gazeta de Piracicaba, 13 de junho de
1882; 5 de janeiro de 1883 e 21 de maio de 1884.
109. "Estatutos do Colégio São Luiz", julho de 1867.
Ordem 4862, lata 6, 1867-69, AE, MS.
110. Ver Mariotto Haidar, O Ensino Secundário no Impé-
rio Brasileiro, pp.249-250.
111. Anúncio na Gazeta de Piracicaba, 10 de janeiro de
1883.
112. Folheto Ilustrativo do Colégio Piracicabano, 1881-
1921.

ZBT
222

113 Relatório sôbre o estado da Instrução Pública na 237
Província de São Paulo no ano de 1878, p.13. R

114 Edith Sabóia, "Rangel Pestana", Suplemento do Cen-
tário de "O Estado de São Paulo", 15 de março de 1975. 223

233
P
224

CAPÍTULO II

PROTESTANTES AMERICANOS NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO: EVANGELIZAÇÃO E ENSINO

A presença regular de protestantes americanos na Província de São Paulo, a partir dos anos sessenta, tem suas raízes na vinda de sulistas norte-americanos para o Brasil, por ocasião da derrota da Confederação na Guerra de Secessão, e na ação missionária das denominações protestantes norte-americanas nos territórios da América Latina. Distintos em suas origens, esses movimentos vicejaram entre nós, expressivos, mas paralelos, até o momento em que seus interesses convergiram para as atividades pedagógicas. De fato, foi por intermédio das escolas que fundaram em várias localidades da Província, uns com o objetivo de angariar prosélitos, outros visando à adequada formação escolar de seus filhos, que ambos os grupos pastores e imigrantes não apenas se proporcionaram mutuamente o suporte necessário para o ajustamento às condições de vida num país estrangeiro, como também passaram a influir decisivamente nos quadros culturais da Província de São Paulo.

O movimento de ação missionária das Igrejas protestantes norte-americanas no Brasil, datando dos anos 30, antecedeu ao de migração dos sulistas em algumas décadas. O protestantismo não era desconhecido no país antes da chegada destes, pois já existiam na Corte, desde a vinda da Família Real, evangélicos entre os

membros da^s comunidade^s inglesa e alemã aí radicadas, mas eram casos isolados, inexpressivos, sem traços de proselitismo¹.

Com a vinda das primeiras levas de imigrantes alemães e suíços, apareceram na sociedade brasileira colônias constituídas por elementos protestantes que organizaram no país, entre 1824 e 1874, cerca de 40 igrejas evangélicas². No entanto, embora amparada pelo Governo Imperial ^{que,} além de seu liberalismo, tinha fortes motivos pragmáticos para garantir a liberdade de culto prevista em vários parágrafos do artigo 179 da Constituição do Império, essa "protestantismo de colônia" também não se empenhou em atividades missionárias.

Foram somente as igrejas norte-americanas que se interessaram pela propagação do culto protestante no Brasil. Na década de 30, mandaram para cá seus pastores com o duplo fim de assistir os americanos e ingleses aqui radicados e investigar as possibilidades de abrir frentes de trabalho evangélico. A Igreja Metodista³ enviou o pioneiro desses missionários, o Revdo. Fountain Pitts, que chegou ao Rio em 1835, seguido um ano depois pelo Rvdo. Paulding; essa primeira missão metodista terminou seus trabalhos em 1841. Nas décadas seguintes, não se registraram atividades de culto das igrejas americanas, abaladas por questões internas, que as fizeram cindir-se em "do Norte" e "do Sul". Deve ser lembrada, porém a vinda de colportores como Daniel Farrisch Kidder e James Cooley Fletcher, aquele metodista e este presbiteriano, que, na qualidade de agentes da Sociedade Bíblica Americana, viajaram pelo Brasil fazendo observações e distribuindo Bíblias, além da fundação no Rio, em 1858, pelo pastor inglês Robert Kalley, da primeira igreja protestante de língua portuguesa no Brasil, a atual Igreja Evangélica Fluminense

O trabalho de Kidder, em particular, teve boa acolhida na Província de São Paulo, que visitou em fins da década de 30. Em várias localidades da Província, Kidder pôde observar a apatia da Igreja Católica na sua missão evangelizadora, e o "protestantismo inconsciente" do clero, pouco ortodoxo, bem como o clima de receptividade à sua tarefa de colportor, evidenciados ambos, de resto, pelos próprios membros da Igreja. Um padre, que^o hospedou numa de suas viagens, disse-lhe que o espírito religioso era nulo, quer

234
225

...o clero, quer entre o povo, e qu^{tal}êvera a ignorância de certos
 que poderiam sentar-se aos pés de muitos de seus parquia
 e deles receber instrução religiosa". Ele mesmo não possuía em
 biblioteca as Escrituras Sagradas em vernáculo. Indagando Kid-
 der das medidas que estavam sendo tomadas para melhorar essa situa-
 ção, respondeu o sacerdote: "Nenhuma! Estamos à espera da Provi-
 dência". E, logo depois: "... estamos em trevas, atrasados, qua-
 se abandonados". E tendo Kidder perguntado se desejavam a luz,
 disse-lhe o padre que nada desejavam, mas esperavam em Deus, o pai
 das luzes⁴.

Quando à sua atividade de distribuir Bíblias, Kidder te-
 ve inúmeras evidências da aceitação de seu trabalho, encontrando
 de pronto vários cooperadores locais, não só entre a população
 leiga⁵, como entre os religiosos. Aquele mesmo padre referido a-
 cima foi um deles, segundo relata Kidder:

...havíamos posto em suas mãos dois ou três exemplares do No-
 vo Testamento, para serem encaminhados a pessoas que pudes-
 sem tirar proveito de sua leitura, dádiva que recebeu com a
 maior satisfação. Dissemo-lhe então, que, quando estivesse
 disposto a se dedicar à distribuição de Bíblias, poderíamos
 fornecer-lhes o número de exemplares de que precisasse. In-
 segurou-nos que a qualquer tempo sentir-se-ia feliz em se
 encarregar dessa tarefa, e que, logo que recebesse os livros,
 faria sua distribuição pelas adjacências e nos escreveria dan-
 do conta de como havia desempenhado-se de sua missão. Fizemos
 então uma combinação que, com o tempo, tornou-se altamente e-
 ficiente e interessante. Quando lhe mostramos alguns folhetos
 em português, pediu-nos que mandassem alguns deles com as Bí-
 blias. "Então", acrescentamos, "quando estivermos ocupados
 no desempenho dessa tarefa, teremos a grata certeza de que es-
 távamos fazendo aquilo que a melhor parte do clero brasileiro
 aprova"! "Perfeitamente", redarguiu ele,⁶ "o senhor está fa-
 zendo aquilo que competiria a nós fazer".

Relata ainda Kidder que, em São Paulo, foi recebida com en-
 tusiasmo sua proposta de doar a cada escola primária da Província
 12 exemplares do Novo Testamento, em Português, sugestão que lhe
 ocorrera em vista da boa acolhida dispensada por todos aqueles a
 quem oferecera livros sagrados, e pela opinião de diversas pessoas
 a quem expusera a idéia. A proposta foi encaminhada à Assembléia
 Legislativa Provincial, em fevereiro de 1839: a minoria e alguns
 membros da maioria eram favoráveis ao projeto mas, no decorrer dos
 trabalhos da legislatura, ocorreu a interferência do Bispo do Rio

235
 a
 206

...seu parecer, que questionou a ortodoxia da tradução dos textos oferecidos por Kidder.

Propusemos então o exame da mesma - relata Kidder - todavia, quer fosse por incapacidade, quer por deliberada negligência, jamais foi ele tentado; e assim, a desconfiança do velho diocetano contribuiu para a delonga. O Presidente manifestou a esperança de que depois da reorganização da Assembléia, o projeto fosse aprovado. D^oubemos mais tarde, pela imprensa, que a Comissão a qual o projeto fora encaminhado, ou provavelmente seu presidente, em flagrante contradição com o que nos havia prometido antes, e cedendo aos receios infundidos do bispo, entregara à Secretaria da Assembléia um parecer desfavorável à proposta.

Provavelmente, nunca mais foi ela objeto de deliberação. Também, para o bom nome da Província, jamais foi abertamente rejeitada.

Todo este episódio é bastante sugestivo para a compreensão da situação religiosa da época, que as últimas observações de Kidder sintetizam bem: um clima de tolerância em relação ao trabalho evangelizador de protestantes, e uma pálida reação da hierarquia católica.

Provavelmente, essa foi a razão pela qual São Paulo tenha recebido a visita de outros divulgadores do Evangelho Reformado. Wm. de Fletcher, em 1855, veio em 1857, Corfield, outro agente da Sociedade Bíblica Americana, que deixou livros depositados para a venda em Santos, São Paulo e Campinas e, em 1862, Silva, um colportor da Sociedade Bíblica Britânica, que permaneceu atuando na Província durante 8 meses⁸.

Foi a denominação presbiteriana que retomou a iniciativa missionária no Brasil, enviando, através do "New York Board" (a "Igreja do Norte"), em 1859, o Revdo. A. G. Simonton que fundaria na Corte a primeira Igreja Presbiteriana brasileira (1862) e, em 1860, seu cunhado, o Revdo. A. Blackford, cujas atividades serão centralizadas em São Paulo. Para essa Província virão, também, os próximos missionários da Igreja Presbiteriana: em 1861, o Revdo. Schneider, designado para trabalhar entre os colonos alemães e suíços e, em 1864, George Chamberlain, futuro fundador da Escola Americana.

Por sua vez, o "Committee of Foreign Missions" da Igreja Presbiteriana do Sul, a "Igreja do Sul", quando restabeleceu suas atividades, com o fim da Guerra, recebeu sugestão do Dr. R. L.

236

227

... zona em que a amenidade do clima tornasse possível o es-
 tabelecimento de uma escola. O Revdo. George Nash Morton veio es-
 colher o país e escolheu Campinas como sede da missão do Sul. Aí
 em 1859, com auxílio do Revdo. Eduard Lane, fundou o "Colégio In-
 ternacional", antes mesmo do estabelecimento da Igreja, o que se
 deu em 1870⁹.

Foi, pois, a denominação presbiteriana que propagou o pro-
 testantismo na Província de São Paulo, na década de 60. Blackford
 pregou o primeiro culto em português em São Paulo, em 29 de novem-
 bre de 1863, um mês depois da visita a Rio Claro, no decorrer da
 qual se avistara com o Pe. José Manoel da Conceição, o "padre pro-
 testante", morador na vizinha povoação de Corumbataí. Depois de
 sua conversão ao presbiterianismo, em 1864, Conceição tornou-se
 o homem que abriria o caminho ^{da reforma} em São Paulo e sul de Minas, pregan-
 do e evangelizando nessas regiões, a pé e a cavalo. Graças à sua
 atuação, Brotas tornou-se, a partir de 1865, o principal centro
 presbiteriano da Província de São Paulo, com uma igreja que conta-
 va, ao final da década de 60, com 116 membros, número superior à-
 quele das do Rio e da Capital da Província. "Simonton foi instru-
 mento de Deus para a implantação da Igreja no Rio, Blackford em
 São Paulo e Conceição em Brotas", diz Júlio Ferreira¹⁰.

Lembra Émile-G. Léonard¹¹, contudo, que a propagação do
 protestantismo não se explica só pelo trabalho dos missionários es-
 trangeiros ou do colaborador local. A diferença entre a situação
 de 1855, quando não havia protestantes fora das colônias, e a de
 1869, em que a denominação presbiteriana contava com 6 igrejas fun-
 dadas no país, com 279 membros¹², deve ser atribuída também às ne-
 cessidades religiosas da população insatisfeita com a inadequação
 do atendimento prestado pela Igreja Católica da época.

Na mesma época em que eram fundadas as primeiras Igrejas
 presbiterianas, a sociedade brasileira abria-se legalmente para o
 protestantismo mediante a aprovação de medidas que refletiam não
 só a necessidade de substituir o braço escravo pelo de trabalhado-
 res livres, disponíveis em países protestantes, como a tolerância
 e o liberalismo da Constituição do Império.

No entanto, as aberturas constitucionais¹³ que haviam faci-

238
 228

230

229

nas décadas do século, tiveram contudo, que ser minuciadas quantas, na década de 60, os pregadores presbiterianos iniciaram suas atividades de proselitismo religioso na sociedade brasileira. Cereônias de batismo, casamento e sepultura foram regularmente praticadas, segundo o rito protestante, o que levou as autoridades do país, nos anos seguintes, a promover alterações na legislação referente ao assunto. Em 17 de abril de 1863, o decreto 3069, que regulamentava a Lei 1.144, de 11 de setembro de 1861, garantiu o sepultamento de católicos, em lugar separado, nos cemitérios públicos, bem como o registro de óbitos feito pelo escrivão do juízo da Paz. Os casamentos, que até então só podiam ser realizados perante o sacerdote católico, também foram permitidos aos protestantes conforme seu culto, sob a forma de um contrato privado, com a benção do pastor, pelos mesmos decretos e lei referidos acima, que formavam um verdadeiro estatuto dos não-católicos brasileiros. Por sua vez, a plena participação dos protestantes no sistema político brasileiro seria possibilitada pelo decreto 3029, de 9 de Janeiro de 1881, conhecido como lei Saraiva, no seu artigo 10¹⁴.

Finalmente, quanto à liberdade de propaganda e de culto, vimos-la testada e confirmada em vários exemplos, como o da construção do templo metodista de Piracicaba, nos últimos anos do Império, questão solucionada favoravelmente aos protestantes graças ao apoio dos Moraes Barros, chefes políticos locais. Nos inícios de 1884, o pastor da Igreja Metodista local, James Koger, submeteu à aprovação da Câmara Municipal a planta do seu templo, que foi aprovada, com a ressalva única de que a construção não fosse feita no alinhamento da rua, embora no edifício estivesse projetada uma torre com sinos. Apesar dos protestos dos católicos locais, que, apoiados pelo Bispo paulopolitano D. Lino Deodato, invocaram o artigo 5º da Constituição do Império, o qual permitia no país a presença de outras religiões que não a Católica, com a condição de que seu culto fosse doméstico ou particular, em casas para isso destinadas sem forma alguma exterior do templo, a Câmara, presidida por Manoel de Moraes Barros, manteve a sua decisão. Considerou que, pelo fato de o edifício em questão ter torres, não se podia deduzir sua natureza religiosa, pois os castelos e praças de guerra também

...foi o primeiro levantado pela Igreja Metodista em São Paulo, e o segundo do Brasil.

Em 1869, um outro Moraes Barros, Prudente, na ocasião de uma sessão provincial pelo Partido Liberal, sustentara o direito legal dos protestantes serem sepultados no cemitério de Piracicaba, estarrando na intransigência do pároco, que considerava o local, embora público, como terra sagrada¹⁶. Em 1877, como membro da Câmara Municipal, Prudente autorizaria pessoalmente sepultamentos sem o devido registro nos livros da Matriz¹⁷, para fugir à negativa do pároco.

É inegável que, a despeito da oposição que lhes moveu a mentalidade católico-conservadora nas últimas décadas do Império, os protestantes tiveram a sua ação facilitada no país pelas transformações verificadas no setor jurídico.

A existência desses dispositivos legais e dos núcleos presbiterianos no país provavelmente representou para os americanos, principalmente sulistas, que pretendiam emigrar dos Estados Unidos, em meados da década de 60, um dos motivos de seu interesse pelo Brasil. Aliás, é preciso notar, de início, que os sulistas norte-americanos que abandonaram seu país nos meados da década de 60 não o fizeram apenas em função da derrota do Sul na Guerra de Secessão. Para os estudiosos do assunto, não persistem dúvidas sobre a validade da hipótese de Lawrence Hill, segundo a qual o movimento migratório para o Brasil teve relação definida com o anterior período de migrações internas nos Estados- Unidos, isto é, com o movimento do "Manifest-Destiny". Já antes da Guerra Civil, a marcha para o Oeste como "manifesto destino de nação" era o objetivo dominante da vida norte-americana. Como disse Leonard Gordon, nos meados do século XIX, milhares de americanos, movidos pela crença na América e seu infinito progresso, pensaram levar a imagem de seu país para o Ocidente, cruzando o Pacífico em direção à Ásia. A determinação e persistência desses aventureiros supunham um espírito pioneiro fundamental, alimentado pela vigorosa vida da jovem América. A necessidade espiritual de caminhar para o Ocidente e expandir a América foi concebida como "o manifesto destino da nação"¹⁸. Para esses pioneiros, o Brasil, com sua evidente necessidade de trabalhadores, era uma das opções que se ofereciam a

229
230

...espírito aventureiro.

Quando o Sul perdeu a Guerra e sofreu o processo da Recons-
tituição, configurou-se uma incômoda situação de derrota que favore-
ceu o êxodo de milhares de sulistas para outras regiões. Dos 10.000
que deixaram os Estados Unidos nessa ocasião, cerca de 2.000 ra-
maram-se no Brasil, e, destes, 800 na Província de São Paulo;
dos 2.000 iniciais, metade regressaria depois aos Estados Unidos¹⁹.

Esses sulistas sabiam, com certeza, da existência de igre-
jas evangélicas de colônia em várias províncias do país e, em par-
ticular, das igrejas presbiterianas do Rio, São Paulo e Brotas. A
presença de norte-americanos de emigração estiveram presentes à cerimô-
nia de ordenação do ex-padre Conceição como pastor, realizada na
Igreja Presbiteriana de São Paulo²⁰; um deles, Gaston MacFadden,
mais tarde, viria a ter o Revdo. Blackford como genro²¹. Os
pastores Schneider, Simonton e Blackford, por outro lado, já vi-
am percorrendo o interior da Província de São Paulo em viagens
apostólicas, principalmente a região de Campinas, Rio Claro, Li-
seira, zona de intensa colonização protestante, e que, pela excelên-
cia de suas terras, fora escolhida por aqueles observadores como o
lugar ideal para a fixação dos futuros emigrantes. A vinda dos ame-
ricanos para o Brasil apóia-se provavelmente, em razões bem mais
complexas que a representada pelo apoio que uma incipiente igreja
poderia dar a compatriotas da mesma fé, numa terra nova. A existên-
cia das igrejas significava também a existência de escolas, o que
certamente representava um estímulo adicional à vinda para o Bra-
sil. É interessante pensar, por exemplo, que, estando estreitamen-
te associados no protestantismo formação religiosa e formação es-
colar, a existência de igrejas protestantes pudesse ter sugerido
aos futuros emigrantes a possibilidade de terem também escolas pa-
ra seus filhos, que seriam então educados segundo os padrões a que
estavam habituados.

Além da possibilidade de disporem de seus próprios servi-
ços religiosos e pedagógicos, os emigrantes americanos deparavam,
no Brasil, com outros atrativos de ordem sócio-econômica, ofereci-
dos sobretudo pela Província de São Paulo: terra abundante e a-
dequada às técnicas de cultivo que já praticavam nos Estados Uni-
dos, clima ameno, semelhança de paisagem com a terra natal, produ-

... familiares, mão de obra de baixo custo e, sobretudo, grande interesse pela cultura do algodão - aspectos da economia da época especialmente significativos para os sulistas.

Como que respondendo ao apelo de Charles Ribeyrolles²² em 1859, insistia em que o algodão deveria ser plantado no Brasil, nas décadas de 60 e 70 marcaram na Província de São Paulo a época da febre do algodão. "Os volumes alcançados pela exportação nos anos 60 e 70 são os mais elevados do período monárquico", diz Alice Canabrava, e isso para uma Província que já considerava o cultivo do café como a atividade principal de sua economia²⁴.

Segundo a referida autora, essa situação privilegiada do algodão em São Paulo, verificada, de resto, em outras Províncias, foi devida à alta de preços provocada pela crise do algodão americano que supria as indústrias têxteis francesas e inglesas, em virtude da Guerra da Secessão. Desde o início desse conflito, os representantes dos interesses das indústrias têxteis inglesas procuraram criar junto às autoridades governamentais e aos agricultores da Província, um mercado fornecedor da matéria prima do algodão. As autoridades públicas procuraram responder a esse apelo com o oferecimento de incentivos de diversas ordens aos plantadores: o Ministério da Agricultura encarregou-se, entre outras tarefas, da distribuição de sementes, lançou circular (7 de agosto de 1861) ao Presidente da Província, recomendando despertar o interesse dos agricultores pelo plantio do algodão e do trigo, e deu apoio à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, órgão particular que divulgava noções fundamentais sobre a cultura do algodão, bem como incentivou a participação em exposições nacionais e estrangeiras. Os Presidentes divulgaram as instruções imperiais, distribuindo as sementes e passaram a apoiar as experiências de ensino agrícola como a de Carlos Ilidro da Silva, em sua fazenda-módulo de Itu. Os órgãos municipais, por sua vez, encarregaram-se da distribuição de sementes²⁵.

Graças a essas iniciativas, a cultura do algodão herbáceo²⁶, iniciada na Província em 1861, tomou impulso a partir de 1864. Os anos de 64, 65 e 66 foram os mais importantes para a difusão da

241
232

de expansão, sendo que, para oeste, os algodoeiros atin -
 Sanjoão, Botucatu e Santa Bárbara do Rio Pardo, e, ao sul,
 e Xiririca (Eldorado Paulista). Os redutos cafeeiros do vale
 de Santa Bárbara e da zona de Campinas (Rio Claro, Limeira) foram tam -
 invadidos pelas plantações de algodão. Em 1866, Limeira apare -
 no cenário econômico provincial como um grande centro algodo -
 eiro. Por volta de 1870, começou a decadência da cultura na Provín -
 cia. Com a normalização da produção nos estados algodoeiros norte -
 americanos e maiores progressos da cultura do café, a produção dei -
 xou de ser economicamente interessante, motivando o seu abandono
 a partir de 1875²⁷.

Por outro lado, a lavoura de algodão ^{conservou} sempre um aspecto de
 lavoura de pequeno porte, fonte de ganho para agricultores de pe -
 quenas posses, em sítios de poucos alqueires. Era uma cultura demo -
 crática, realizada pela mão-de-obra livre, podendo ser considera -
 da mais propícia ao emigrante que pretendia fixar-se na Provín -
 cia, por ser feita por braços livres, que exigia poucos capitais
 e anualmente se liquidava²⁸.

J.J. Aubertin, agente das indústrias têxteis inglesas, in -
 teressou-se pela propagação da cultura de algodão e pela propagan -
 da da imigração americana na Província de São Paulo, a qual pode -
 ria oferecer aos sulistas um campo de trabalho adequado a sua es -
 pecialidade²⁹. Em 1865, Aubertin acompanhou os Drs. Gaston e Shaw
 e o major Meriwether, americanos, em viagem de inspeção de terras
 pela Província de São Paulo. A posterior vinda de imigrantes norte -
 americanos, em sua maior parte sulistas, para a região de Santa
 Bárbara, a partir de 1866, coincidirá com os períodos de máxima
 expansão do algodão na Província. Afeiçoados à cultura desse pro -
 duto, possuindo larga experiência no seu trato, os americanos fi -
 zeram das terras, em torno daquele núcleo, um centro de observações
 e experiências para lavradores da região. "As lavouras de algodão
 dos emigrantes americanos nos municípios de Santa Bárbara, Campi -
 nas e Limeira ocuparam 1313 acres de terras em 1871, dos quais se
 esperava uma safra de 16.695 arrobas de algodão em rama"³⁰ e isso
 em áreas de cultivo que oscilavam em média entre 7 e 7,5 alqueires³¹.
 Santa Bárbara, de povoado paupérrimo em 1861, segundo a descrição
 de Zaluar que visitou neste ano³², foi elevada a vila em 1869

292
 233

com o progresso advindo das lavouras de algodão.

Um outro aspecto da economia paulista, a qualidade das terras, interessou aos emigrantes. Kidder já havia notado, 30 anos antes, a semelhança de paisagens entre regiões da Província e dos Estados Unidos: no planalto encontrou regiões parecidas com as chamadas "Oak Openings" do Oeste americano; a caminho de Limeira, vindo de Campinas, pensava "estar na parte norte de Ohio"³³. Os campos preferidos dos americanos foram os dessa região e eram constituídos de terras fracas, com vegetação pobre, que exigiam o arroteamento com máquinas agrícolas, técnica com a qual os sulistas estavam acostumados.³⁴

Finalmente, a existência de escravos na Província pode ter sugerido aos sulistas, segundo Goldman, a possibilidade de reconstruírem aqui uma sociedade de base escravocrata. Os imigrantes não podiam ingressar em território brasileiro acompanhados de escravos mas podiam comprá-los aqui, e o preço do escravo brasileiro era bastante inferior àquele que o plantador de algodão sulista pagava nos Estados Unidos, respectivamente, 1.000 a 1.800 dólares. Com base no núcleo de Santa Bárbara, pode-se calcular em 20% o número de famílias, entre as estabelecidas, que compraram terras com alguns escravos.³⁵

Além dessas condições econômicas favoráveis, havia, na década de 60, da parte de autoridades e intelectuais brasileiros, acentuado interesse pela vinda de norte americanos que aqui dessem fixar-se.

A idéia de se utilizar o braço estrangeiro livre como mão-de-obra para os trabalhos agrícolas não era recente. Proprietários de terras e homens de governo concordavam, desde muito, no aproveitamento das massas trabalhadoras européias que se vinham oferecendo para suprir as deficiências de população e mão-de-obra em zonas carentes.

Governo e proprietários divergiam, porém, quanto à forma de utilização do braço estrangeiro. As autoridades governamentais estavam interessadas na vinda de colonos que trabalhassem o solo sob o regime da pequena propriedade, pensando obter efeitos civilizadores de uma imigração de povoamento, condição para a formação

243

234

de uma futura classe média. Os proprietários de terra, por sua vez, precisavam de braços que substituíssem a mão-de-obra escrava, sujeita a uma progressiva extinção. Necessitavam, igualmente, de novas técnicas e novos implementos agrícolas que dinamizassem os trabalhos de cultivo da terra.

Todos, proprietários e governo, já haviam feito várias tentativas para concretizar essas posições desde as primeiras décadas do século.

Em 1819, D. João VI daria início à colonização planejada e subsidiada pelo Estado, mandando buscar na Europa colonos para serem fixados em pequenas propriedades agrícolas. Vieram então, para Novo Friburgo, 1600 suíços católicos e de língua francesa. D. Pedro I intensificou essa política colonizadora, promovendo a instalação de várias colônias no sul do país. Talvez por influência de D. Leopoldina, mandou buscar colonos alemães, entre os quais havia muitos protestantes, o que parece indicar que o governo imperial já havia declinado tacitamente da exigência de pertencerem os colonos à religião católica³⁶.

O sistema de núcleos coloniais, baseado no trabalho livre de seu proprietário, entretanto, não deu resultados muito promissores, apesar do interesse do governo imperial em promover o seu desenvolvimento.

Na Província de São Paulo, as experiências de colonização empreendidas pelo poder público não fugiram à regra. São Paulo conheceu a colonização sob o regime de pequenas propriedades desde o governo do Conde de Palma que, em 1814, preocupado com a escassez da população da Província, encaminhou açorianos para Jundiáí, Campinas e Casa Branca, onde estabeleceu um núcleo de 20 famílias³⁷. Novo impulso à imigração seria dado, novamente, nos fins da década seguinte, quando um Aviso do Ministério do Império, de 08/11/1827, determinou à presidência da Província que tomasse as medidas convenientes para receber os colonos estrangeiros encaminhados pelo Governo Central, com a recomendação de que lhes fossem distribuídas as terras mais salubres. No decorrer do ano seguinte, chegaram à Província de São Paulo 149 famílias e 72 pessoas avulsas, num total de 926 colonos, todos naturais dos estados alemães. Desse número

~~225~~
 226
 ... 116 foram instalados em Santo Amaro, na Capital, e, os restantes, encaminhados para o interior. Para Curitiba foram 238 colonos, sob a responsabilidade do Barão de Antonina, que os instalou na fazenda do Rio Negro; para Itanhaém, seguiram 39 colonos, e para outras mais 37, tomando os demais diferentes destinos, nos serviços de lavoura, de indústria fabril ou de comércio. O contrato feito com os colonos assentou-se sobre as seguintes bases: alimentação pelo espaço de ano e meio à custa do Estado; donativos de gado bovino, equino, cavalos e lanígero, restituível no decurso de 4 anos, na mesma espécie ou no respectivo valor; propriedade dos terrenos por eles cultivados; isenção de impostos por 8 anos em favor dos colonos encaminhados pelo Estado e 10 anos aos transportados por conta própria; obrigação de pegar em armas em caso de perigo, e sujeição dos filhos ao recrutamento; finalmente, direito de terem médico, pároco ou pastor pagos pelo Tesouro, durante ano e meio. Além dessas vantagens, cada família deveria receber da Província, por Aviso do Ministério do Império, de 21/03/1828, 400 braças quadradas de terra, concessão ampliada em 5/5 aos colonos solteiros que se casassem. Em 23/0 do mesmo ano, novo aviso aprovava a concessão do subsídio de 160 réis diários a cada um dos colonos adultos que permanecessem nas colônias, e de 80 réis a cada um dos filhos menores³⁸.

O elevado custo da manutenção desses colonos pelos cofres provinciais levou a presidência da Província a pedir ao Governo Central, em fins de 1828, que sustasse a renúncia de outros contingentes. Somente em 1837-38 é que seriam trazidos novos colonos alemães, em número de 277, para os trabalhos de construção e reparação de estradas e para a fábrica de ferro de Ipanema³⁹.

À vista do malogro dessas iniciativas oficiais das décadas de 20 e 30, os Presidentes da Província passaram a declarar sua insatisfação nos Relatórios à Assembléia Provincial. Em 12 de outubro de 1831, o Presidente Rafael Tobias de Aguiar dizia que a colonização alemã fracassara por não ser adequada para trabalhar nas matas virgens de Santo Amaro, preferindo estabelecer-se em terras adquiridas às próprias custas, mas localizadas nas vizinhanças de povoados⁴⁰. Quanto aos contratados para trabalhar nas estra-

na Província, confessava o presidente Manuel Machado Nunes, em seu Relatório de 7 de janeiro de 1840, que o contrato com os trabalhadores alemães para as obras de Cubatão causara-lhe "muita aflição". Os operários alemães custavam cerca de 3:200\$000 por mês, reservando toda a renda da barreira do Cubatão, nada restando para as demais estradas dela dependentes. Além desses gastos, elevados, os alemães tinham-se sublevado, pondo em risco a vida do diretor e outros moradores da região. Os que tinham ido para Curitiba eram também apontados pelo Presidente Machado Nunes como "revoltosos"⁴¹.

A década de 30 marcaria o início, em todo o Império, de um período de restrição a essas atividades de colonização sob a forma de núcleos coloniais.

O Ato Adicional de 1834 conferiu às Assembléias Legislativas Provinciais, que criara, entre outras atribuições, a de cuidar de assuntos relativos à colonização e imigração. O artigo 11, § 5 dizia: "Também compete às Assembléias Legislativas Provinciais...Prever cumulativamente com a Assembléia e o Governo Geral, a organização da estatística da Província, a catequese e a civilização dos indígenas, e o estabelecimento de colônias". No entanto, o insucesso do sistema e insuficiência das rendas provinciais impediram o patrocínio oficial de novos movimentos imigratórios.

A época tornou-se, assim, propícia para que os representantes da grande lavoura - que sempre se opuseram à orientação do poder central - intensificassem o emprego de um novo regime de trabalho livre, que já se experimentava com sucesso na Província de São Paulo. O sistema de parceria, que representou uma transição entre o regime de pequenas propriedades e o dos serviços assalariados implantado na década de 70, surgiu como fruto da mentalidade empresarial que já dominava os fazendeiros paulistas dos meados do século, com o florescimento de suas lavouras de café. Posto em prática inicialmente por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, a partir de 1840, quando estabeleceu a Colônia Ibicaba⁴² no município de Limeira, foi esse sistema adotado por quase todos os fazendeiros do Oeste paulista, "tornando-se por assim dizer, a forma peculiar do emprego do braço na grande lavoura da Província"⁴³. Ribeyrolles⁴⁴ relaciona 30 colônias fundadas na década de 50, só pela família

246
237

Vergueiro, sob o regime de parceria.

Em 1857, a Província de São Paulo contava com as seguintes colônias de parceria, em grande parte composta de elementos de língua alemã e religião protestante: a do Senador Vergueiro (Abicoba); Getubá; Florence; Sete Quedas; Independência; São João de Corumbataí; Morro Azul; Santa Bárbara; São Jerônimo; Crescêncio; Dorcas; Tatuí; São Lourenço; Boa Vista de Campinas e de Apuro; Pouso Alegre do Jaú e Lorro Grande, todas elas com serviço livre e escravo⁴⁵. Em 1855, existiam 3.517 colonos e, em 1858, o número subira para mais de 4.000⁴⁶. Azevedo Marques dá o total de 6.000 colonos existentes na Província, entre 1853 e 1860⁴⁷.

Apesar da expansão das colônias, devido ao número sempre crescente dos imigrantes que chegavam ao Brasil, o sistema de parceria entrou em declínio nos fins da década de 50, por ter-se tornado problemático e oneroso para os fazendeiros. A iniciativa particular já não podia arcar com as despesas e os aspectos burocráticos que envolviam a vinda de grandes contingentes de trabalhadores, necessários em número cada vez maior, com a expansão da lavoura cafeeira. Por outro lado, as condições de trabalho a que ficavam sujeitos os colonos tinham acabado por provocar conflitos de natureza social entre fazendeiros e trabalhadores, descritos na obra clássica de Thomaz Davatz, Memórias de um colono no Brasil - (1850).

A solução paulista teve que ser abandonada em troca da co-participação do governo imperial que subvencionaria a mão-de-obra assalariada trazida pelos proprietários. Na Província de São Paulo, seu Presidente, porta-voz da Corte, fazia ver, nos inícios da década de 60, a necessidade de um compromisso entre governo e proprietários, para a solução comum do urgente problema da falta de braços:

O governo Imperial vem se esforçando, há bastante tempo, para atrair ao país estrangeiros afetos às idéias de ordem e trabalho. Infelizmente, os resultados obtidos não compensam os sacrifícios feitos, quer pela província, quer pelo governo imperial em relação à colonização entre nós. É incontestável, senhores, que da imigração européia auferirá o Brasil preciosas vantagens. Infelizmente, é ela muito incerta e escassa para nós, ao passo que concorre em larga escala para outros países. Não teremos coloni

238

zação estrangeira sem subvenções ... enquanto a imigração subvencionada não tomar notável importância, nada devemos esperar da emigração espontânea⁴⁸.

Entretanto, a união de esforços entre o governo e proprietários não encontrou seu caminho de imediato, e foi lentamente que, a partir de 1860, o sistema de parceria começou a ser substituído pela mão-de-obra assalariada, composta de nacionais e estrangeiros europeus, principalmente italianos, trazidos pelos proprietários e pelo governo.

Quando, nos meados da década, agentes norte-americanos procuraram as autoridades governamentais brasileiras para investigar as possibilidades de emigração para o Brasil, encontraram grande receptividade. Não vinham procurar trabalho sob o regime assalariado; por isso, não contavam com grande apoio dos proprietários das fazendas de café⁴⁹. Mas, para as autoridades governamentais que viam a questão da imigração em termos mais amplos, nacionalistas, toda a economia brasileira poderia lucrar com a vinda dos súditos americanos, principalmente tendo em vista o surto do algodão.

Encarada como mais uma experiência de tipo "imigração de povoamento", a vinda de norte-americanos, aureolados por uma tradição de eficiência e produtividade nos trabalhos agrícolas e elevado nível de comportamento democrático na vida social, ao mesmo tempo que poderia representar uma significativa contribuição para a solução do problema da mão-de-obra agrária qualificada, viria exercer sobre a população local efeitos morais, civilizadores, de renovação da mentalidade acanhada da época, efeitos esses ventilados sobretudo pelo pensamento liberal. Os americanos seriam "o sangue novo de que carecia o Brasil", na expressão de Tavares Bastos.

De fato, os Estados Unidos vinham-se constituindo, para os brasileiros da segunda metade do século XIX, num paradigma político e cultural. As experiências americanas eram sempre relembradas quando se tratava de questões envolvendo federação, república, economia e colonização, e educação⁵⁰. Aliás, já na década de 30, Kidder, por ocasião de sua visita à Assembléia Provincial de São Paulo, reunida para a legislatura de 1837 a 1840, registrou "calorosos sentimentos americanistas e grande interesse pelos assuntos

288

239

...americanos" 51.

Foi talvez o liberal Tavares Bastos quem advogou com maior empenho, nessa época, a necessidade de uma aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos 52.

Tavares Bastos admirava sobretudo a organização política-administrativa norte-americana, que tinha seus traços principais na "descentralização completa" e na "intervenção constante do soberano popular". Nesse sentido propôs, em A Província, como tarefa dos políticos liberais, lutar pelo retorno às instituições brasileiras de 1831-1834, inspiradas no modelo americano 53.

No começo da década de 50, Tavares Bastos interessou-se pela campanha em prol do estabelecimento da ligação marítima direta entre os dois países, vendo nesses contatos uma ocasião propícia para aumentar a influência norte-americana, no seu entender benéfica ao Brasil. Nas Cartas do Solitário, diz a esse respeito:

É... por bem do progresso, ou antes da reforma moral do país, que eu desejo ardentemente as mais rápidas comunicações entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte ... É deste último país, justamente, que nos pode vir mais experiências práticas a bem de nossa agricultura, de nossas circunstâncias econômicas, que têm, com as da União, a mais viva semelhança 54.

Essa predisposição de Tavares Bastos em favor dos Estados Unidos resultaria em que ele se mostrasse um dos incentivadores da imigração norte-americana para o Brasil. No texto abaixo, uma carta que escreveu em 1863, depois de alinhar as vantagens que boas relações teriam aos dois países, conclui pela urgência de comunicações mais rápidas com os Estados Unidos, a fim de possibilitar maior afluxo de americanos para o Brasil:

O Brasil carece de sangue novo ... carece de espírito yankee, desse arrojo, dessa atividade, dessa energia, desse másculo espírito de invenção e progresso; carece de fundir seus prejuízos portugueses e clericais em idéias generosas de liberdade ilimitada ...

Não é só o creito material que se deve apreciar; é mais que tudo o resultado moral que eu vejo descender das relações entre a minha e a sua pátria ...

Ia-me esquecendo lembrar o mais eficaz dos argumentos, o dos interesses comerciais. O comércio entre os dois países cresce a olhos vistos. Do exercício 1859-60 as esta -

249

240

250
L
241

tística⁵ oficiais fornecem os seguintes dados: Importação: dos Estados Unidos para o Brasil: 12.889 591; Exportação: do Brasil para os Estados Unidos: 31.857 880\$. Quem é pois mais diretamente interessado nas relações de que falo? Sem dúvida que o Brasil, e, para dizer tudo, os produtores e comerciantes de café no Rio, São Paulo e Minas, os fabricantes e vendedores de goma elástica no Pará.

Se a soma total das transações com os dois países excedia naquele período normal, de 44.000.000\$, não é evidente a vantagem da linha de navegação direta entre o Rio e New York?

Outra consideração: de que carece o Brasil? de homens empreendedores, de engenheiros civis, de industriais inteligentes, habituados às invenções e eles próprios inventores. Esses homens preciosos superabundam nos Estados Unidos. A sua população de 30.000.000 de habitantes já se sente pesar na parte do seu território que foi a Nova Inglaterra. O Oeste é, na verdade, ainda um país de sonhos; mas, em último resultado, é mais fácil fazer fortuna no estrangeiro, e o Brasil poder-se-á oferecer aos emigrantes norte americanos com toda a magnificência das suas esperanças. Deixe-se o comércio costeiro livre à bandeira estrelada e às nações amigas, dê-se o impulso às estradas de ferro e à navegação de nossos grandes rios, e, com a linha de paquetes para os Estados Unidos, a emigração da América do Norte para a do Sul será cada dia melhor e mais vantajosa ao desenvolvimento industrial do Brasil?

A idéia de uma imigração norte-americana para o Brasil se revestia de tamanha importância para Tavares Bastos que, sendo liberal e, portanto, contrário ao intervencionismo do governo nos assuntos de imigração, accitava ele, no entanto, o recrutamento direto daqueles imigrantes por agentes oficiais, mostrando-se favorável à manutenção de uma agência governamental, no sul dos Estados Unidos, para esse fim. E arrola os motivos dessa exceção:

Em primeiro lugar, os imigrantes dessa procedência trazem geralmente consigo um a dois contos de réis, meio termo. O europeu, ou é proletário, ou não importa mais que 100\$, meio termo. Em segundo lugar, esses homens já se estão distinguindo aqui pelo aperfeiçoamento de seu trabalho agrícola, pelo emprego de máquinas, pela regularidade e inteligência com que dirigem os seus estabelecimentos e, finalmente, pela grande contribuição que promovem à soma da produção do país⁵⁶.

257
242

compartilhada e alimentada pelas autoridades brasilei-
 ras, foi divulgada nos Estados Unidos com a finalidade de
 atrair imigrantes. Para a propaganda que agentes consulares
 brasileiros faziam nos Estados Unidos, o governo imperial abriu
 em 1865 um escritório em Nova York, que começou a funcionar sob
 a chefia de Quintino Bocaiuva, em outubro do ano seguinte. A
 circular abaixo, publicada pelo agente oficial no Rio e referen-
 ciada pelo cônsul brasileiro em Nova York, foi divulgada nos Es-
 tados Unidos, resumindo as vantagens oferecidas aos imigrantes
 americanos no Brasil.

Emigração para o Brasil.

O governo Imperial olha com simpatia e interesse a emi-
 gração americana para o Brasil, e está resolvido a dar-
 lhe a mais favorável consideração. Os emigrantes acharão
 uma abundância de terras férteis, adequadas para a cultu-
 ra de algodão, cana de açúcar, café, fumo, arroz, etc.
 Estas terras estão situadas nas províncias do Rio Grande
 do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito San-
 to e Rio de Janeiro; e cada emigrante pode escolher suas
 próprias terras. Logo que o emigrante tenha escolhido
 sua terra, será essa medida pelo governo, e dada posse
 em pagamento do preço estipulado. Terras desocupadas se-
 ão vendidas ao preço de 23, 46, 70 ou 90 centavos por
 acre, a serem pagos antes de tomar posse, ou vendidas
 por tempo limitado de cinco anos, pagando os emigrantes
 seis por cento de juros anualmente, e recebendo o título
 de propriedade, somente depois de ter pago a terra ven-
 dida. As leis em vigor concedem muitos favores aos emi-
 grantes, tais como isenção de direitos de importação so-
 bre todos os objetos de uso pessoal, utensílios de comer-
 cio e utensílios de agricultura e maquinaria. Os emigran-
 tes gozarão, sob a constituição do Império, de todos os
 direitos e liberdades civis, que pertencem aos brasilei-
 ros natos. Eles gozarão da liberdade de consciência em
 assuntos religiosos, e não serão importunados por suas
 crenças religiosas. Os emigrantes podem tornar-se cida-
 ãos naturalizados depois de dois anos de residência no
 Império, e estarão isentos de todos os deveres militares,
 exceto a Guarda Nacional (milícia) na municipalidade. Ne-
 nhum escravo pode ser importado para o Brasil de qualquer
 país. A emigração de agricultores e mecânicos é particu-
 larmente desejada. Bons engenheiros são procurados no Im-
 pério. Há estradas de ferro em construção e outras em
 projeto: além disso, há muitas estradas a serem construí-
 das e rios para serem navegados. À venda, à disposição
 dos emigrantes, terras das melhores qualidades, pertencen-
 tes a particulares. Essas terras, variando em preço
 de \$140 a 700 por acre, são próprias para a cultura do
 café, cana de açúcar, algodão, fumo, arroz, milho, etc.

e podem ser obtidas em todas as condições, desde a floresta virgem até terras em estado de serem cultivadas⁵⁷

Além desses informes oficiais, os Estados Unidos dispunham também, nos meados do século, de outras fontes de referências: os próprios americanos que para cá viajavam a negócios, e aqui faziam escalada para a região do Prato. A presença de norte-americanos, ainda que de pouca monta, não era coisa rara. Segundo o Registro de Estrangeiros, de 1808 a 1822 entraram pelos portos do Brasil quase duas centenas de norte-americanos, entre negociantes, marinheiros, lavradores, militares e pequenos artesãos⁵⁸.

Por outro lado, entre 1822 e 1888 foram escritos por americanos cerca de 20 livros sobre o Brasil⁵⁹. Entre os mais divulgados, estavam os relatórios do missionário metódista, Fountain Pitts, da Conferência Anual do Tennessee, que apareceu em 1835, como resultado de sua viagem de exploração das possibilidades de um trabalho evangélico no Brasil, e os de D.F. Kidder e J. C. Fletcher. Em 1845, Kidder publicou na Filadélfia seus "Sketches of Residence and Travels in Brazil", de que saiu, em 1857, a edição refundida por Fletcher, o "Brazil and the Brazilians", obras que difundiram no exterior a imagem do Brasil como um país bastante pitoresco e receptivo aos estrangeiros, embora com um povo inculto.

Em 1853, apareceram os relatos de viagens do cientista e explorador Mathew F. Leury, que concorreram para alimentar a curiosidade dos americanos em relação ao Brasil, mas que foram negativos, na opinião de Kidder e Fletcher, Taveres Bastos e outros, para com os sentimentos dos brasileiros em relação aos norte-americanos, por denunciarem uma invasão do Amazonas por filibusteiros de Nova York⁶⁰.

Na época em que se incentivou a emigração, também foi dada muita ênfase pelos jornais americanos às notícias de que no Brasil os sulistas não sofreriam os rigores da Reconstrução. Destacavam, como aspectos favoráveis para a emigração, o vasto e inexplorado território, a existência de escravos já treinados, e a preponderância do partido Liberal do governo, promessas de permissão de auto-governo nas futuras colônias, rápida obtenção de

282
A
243

nova cidadania, possibilidade de isenção perpétua do serviço mi-
 litar⁶² bem como de "vender a terra barato e cortar o burocratis-
 mo dos funcionários públicos e inferiores fiscais e subdelegados"⁶³.

A maior parte dessas notícias e informações apontava a
 Província de São Paulo como a região que apresentava as melhores
 condições para os norte-americanos que desejassem fixar-se no Bra-
 zil. E, de fato, foi para São Paulo que se dirigiu a atenção dos
 agentes norte-americanos de emigração que vieram ao Brasil exami-
 nar as possibilidades de trabalho para seus compatriotas.

Os "olheiros" americanos fizeram suas viagens de expora-
 ção sob o patrocínio do Governo Imperial, recebendo, entre outras
 facilidades, livre trânsito pelo país, guias e auxílios financeii-
 res. O ministro da Agricultura Paula Souza escreveu a alguns des-
 ses investigadores, em fins de 1865, uma carta de boas-vindas e
 recomendações que é bem um exemplo do interesse que os poderes offi-
 ciais manifestaram, na ocasião, pela emigração dos americanos. Há
 nela referências expressas às condições favoráveis para o estabe-
 lecimento de sulistas na Província de São Paulo, entre outras a
 de garantia de liberdade de culto⁶⁴.

O Presidente da Província, João da Silva Carrão, em seu
 Relatório à Assembléia Provincial de 1866, confessou esperar que
 da guerra civil americana resultasse corrente de emigração para
 São Paulo, pois já haviam chegado três expedições, vindas para es-
 tudar as terras e demais condições. Diz êle:

O Dr. Gaston, o general Wood e o agrônomo Norris, cada um
 à frente de uma expedição estiveram em São Paulo e visita-
 ram parte do interior da Província, tendo recebido do go-
 verno todo o auxílio em suas excursões. O Dr. Gaston per-
 correu o oeste e o sul, atravessando a Serra do Mar e reti-
 rando-se por Iguape, e depois para os Estados Unidos em
 Companhia do gen. Wood. O agrônomo Norris pretendia fixar-
 se nas vizinhanças de Campinas, onde procurava comprar ter-
 ras.

O Presidente não escondia as suas esperanças quanto à
 emigração americana, que aqui encontraria liberdade individual e
 de culto, e garantia plena de propriedade, mas se defrontaria,
 também, com o mal gravíssimo da falta de meios de transporte⁶⁵.

Muitas organizações de emigração haviam sido fundadas

253
 A
 244

Estados Unidos;

e seu papel consistia em enviar investigadores e empresários ao Brasil e outros países sul americanos como agentes de propaganda e contato junto aos sulistas desejosos de emigrar. Dos empresários que visitaram o Brasil, apenas alguns eram representantes oficiais de tais organizações⁶⁶

A "Southern Colonization Society", criada para esse fim em outubro de 1865, na Carolina do Sul, mandou o major R. Meriwether e o Dr. H.A. Shaw, em companhia de Thomas e H. Adams, para pesquisarem as condições das terras brasileiras. Esse grupo desembarcou no Rio, em novembro de 65, e investigou especialmente o litoral sul de São Paulo; o major Meriwether, porém, fixou-se na região de Botucatu.

O General W.W.Wood, do Mississippi, também veio a São Paulo na qualidade de representante de várias organizações para emigração, escolhendo terras na zona de Araraquara, Jaú e Botucatu. Com Wood vieram os Drs. Warne e Wesson, do Tennessee, R. Brown, do Alabama e W. Reinan, da Flórida. O Governo Imperial, na pessoa de Paula Sousa, prometeu a Wood e seus companheiros terras a 22 cents o acre, pagáveis em 5 anos, e a construção de estradas.

O reverendo Ballard S.Dunn, de New Orleans, visitou, em 1865, o Espírito Santo, o Rio de Janeiro e São Paulo, onde escolheu terras no litoral sul, em Juquiá⁶⁷. De volta aos Estados Unidos, publicou, em 1866, "Brazil, home for southerners", livro que se tornou um agente de grande efeito na propagação da emigração. Dunn pagou pelas terras que comprara

um real por braço quadrada, ou seja, 41 e 3/4 centavos americanos por acre, incluídas as despesas com medição e demarcação... Ao mesmo tempo, deveriam estar isentos de taxa de importação todos os instrumentos agrícolas, a maquinaria, os produtos manufaturados e os demais utensílios trazidos pelos emigrantes. O Governo Imperial responsabilizou-se pela construção de um abrigo, e prometeu pagar o frete de um navio em cada dois fretados por Dunn, para o transporte dos imigrantes, ou então adiantar o preço de passagem, a ser pago depois que chegassem. Dunn assumiu a responsabilidade por esse desembolso em 3 ou 4 anos⁶⁸.

245

O Dr. James Mc Padden Gaston, da Carolina do Sul, veio representando um grupo de particulares. Também percorreu a Província de São Paulo em 1865, escolhendo terras em Xiririca, no Rio Paraíba, pela sua proximidade com outras colônias. Gaston havia visitado praticamente todas as regiões da província, e sua escolha inicial tinha recaído sobre as terras de Araraquara, Jaú, Limeira e Campinas, onde encontrara "o melhor algodão, tanto em quantidade como em produção, até aquela data"⁶⁹; mas como essas fossem também as terras preferidas de Wood,⁷⁰ decidiu investigar o litoral paulista. Redigiu para o Presidente da Província um relatório de suas viagens pelo interior, viagem que fez, em parte, acompanhado de Wood. Quando publicado nos Estados Unidos, seu "Hunting a home in Brazil" foi comentado em jornais, despertando grande interesse pelo Brasil entre os que planejavam emigrar. O preço das terras, dado a Gaston, girava em torno de 22 a 28 cents o acre. Aqueles que não tinham recursos para pagar receberiam 30 alqueires, sob responsabilidade do governo, a 6.65 dólares por alqueire, pagáveis 1/3 a cada 2 anos. Seria fornecido também às famílias o instrumental agrícola necessário, e cada adulto receberia um dólar por dia, durante seis meses. Paula Souza ainda propôs a Gaston que abriria uma estrada carroçável de Xiririca a Cananéia, com acesso aos portos de Iguape e Cananéia, e que o governo Imperial fretaria um navio em cada dois que ele lotasse com emigrantes. A esses navios seria permitido o desembarque livre, isento de tributação alfandegária, nos portos do litoral sul. As passagens deveriam ser pagas adiantadamente pelos emigrantes, sendo o montante devolvido quando chegassem ao Rio de Janeiro.

Frank Mac Kullen e o Cel. Bowen, do Texas, escolheram, em 1866, terras na bacia do Rio Juquiá, nas margens dos rios Peixe, Azeite, Areão e Gunhanã, tributários do São Lourenço. As condições oferecidas a Mac Kullen foram as mesmas de Gaston, Dunn e outros; o pagamento das passagens, porém, não foi reclamado pelo governo, em vista do naufrágio que esse grupo sofreu na sua primeira viagem.

No final de 1865, desembarcaram no Rio de Janeiro o coronel W.H. Norris e seu filho Robert, fazendeiros no Alabama. Depois

258
 246

... pelas terras da região entre Campinas e Piracicaba, cuja
 qualidade e topografia lembravam as do seu Estado natal. Compra-
 ram a Fazenda Lachadinho, de particulares, pois as terras do go-
 verno haviam sido requisitadas pelo Gal. Wood. Os Norris tinham
 recursos, e pagaram pela transação em dólares de ouro.

Na sua maioria, esses investigadores e seus liderados re-
 ceberam, quando desembarcaram no Rio de Janeiro, apoio e auxílio
 financeiro dos irmãos Nathan, ingleses comerciantes ali estabele-
 cidos e casados com americanos. Os Nathan, além de serem fiadores
 de muitos emigrantes, empenharam-se pessoalmente na vinda do gru-
 po que se localizou na imediações de Campinas⁷¹.

As colônias de Dunn, Mac Fadden e Mac Mullen chegaram a
 ser instaladas, mas tiveram existência efêmera. Os imigrantes vi-
 am plantar algodão, mas o litoral sul paulista não era a região
 mais adequada ao seu cultivo.

Os imigrantes norte-americanos trouxeram arados. Mas, no
 vale do Juquiá, os arados e suas técnicas já estavam con-
 denados. O solo era demasiado raso, e o arado apenas tra-
 zia o subsolo para a superfície, sendo que até hoje não
 oferece vantagens⁷².

Dunn trouxe a primeira leva de emigrantes: chegaram em
 1867, no "Harmion", e foram levados gratuitamente pelo Governo Im-
 perial até a colônia "Lizzieland", em Juquiá. Logo, porém, os co-
 lonos começaram a abandonar o local, pois as terras escolhidas
 por Dunn, exceto talvez as suas próprias, apesar de pitorescas,
 ficavam inundadas com as chuvas e não permitiam o trabalho. Dunn,
 depois de hipotecar suas propriedades, voltou aos Estados Unidos,
 com o pretexto de trazer nova turma mas nunca mais mandou notí-
 cias aos seus liderados no Brasil⁷³.

Gaston Mac Fadden chegou a Xiririca, nos inícios de 1867,
 com cerca de uma centena de companheiros. Entretanto, apesar das
 promessas de que uma reserva suficiente de boas terras estaria à
 sua espera, Gaston não as teve delimitadas, e a colônia fracassou.
 Gaston abandonou Xiririca e instalou-se independentemente na re-
 gião de Campinas.

O grupo de Mac Mullen, depois de uma viagem particular -
 mente acidentada, com um naufrágio nas costas de Cuba, desembar-

256
 d
 247

em Iguaçu, em 1867. Logo depois, com a morte do líder, em setembro desse ano, a colônia começou a se dispersar. Muitos membros do grupo partiram para o interior da província, em busca de vizinhos americanos.

Todas essas experiências no litoral malograram⁷⁴. Falta de condições ambientais e não-cumprimento das promessas governamentais concorreram para o insucesso de mais essa tentativa de colonização patrocinada pelo governo sob o sistema de núcleos coloniais.

A maior parte dos americanos sabia que as terras mais adequadas eram as da zona de Campinas, exatamente onde o coronel Norris havia comprado as suas, e foi para lá que, aos poucos, os remanescentes das colônias do litoral se dirigiram. A região onde os Norris se instalaram oferecia, ao mesmo tempo, terra própria para o plantio do algodão e fácil escoamento do produto, pois a Fazenda Lechadinho, além de ficar perto da "São Paulo Railway", cujos trilhos já atingiam Jundiaí e se encaminhavam para o interior da Província, era cortada pela estrada carroçável que ligava Piracicaba e Campinas.

Foi ao redor da propriedade dos Norris que, inicialmente, o agrupamento de sulistas americanos se concentrou. Mais tarde, esse local ficou conhecido como a Estação, devido à parada de trens aí instalada pela "São Paulo Railway" para servir à vila de Santa Bárbara, que ficava à cerca de 10 km. Posteriormente, a Estação deu origem à cidade de Americana. A 6 milhas da Fazenda Lechadinho, estabeleceu-se um segundo núcleo, o Campo, e, a 15 milhas, o Retiro, a terceira comunidade permanente⁷⁵. Inúmeras outras famílias instalaram-se isoladamente no interior da província.

Em 1871, ainda chegavam famílias dos Estados Unidos para Santa Bárbara, mas, em 1873, a maioria dos americanos já estava estabelecida⁷⁶. Alguns deles se encaminharam para o comércio (tecidos, ferramentas) ou para as profissões liberais, mas a maior parte dedicou-se à lavoura. Criavam carneiros, vacas de leite e abelhas e praticavam a policultura (algodão, cana, milho, gêneros alimentícios) com o auxílio de um arado semelhante ao antigo modelo português, de madeira, com bico de ferro, o arrebite, e o ara-

287
248

de disco com rodas e bafeiro⁷⁷. Se o início da mecanização da lavoura não pode ser tributado aos sulistas, foi o exemplo dos norte-americanos que fez, contudo, com que o uso da maquinaria agrícola se difundisse na Província de São Paulo. A eles se deve também a divulgação do uso de troles para o transporte na zona rural⁷⁸.

Goldman amplia o quadro das influências sulistas, apontando como iniciativas suas, entre outros melhoramentos, a produção comercial da melancia, o plantio de videiras, o uso de carretas puxadas por burros, em substituição ao tradicional carro de bois, a lamparina a querosene e os fogões de ferro⁷⁹; Jones acrescenta o uso da manteiga⁸⁰.

É inegável que, nesses primeiros tempos de seu estabelecimento na Província de São Paulo, pastores e imigrantes norte-americanos, superando diferenças de origem e denominações, proporcionaram-se mutuamente estímulo e apoio. Entretanto, como bem observa Léonard, as colônias americanas - como aliás as demais colônias estrangeiras de confissão protestante instaladas no Brasil - não contribuíram significativamente para a propagação de seu culto, e seu desinteresse pelos princípios que os inspiravam na terra natal, provocou o desânimo dos pastores presbiterianos que procuravam oferecer-lhes seu ministério. Simonton, Schneider e Blackford, quando passavam por Santa Bárbara a caminho de Brotas, Rio Claro e outros núcleos da região, sempre paravam para celebrar o culto mas "os sulistas ... desesperaram os missionários por sua falta de interesse pela obra deles", diz aquele autor⁸¹. O fato torna-se evidente quando se considera que os imigrantes não deram um único pastor para as Igrejas reformadas no Brasil. Entretanto, filhas de imigrantes ^{se casaram} com pastores tornando-se professoras e missionárias nos colégios americanos de confissão protestante aqui fundados. Assim, graças a esse apoio de caráter social e cultural oferecido aos missionários, os imigrantes americanos tornaram-se um dos fatores da expansão protestante no Brasil, atuando como pontas de lança para a penetração mais ampla das doutrinas reformadas.

Além do trabalho dos presbiterianos do Norte, a Provín-

cia de São Paulo conheceu, na década de 70, as primeiras tentativas de ação catequética das igrejas metodista e batista, também ligadas, de algum modo, ao grupo de sulistas imigrados. O Reverendo Junius Newmann, da Igreja Metodista Episcopal do Sul, fazia parte do grupo de imigrantes que desembarcaram em 1867 e, em 1871, organizou no bairro Retiro, em Santa Bárbara, a primeira Igreja Metodista no Brasil. Atendendo ao seu pedido de auxílios para a obra de evangelização, o "Board of Mission" da Igreja Metodista de Nashville, Tennessee, enviaria, em 1876, o Revdo. J.J. Ranson e, em 1881, os Revdôs. Koger e J.L. Kennedy, e a educadora miss Martha Watts. Em fins desse ano, a Igreja Metodista do Sul já contava com três igrejas organizadas, uma na Corte e duas no interior da Província de São Paulo (Santa Bárbara e Piracicaba). Os imigrantes batistas, por sua vez, desde o início tiveram a assistência dos pastores Thomas e Ratcliff, embora somente em 1871 organizassem a primeira Igreja Batista no Brasil, junto à própria colônia. O ramo sulista da Igreja Presbiteriana também procurou instalar-se nas proximidades de Santa Bárbara, abrindo sua frente de trabalhos em Campinas, em 1869-70.

No decorrer dos anos de ação missionária dessas igrejas, o apoio que os sulistas estabelecidos no interior da Província de São Paulo proporcionaram aos pastores, e vice-versa, passou a ser exercido através das atividades pedagógicas. O quadro abaixo

PRIMEIRAS IGREJAS E ESCOLAS FUNDADAS PELOS PROTESTANTES AMERICANOS NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

| Igrejas | Escolas |
|--|---|
| Presbiteriana - S. Paulo (1863) (Norte) Brotas (1865) Lorena (1868) Sorocaba (1869) | Escola Americana (1870) Escola da Missão (1871) Escola Presbiteriana (1873) |
| Presbiteriana - Campinas (1870) (Sul) Sta. Bárbara (1870) | Internacional (1869) |
| Metodista - Sta. Bárbara (1871) Piracicaba (1881) | Colégio Piracicabano (1881) extensão da escola das irmãs Newman (1879) |
| Batista - Sta. Bárbara (1871) | Colégio Batista Brasileiro |

289
A
250

260
h
251

que a abertura de escolas frequentemente acompanhou, e às vezes precedeu, a instalação das igrejas protestantes na Província de São Paulo. Tanto para imigrantes quanto para pastores a fundação dessas escolas representava uma resposta às suas necessidades.

No primeiro caso, dos imigrantes, a existência, na Província de São Paulo, de colégios americanos fundados pelas missões protestantes vinha satisfazer às suas exigências de educação internacional em termos de escolas particulares. As tradições sulistas enfatizavam a escolarização sob o sistema particular. Com efeito, examinando-se a situação do ensino norte-americano como um todo, na década em que pastores e imigrantes vieram para o Brasil, observa-se que as mudanças fundamentais que nele estavam ocorrendo desde os inícios do século XIX, e que apontavam para a ascensão da escola pública, haviam atingido com menor intensidade o Sul dos Estados Unidos.

As mudanças nas técnicas, no sistema curricular e na disciplina clássica, visando o atendimento dos novos interesses da sociedade americana da segunda metade do século XIX, foram sentidas principalmente nos estados do Norte e Oeste do país. A política educacional dos estados do leste e do Sul foi mais resistente às mudanças, mantendo-se na retaguarda das inovações. Esta posição foi responsável pelo fato de assim chamada era do "revival" da escola comum e básica para todos só ter atingido o Sul depois da Guerra de Secessão. Nela também se encontra a razão para a rejeição, por parte do Leste e do Sul, da experiência de co-educação que tivera início no Centro-Oeste, no colégio de Oberlin, Ohio, em 1833, mantendo aquelas regiões instituições separadas para conferir graus superiores a ambos os sexos⁸³. Já o sistema e os padrões educacionais dos pioneiros dos estados do Sul dos Estados Unidos eram diferentes daqueles dos colonos do Norte. Segundo Kaufman, "na Virgínia e nos estados sulinos, a estrutura econômica e social calcou o sistema educacional nos moldes europeus: os filhos dos grandes proprietários e fazendeiros ou tinham preceptores em casa, ou eram educados em escolas particulares situadas nas grandes cidades, ou então, na Europa"⁸⁴. Mesmo havendo escolas destinadas à instrução de orfãos ou crianças pobres, nessa parte

267
252

... país as oportunidades educacionais para todas as classes da sociedade eram menos numerosas que em outras regiões. Diz Steuben Ambrose que, no pós guerra, quando os radicais decidiram que o melhor meio de promover e manter a Reconstrução seria a criação de um sistema escolar público sulista semelhante ao de Norte, no qual escolas amplas, limpas e bem construídas estariam à disposição de crianças brancas e negras ^{para} ensinar-lhes os três valores sociais ianques de tolerância e honestidade, o plano fracassou, entre outros motivos, porque os sulistas não aceitavam bem o princípio da educação pública. Não obstante participassem da crença, comum ao século, de que saber é poder, e que portanto, a melhoria das condições econômicas e sociais abaladas com a guerra adviria com inovações na instrução, no Sul procuravam desenvolver o sistema educacional mediante associações privadas. ⁸⁶

A maioria dos sulistas americanos que se estabeleceram em São Paulo, fiéis a essas tradições culturais, providenciaram de imediato condições para que suas crianças tivessem escolas.

Nos primeiros tempos de instabilidade, quando as colônias foram fundadas e sucessivamente fechadas, os próprios pais se encarregavam de ensinar aos filhos, cuidando para que as crianças não abandonassem os hábitos de leitura e escrita. Muitas vezes improvisaram escolas dominicais com a ajuda dos pastores que os acompanhavam. No literal paulista, Alfred Smith ensinou a seus filhos na sua casa do Areado; na estação de Santa Bárbara, Pattie Steagall Norris ensinou a suas crianças as primeiras letras, e, seu marido, os estudos mais adiantados. As crianças do núcleo do Retiro estudaram com a filha do pastor Newman.

Na vila de Santa Bárbara, Kate Hardeman instalou em sua própria casa, para seus filhos e vizinhos, uma escola que durou até sua morte, em 1906. Ana Bookwalter sempre teve professores particulares em sua fazenda; no princípio, aí lecionavam moças do grupo de imigrantes mas, na primeira década do século XX, as aulas foram confiadas a sua filha Elisabeth, diplomada nos Estados Unidos. ⁸⁷

Quando o grupo de imigrantes finalmente se concentrou em

267
 a
 253

em Santa Bárbara, puderam formalizar o aprendizado das primeiras letras. Entretanto, não procuraram colocar suas crianças nas poucas escolas nacionais existentes na região. Reproduzindo a concepção que a escola assumira no sul dos Estados Unidos, construíram em suas propriedades salas especiais para as aulas, nos moldes das "Little Red School Houses", e contrataram professores sulistas para lecionarem às suas crianças⁸⁸. A liberdade de ensino existente de fato e, a partir de 1868, de direito, na Província de São Paulo, possibilitou-lhes o ensino das primeiras letras em inglês, segundo os métodos tradicionais da velha pátria.

Entre os próprios imigrantes havia muitas moças que, na condição de professoras das Escolas Dominiciais, encarregavam-se também do ensino das primeiras letras. O magistério acabou mesmo por se tornar uma das principais ocupações das moças americanas imigradas. Além de ensinarem às crianças de seu próprio núcleo, tornaram-se preceptoras particulares, professoras de inglês ou de outras línguas, diretoras de colégios e até professoras públicas. Josna B. Grady manteve escola particular de primeiras letras em Tataí, em Una, e em Santa Bárbara; posteriormente abriu colégio de primeiras e segundas letras em Penha do Rio do Peixe (Itapira)⁸⁹. Katie e Pamela Scurlock foram professoras no "Piracicabano" e Catarina Bookwalter no Colégio de Lavras⁹⁰. Já na época da proclamação da República, Mary Ellic Mac Intyre dirigia na capital paulista o "Colégio Progresso Brasileiro", transferido de Jundiá onde funcionara na década anterior⁹¹.

A formação profissional para o magistério foi obtida em escolas dos Estados Unidos⁹², ou nos próprios colégios que os patrones norte-americanos fundaram no Brasil. A partir dos anos 90, o "Piracicabano" manteria uma seção de Pedagogia para atender à formação de professores. Aliás, por volta da passagem de século, a freqüência dos descendentes dos imigrantes norte-americanos a esse estabelecimento era tão intensa que a família Harris abriu uma "Pensão Americana" em Piracicaba, para acolhê-los enquanto alunos externos desse colégio⁹³. Quando as reformas republicanas tornarem a Escola Normal de São Paulo uma atraente instituição profissionalizante para a mulher, várias descendentes

263
A
254

americanos frequentaram seus cursos, obtendo diploma para ingressar no magistério público. As primeiras, segundo Jones, foram Laura e Marie Pyles, Sarah Hall, Mary e Lillian Mac Intyre, Annie Bankston de Oliveira e outras⁹⁴.

Em suma, podemos pensar que as tradições culturais e pedagógicas dos sulistas imigrados, concorreram para o aparecimento e a permanência dos colégios protestantes americanos na Província de São Paulo. Mas outro motivo deve ser apontado: aquele que se refere às razões pelas quais os missionários americanos se ligaram aos colégios.

A instrução formal sempre serviu ao Protestantismo como elemento de penetração e apoio das atividades catequéticas. Com essa finalidade, ao lado da Escola Dominical, as igrejas protestantes procuravam instalar uma escola paroquial de primeira letra, a "escola da missão", que, em centros estratégicos, transformava-se em colégios de nível secundário e mesmo em escolas superiores.

Na América do Norte, em particular, a especial importância atribuída à instrução e aos colégios se explica pelo largo emprego de procedimentos indiretos de evangelização. Segundo Léonard,

o protestantismo americano geralmente de natureza mais pragmática que teológica, identifica fielmente a Verdade religiosa aos deveres ou às manifestações de uma civilização a que chama de cristã ... A fé prática das Igrejas norte-americanas levou-as a um grande desenvolvimento das instituições "para-eclesiásticas" que ofereciam a vantagem de permitir uma propagação indireta, contribuindo para a criação do Reino de Deus na terra, mais ou menos conscientemente identificado ao sistema econômico dos Estados Unidos⁹⁵.

E, a não ser os batistas que se mostraram interessados apenas na evangelização direta, que resultasse do contacto com os Evangelhos, as demais denominações tradicionais-presbiterianos, metodistas e outras - valorizavam a evangelização indireta, isto é, a que advinha do conhecimento dos "frutos do Evangelho": uma pessoa seria levada a adotar o protestantismo se ficasse convencida da superioridade da vida cultural e social americana, da civilização que dele resultava. Outros elementos

essa idéia, dizendo:

Nós evangélicos estamos plenamente convencidos da superioridade dos nossos ideais, mas o povo culto em geral não aceita o Evangelho antes de ficar convencido da superioridade da cultura evangélica. Afinal de contas, a evangelização do Brasil implica no conflito dos dois sistemas de civilização (católico e evangélico), e o resultado dependerá da possibilidade de demonstrar a superioridade do cristianismo evangélico. Não será fácil no Brasil onde a vantagem do treinamento dos séculos está com os católicos. Os ideais, o modo de pensar, as instituições políticas e domésticas, os costumes e hábitos sociais do povo, o coletivismo social são influenciados e formados pela religião católica, e naturalmente resistem até entre os próprios evangélicos aos princípios de democracia e individualismo. Não obstante o poder maravilhoso do Evangelho na transformação imediata dos ideais dos indivíduos, a superioridade das doutrinas batistas não será demonstrada no povo brasileiro exclusivamente no campo da evangelização. O povo ficará convencido pelos frutos do Evangelho. É justamente no campo da educação que o Evangelho produz os seus frutos seltos e superiores, homens preparados para falar com po-

der à consciência nacional. O Evangelho encerra os princípios de democracia, individualismo, igualdade de direitos, liberdade intelectual e religiosa... Não é por acaso que nos países onde o catolicismo predomina há quase sempre maior porcentagem de analfabetismo

96

Ora, essa "atmosfera", esse ambiente, que se acreditava benéfico à evangelização, seria criado e transmitido pelos colégios. Assim, a difusão da instrução tornava-se, para as escolas protestantes americanas, um alvo tão importante quanto a propagação da mensagem evangélica. E se, na Europa, as igrejas reformadas destinavam precipuamente seus colégios aos filhos dos crentes, na América, de modo geral, os colégios protestantes eram "mistos", isto é, abertos a todos, sem distinção de confissão religiosa.

É importante ressaltar, no entanto, que nos Estados Unidos as igrejas do Norte e do Sul tinham posições diferentes a respeito da "propagação do Reino de Deus" através da Escola. Os ministros protestantes das igrejas nortistas, mais liberais, não faziam questão de atuar em escolas públicas ou particulares, sectárias ou não, é óbvio que excetuadas as católicas. Inclusive, ao estudar o papel desempenhado por essas denominações na implantação da escola comum no oeste americano, David Tyack observou que, nas comunidades onde existiam escolas públicas, raramente os pastores se preocuparam em instalar escolas religiosas, passando a atuar dentro do próprio sistema oficial. Já entre os sulistas, mais conservadores, encorajava-se somente a ação em escolas privadas, quando não se recusavam, da parte dos mais radicais, as práticas indiretas de evangelização⁹⁷. O Revdo. Robert Dabney, um dos mais notá-

269
255

veis teólogos da Igreja Presbiteriana do Sul, considerava o princípio da educação universal e pública, aceite pelos estados do Norte, como nocivo e enganoso, por provocar um nivelamento social indesejável. Propunha então, como alternativa, uma combinação das iniciativas privada e pública em que, as escolas ficariam sob o inteiro controle das famílias, fornecendo o Estado apenas assistência financeira aos pais sem recursos⁹⁸.

Esses matizes de concepções sobre modalidade de evangelização direta e indireta, que envolviam a utilização do sistema pedagógico, foram mantidos pelas igrejas reformadas que atuaram na Província de São Paulo, sobretudo enquanto o trabalho missionário foi obra de pastores americanos. Quando, nos inícios do século XX, a Igreja Protestante brasileira sentiu-se madura para viver independentemente da Igreja-Mãe e decidir seu próprio destino, também a questão das escolas foi colocada em novas bases.

A igreja Batista trabalhou sempre, nos Estados Unidos e no Brasil, numa linha de evangelização direta, obtendo mesmo resultado maiores "quando o Evangelho se apresentou por si mesmo, na sua nuñez original, sem acompanhamento⁹⁸ humanos pretendendo proteger-lhe ou facilitar-lhe a tarefa"⁹⁹. Somente nos primeiros anos do século XX é que, interessando-se pela obra educacional, viria a estabelecer seu primeiro colégio na Província de São Paulo¹⁰⁰.

Por sua vez, a Igreja Metodista do Sul, que através do seu Woman's Board of Mission mantinha o "Colégio Piracicabano", procurava equilibrar, ao que parece, as duas formas de ação catequética, mantendo, paralelamente ao colégio de Piracicaba, um ativo serviço de distribuição de Bíblias e folhetos, de promoção de conferências públicas e de propaganda pelos jornais locais, além das pregações a viva voz do Evangelho, que conquistaram na região um grande número de prosélitos. Prudente de Moraes, que sempre foi um grande apoio para o colégio de Piracicaba, também via a obra missionária dos metodistas sob essa perspectiva:

Dizem alguns que não se conformam com o sistema americano que o móvel que traz às nossas plagas o educador é o interesse da propaganda religiosa. Mas embora isto seja verdade, não vejo mal que daí possa resultar. De fato, qual é a religião que propagam os americanos? Qual é o evangelho .

265
256

266
257

que ensinam com a dedicação de verdadeiros apóstolos? É a religião de Cristo, é a religião da paz, do amor e da fraternidade humana. Pois não é o Evangelho de Jesus, a pedra angular sobre que se assenta a sociedade moderna? Não é a doutrina de Cristo a que conforta os crentes nos dias angustiosos da vida e não é esta mesma doutrina que tem contribuído nos tempos modernos para o progresso da civilização de que hoje gozamos? Longe de ser um mal, é um benefício a propagação das doutrinas cristãs ... Mas o nóvel dos americanos do norte que se fixam entre nós não é somente o da propagação das doutrinas que Jesus pregou, que os impelo, é sobre tudo, o entranhado amor à instrução, sentimento arraigado no coração daquele povo ...¹⁰¹

Quanto ao próprio "Colégio Piracicabano", a educação religiosa ali era considerada como um alvo tão importante quanto a instrução. No Prospecto para 1895 declara-se que o "Piracicabano" foi fundado pelas senhoras metodistas do sul dos Estados Unidos, "com o fim de dar uma educação liberal às irmãs brasileiras para que se estenda o seu horizonte religioso tanto como o intelectual"¹⁰²

Em relação ao "Colégio Internacional", fundado por iniciativa da Igreja Presbiteriana do Sul, aquelas diferentes concepções estavam subjacentes às atividades de seus dois primeiros diretores, os Revdôs. Eduard Lane e George Nash Morton. O Revdo. Lane, europeu de nascimento, valorizava a ação missionária direta junto aos pecadores, pela difusão da Bíblia, opondo-se a Morton, americano, que pensava em utilizar os recursos da missão em obras sociais, aplicando-os entre outras, em colégios de vulto. O ponto de vista de Lane acabou por prevalecer, o que talvez explique as "dificuldades" de Nash Morton com os organismos superiores e sua posterior retirada da direção do colégio¹⁰³. O "Internacional" continuou sendo mantido, de um modo ou de outro, pela Igreja, que também promoveu a fundação de outros colégios como eficientes auxiliares na difusão do Evangelho. Entretanto, nunca mais conseguiu atingir a posição de relevo que atingira sob a direção de Morton.

A Igreja Presbiteriana do Norte mantida pelo Board de New York, permaneceu sempre um tradicional reduto da modalidade de evangelização indireta, promovendo uma política educacional de

267
A
258

Essa posição foi bem representada pela atuação de Horace
 Wesley Lane que, enquanto diretor da "Escola Americana" e do "Mac
 Colledge", não apenas se mostrou mais sensível aos problemas
 pedagógicos que aos religiosos desses colégios, como também ofere
 constante colaboração à escola pública paulista por ocasião
 das reformas republicanas. Os missionários brasileiros, entretan
 to, por intermédio dos pastores Eduardo Carlos Pereira e Remígio
 Cerqueira Leite, opuseram a Lane e aos missionários que o apoi
 am, o movimento "Nova Bandeira", campanha que visava reservar a
 frequência das escolas protestantes americanas apenas aos filhos
 de crentes. A rejeição desse movimento pelas autoridades da Igre
 ja no Sínodo de 1900 acabaria por provocar -- entre outras causas --
 a dissidência de 1903, com a formação da Igreja Presbiteriana In
 dependente, liderada pelo Revdo. Pereira.

No exame da atuação das escolas protestantes americanas
 como agências catequéticas, com fins de proselitismo, resta ainda
 um aspecto a ser considerado: o dos recursos que financiavam esses
 empreendimentos. As igrejas reformadas americanas, que atuaram na
 Província de São Paulo durante a segunda metade do século XIX, e
 cuja diretriz de ação missionária era o estabelecimento de esco
 las como ocasião de evangelização, tinham na catequese o motivo,
 e no amparo financeiro representado por auxílios e doações envia
 das pelas Igrejas-Mães dos Estados Unidos, o suporte para a obra
 educativa. Representando uma das mais importantes cunhas para as
 atividades de proselitismo, as escolas protestantes americanas no
 Brasil eram amplamente amparadas pelas Igrejas-Mães, que sob a
 forma de doações singulares de seus membros, quer sob a forma de
 quantias fixas, enviadas regularmente, por intermédio das socieda
 des missionárias, entidades legalmente responsáveis pela manu
 tenção dessas casas de ensino.

Entre os presbiterianos, o "Colégio Internacional" de Campi
 nas era sustentado pela missão de Nashville, enquanto que o Board
 de New York manteve a "Escola Americana" desde a sua fundação. O
 terreno e o prédio do "Internacional", no valor de 30.000 dólares,
 foram adquiridos por George N. Morton, seu fundador, com o saldo
 de doações americanas.

268
259

Em relação ao Mackenzie, diz Goldmann:

Em 1861, Mr. John T. Mackenzie declarou, em escritura que ocria 50 mil dólares para a função de uma faculdade (college) protestante no Brasil. Um pouco antes de morrer, em 1862, entregou, com esse objetivo, a Mr. William Dulles Jr. dinheiro e ações no valor de 42 mil dólares. O valor das ações caiu, mas o câmbio bastante favorável permitiu a construção do edifício de conformidade com as instruções de Mr. Mackenzie.

O terreno foi doado pelo Rvdo. Chamberlain, e, antes mesmo que acabasse o século XIX, foi avaliado em \$50,000.00. Construiu-se um anexo com a contribuição de \$2,550.00 doada pelo coronel J.J. McCook, de Nova York, e um outro também foi adquirido com dinheiro angariado de vários contribuintes.

No começo, as despesas gerais foram pagas pelo Presbytery Board of Foreign Missions e, mais tarde, pela doação anual de \$ 2,500.00 por um período de cinco anos, de parte de H. H. Flagler, Esq. de Nova York. Havia ainda outros contribuintes, entre eles Morris K. Jessup, Esq., também de Nova York¹⁰⁵.

Em relação aos batistas, a situação de seus colégios junto à missão americana não era uniforme. Se o "Colégio Batista Americana Brasileiro", do Rio, dependia de um movimento autônomo, a Convenção Batista Brasileira, o Seminário do Recife e os demais estabelecimentos de ensino da cidade pertencentes à denominação dependeram, exclusivamente, até a segunda metade do século XX, do Comité de Richmond¹⁰⁶.

Quanto às escolas e outras instituições sociais mantidas pelos metodistas no Brasil através do Woman's Board Of Missions, divisão do Board of Foreign Missions, os orçamentos para o Brasil, nos primeiros anos de atividades, foram os seguintes:

CUSTO DO TRABALHO DA SOCIEDADE MISSIONÁRIA ESTRANGEIRA DE
MULHERES

ORÇAMENTO PARA O BRASIL NA DÉCADA DE 80

| | | |
|--------|-----------|---------|
| 1881 - | 7.500,00 | dólares |
| 1882 - | 12.500,00 | dólares |
| 1883 - | 4.750,00 | dólares |
| 1884 - | 5.600,00 | dólares |
| 1885 - | 16.000,00 | dólares |

269
260

Os colégios protestantes tinham outras fontes de renda:
do Colégio Piracicabano, o ativo era formado pelo pagamen-
to do ensino ministrado, vendas de livros religiosos, lições de
contribuições pessoais dos próprios missionários etc, co-
mo se vê no quadro abaixo:

Report for December 1887

| Receipts | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|---------|
| 1 | From Mrs. M. Dutra | 42.740 |
| 1 | " Miss Beaven for washing | 9.750 |
| 5 | " Sr. C. J. Guimarães | 42.760 |
| 5 | " " Jacob. Müller | 15.000 |
| 5 | " " J. F. de M. Sampaio | 30.000 |
| 6 | " " Francisco Kay | 15.000 |
| 9 | " " D. Anna de Almeida | 75.000 |
| 10 | " " Sr. F. Scibiano | 10.000 |
| - | From various sources for tuition | 5.500 |
| 13 | " " Mr. Wm. Walsh | 210.000 |
| 24 | " " Mr. E. Truse | 60.000 |
| 24 | " " music lessons | 12.000 |
| 26 | " " Dr. Cochman | 100.000 |
| 22 | " " Sr. A. Pedroso (dentistry etc) | 22.140 |
| 26 | " " D. A. F. da Silva (laundry etc) | 6.000 |
| 27 | " " Dr. Lobo for tuition | 30.000 |
| 27 | " " " " book | 1.500 |
| 23 | " " Miss Moore for Willie | 10.000 |
| | | 697.390 |
| | " " M. W. Watts for board of Dr. D. | 60.000 |
| Total Receipts for December 1887 | | 757.390 |

No entanto, quase sempre era o dinheiro mandado pelo Board of Missions, a cada trimestre, que fazia a receita e as despesas:

Financial Report of College Preciseans

Receipts

April
Tuition, Board, music etc 441,180

May
Tuition, Board, music, books etc 776,940

June
Tuition, Board, books etc 214,000

1,432,120

Total receipts for quarter 1,432,120 \$ 716,060

In hand at close of last year 874,770 411,79

From W.B.M. @ 7% (2,360) 529,820 = \$224,50

2,836,910 \$1352,35

Total expenses for quarter 2,387,550 1,193,77+

449,360 \$158,58

2X
A
262

O uso em maior escala da modalidade de evangelização indi-
 apoiado pela aplicação de maciços recursos oriundos das
 mãos norte-americanas, conferiu ao trabalho missionário
 igrejas reformadas na Província de São Paulo sua característi-
 marcante: a ênfase nas obras educacionais. A penetração
 escolas protestantes americanas, iniciada na Província de São
 com a fundação do "Colégio Internacional", da "Escola America-
 de Piracicabano" e outros estabelecimentos de ensino, assim em-
 pôde alastrar-se por outras províncias brasileiras. "Os
 metodistas, até o final do século XIX, já haviam fundado mais
 de quarenta escolas primárias, as chamadas Escolas Americanas, a
 maioria delas em São Paulo"¹¹⁰. Fundaram também o "Colégio Agríco-
 de Jauú" (1887), "a Escola Americana de Curitiba" (1892), o "Gamon"
 de Rio de Janeiro, transferência do "Internacional" de Campinas (1892),
 "Colégio Americano" de Natal (1895), o "Colégio Americano", do Re-
 de (1904) e a "Escola de Ponte Nova", na Bahia (1906)¹¹¹.

Os metodistas, por sua vez, fundaram o "Colégio Metodis-
 de Ribeirão Preto (1889), o "Colégio Mineiro", de Juiz de Fo-
 (1891), a "Escola do Alto", no Rio (1892), o "Americano Flumi-
 (1892), o "Colégio Americano" de Petrópolis (1895), o "Isa-
 de Mendrix" de Belo Horizonte (1904), o "Bennett", do Rio (1921)
 resultante da fusão do "Americano Fluminense" e do de Petrópolis, e,
 de Belo Horizonte, o "Centenário de Santa Maria, RGS (1922), todas cole-
 giniais femininas. Para meninos, o "Grambery" (1889), em Juiz de Fo-
 de, o "Colégio Americano Guaiana (1907), o "Porto Alegre College"
 (1889) da capital gaúcha e o "Instituto Ginásial" de Passo Fundo,
 de (1920)¹¹². "Americano Egípcio", na Bahia (1898). Vieram, depois,
 o "Colégio Batista Brasileiro" de São Paulo (1902), o "Colégio
 Americano Gilreath", do Recife (1906), o "Colégio Batista America-
 Brasileiro", no Rio (1906), e "Colégio" de Friburgo (1910),
 transferido depois para Campos, o "Batista Mineiro", em Belo Hori-
 zonte, o "Colégio" de Maceió (1921) e o de Piauí (1922)¹¹³.

O êxito social e pedagógico dessas escolas protestantes
 americanas foi indiscutível, apesar de pouco extenso, do ponto de
 vista estritamente religioso, segundo Léonard. Ao avaliar os pri-
 meiros tempos do trabalho missionário protestante no Brasil, con-

ênfase nas instituições educacionais, declara esse autor:

Não há dúvida de que as missões americanas prestaram algum serviço multiplicando as instituições de ensino a um tempo em que ainda eram pouco numerosas. Mas, se se tratava de uma obra desinteressada melhor seria que os esforços das Igrejas se houvessem destinado, normalmente, a manter a própria evangelização. E se o propósito era o de uma propaganda indireta, ainda assim há reservas a serem feitas e que podem ser concretizadas nesta observação a técnica de propaganda indireta, procurando atrair as elites nacionais para os meios protestantes, submetendo-as, então, à influência protestante por ocasião da educação geral - e, não digamos sob pretexto - já havia sido a técnica dos jesuítas desde o século XVI. E nós sabemos bem a grande importância que eles dão aos seus colégios que lhes asseguram um êxito social indiscutível, mas que, por outro lado, comprometem o seu próprio êxito religioso¹¹⁴.

De qualquer modo, porém, esse não era um problema para os primeiros missionários protestantes americanos empenhados na instalação de suas igrejas na Província de São Paulo; pelo contrário, preocupavam-se eles em encontrar clientela e proteção para suas escolas a fim de assegurar o sucesso de seus empreendimentos no Brasil. A questão da aceitação dessas escolas americanas de confissão protestante pelas vanguardas paulistas da época, uma das razões de seu êxito, será abordada no próximo capítulo.

272

263

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

¹Júlio Andrade Ferreira, História da Igreja Presbiteriana no Brasil, 2 vols. (São Paulo: Casa Ed. Presbiteriana, 1959), I :14.

²B.Ribeiro, Protestantismo no Brasil Monárquico (1822-1888): Aspectos culturais da aceitação do Protestantismo no Brasil, p.81

³O primeiro campo missionário da Igreja Metodista foi a África em 1832; o segundo, a América do Sul. "Em 1835, foi enviado um homem para estudar a situação no Rio de Janeiro e Buenos Aires. No ano seguinte se iniciou o trabalho no Rio de Janeiro". Paul E. Buyers, História do Metodismo (São Paulo: Imprensa Metodista, 1945), p.242.

⁴Kidder, Reminiscências de viagem e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo): compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e de diversas Províncias, pp.261-263.

⁵"Em outra vila onde nos demoramos, certo rapaz educado na Alemanha, costumava nos procurar freqüentemente em nosso quarto, tendo se tornado bastante agradável pela sua conversa franca e inteligente...Abordando, com este jovem, a questão da circulação de Bíblias, ele prontamente reconheceu a im

274
 265

...ância da empresa e manifestou o desejo de que fosse conti-
 nuada, acrescentando que logo que os brasileiros compreendens-
 sem os objetivos dos adeptos da Bíblia, só poderiam apreciá-
 los e sentir-se gratos. Prontificou-se a conversar com seus a-
 migos e ver o que poderiam fazer no sentido de se encarregarem
 da distribuição de Bíblias. Demos-lhe dois exemplares do Novo
 Testamento, para mostrar aos companheiros. Na manhã seguinte,
 disse-nos que, tendo mostrado os livros a um grupo de moços,
 na noite anterior, foi geral o interesse manifestado, sendo
 que alguns deles se mostraram ansiosos em receber logo um exem-
 plar. Reiterou-nos, portanto, sua afirmativa de que os livros
 sagrados seriam recebidos com geral agrado e pediu-nos que man-
 tíssemos para o seu endereço certo número de exemplares". Ibid.
 pp.265-266

"Em uma terceira vila fomos hospedados por um hos-
 pitaleiro negociante, de idéias liberais. Este também se ofe-
 receu para cooperar conosco na distribuição dos livros sagra-
 dos, não somente em sua localidade mas ainda em outras regiões".
 Ibid., pp.266-267.

⁶Ibid.

⁷Ibid., pp.267-272.

⁸Júlio Ferreira, História da Igreja Presbiteriana no Brasil, I :25.

⁹Erasmu Braga, "O Colégio Internacional e seus fun-
 dadores: Primórdios do ensino norteamericano no Brasil", Re-
 vista do Centro de Ciências, Letras e Artes (Campinas) nº 44
 (1916) : 42.

Essa versão de Erasmu Braga é contestada pelo histo-
 riador Emile-G.Léonard que, no seu "O Protestantismo Brasilei-

Estudo de Eclesiologia e de História Social", Revista de História III (1951) : 181-182, diz ter sido a criação do "Internacional" uma iniciativa particular de Nash Morton.

¹⁰História da Igreja Presbiteriana no Brasil, I: 43.

Boanerges Ribeiro arrola os seguintes fatores como responsáveis pela transformação da Igreja de Brotas no grande centro de irradiação presbiteriana em São Paulo: sendo fronteira de sertão era região habitada por homens e mulheres de energia moral suficiente para enfrentar uma mudança de religião; havia poucas distrações, o que favorecia as prédicas e a leitura da Bíblia; a grande distância do centro episcopal, que diminuía a influência da hierarquia católica e, finalmente, a influência exercida por Conceição, leitor da Bíblia, quando vigário local. O Padre Protestante (São Paulo: Casa E. Presbiteriana, 1950), p.123.

¹¹"O Protestantismo Brasileiro: Estudo de Eclesiologia e de História Social", Revista de História II (1951) :342-43.

¹²Júlio Ferreira, História da Igreja Presbiteriana no Brasil, I : 72.

¹³A Constituição de 1824 assegurava a presença de acatólicos na vida nacional (art. 5º), permitindo e protegendo a liberdade de propaganda (art. 179§§4º e 5º) a participação nos sistemas político e militar (art. 179 § 14). Os artigos citados da Constituição são os seguintes: art. 5º: "A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular em casas para isto destinadas, sem forma alguma exterior de templo. - "art. 179: "A inviolabili-

24
A
266

279
 267
 dade dos direitos civís e políticos dos Cidadãos Brasileiros que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade é garantida pela Constituição do Império pela seguinte maneira: - §4º Todos podem comunicar seus pensamentos por palavras, escritos e publicá-los pela imprensa, sem dependência da censura, contanto que hajam de responder pelos abusos, que cometeram no exercício desse direito, nos casos pela forma que a lei determinar. - §5º Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do estado, e não ofenda a moral pública. - §14 Todo cidadão pode ser admitido nos cargos públicos civís, políticos ou militares sem outra diferença que não seja seus talentos e virtudes. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824, parte 1ª (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886).

..... 14 Com esses dispositivos legais a integração dos protestantes na sociedade brasileira foi possibilitada, embora não atendessem eles, a todos os legítimos interesses da organização social.

Não havia casamentos a-católicos onde não houvesse pastor, e os casamentos mistos continuaram sob o exclusivo domínio católico; mas, ofereciam-se meios para a legitimação dos casamentos até então realizados por pastores, e também para o registro civil dos filhos dos protestantes. A questão só receberia solução final com a aprovação do casamento civil pela República, embora nas décadas finais do Império houvessem sido apresentados, nesse sentido, vários projetos.

Em relação aos sepultamentos também o decreto de 1863 não pôs fim ao problema, uma vez que as Câmaras Municipais mandavam benzer os cemitérios públicos, que se tornavam, por assim dizer, terra sagrada católica. O problema foi resolvido em parte, quando se passou a administração dos cemitérios para a exclusiva competência das Câmaras, sem intervenção de autoridades eclesiásticas.

Por sua vez, quanto aos elegíveis para cargos públicos, diz o art. 10 do Decr. nº 3029: "É elegível para os cargos de senador, deputado à As. geral, membro da As. Legislativa Provincial, vereador e

dos arts. 6, 91 e 92 da Constituição do Império, quem tiver renda líquida anual, etc). Eliminava-se a filiação à religião oficial como condição para a integração nos quadros políticos, embora, na prática, ao que parece, pouco proveito tirassem disso os protestantes.

¹⁵"Atas da Câmara Municipal de Piracicaba", sessões ordinárias de 4 de maio de 1884, 23 de agosto de 1885, e 13 de setembro de 1885, Livro XIII, fls. 98, 135v, 136, 138, ACMP, MSS.

¹⁶Judith Macknight Jones, Soldado Descansa! Uma epopéia norte-americana sob os céus do Brasil (São Paulo: Jarde, 1951), pp. 183-184.

¹⁷Ofício do pároco de Piracicaba ao Presidente da Província em 19 de outubro de 1877, Ordem 1173, lata 378, AE, MS.

¹⁸"The spiritual urge to drive westward and inhabit the vast expanse of continental America in the mid-nineteenth century was conceived as the nation's 'manifest destiny'. With the resolve of religious zealots, Americans by the thousands risked innumerable dangers and surmounted countless obstacles to follow this emerging creed that seized the minds of the more adventuresome. Their determination and persistence evolved from a fundamental pioneer spirit, seasoned by the vigorous life of early America. Among these pioneers were a handful of Americans who sought to place their nation's image beyond the western continental shores, across the Pacific Ocean to Eastern Asia. While they were a very unusual and special breed, they were guided by the same passion that drove the farmer, the trader, the merchant, the prospector, the speculator, and the persecuted toward a new home in the American West. In spirit, they were committed to accepting the infallibility of the Ame

mean cause and its infinite growth. In person they were heal
dy rugged, aggressive, impetuous, and fearless. In mind and
body, they were prepared for the challenges that awaited them
 in un familiar lands." Leonard H.D.Gordon, "Charles W. Legendr
 a heroic civil war colonel turned adventurer in Taiwan", The
Smithsonian Journal of History" (Winter 1968-69): 63.

¹⁹Frank P. Goldman, "Uma tentativa de colonização no
 litoral sul de São Paulo por imigrantes oriundos do sul dos
 Estados Unidos após a Guerra Civil", Revista de História XIV
 (1957) : 7.

²⁰B.Ribeiro, Protestantismo no Brasil Monárquico
(1822-1888), p.105.

²¹J.Jones, Soldado Descansa!, p.63.

²²"Quando se pensa que o algodão é hoje universalmen
te usado, que se tornou artigo indispensável, como os cereais,
 e que o Brasil é um dos países onde existe o melhor algodoeiro
 (erbáceo, arbusto ou árvore), lamenta-se que essa cultura não
 seja a preferida entre todas e que, um império que tem mais de
 1.200 leguas de costa (o algodoeiro ama o mar) deixe aos Esta
 dos Unidos a honra e os benefícios de aprovisionar dois terços
 das indústrias do globo". Charles Ribeyrolles, Brasil Pitores-
co: História-Viagens-Descrições-Colonização-Instituições,, Bi
 bl. Hist. Brasileira, VI, 2 vols. (São Paulo: Martins) 2(1941):
 12.

²³Alice P. Canabrava, "A Grande Lavoura", História
(Sara) da Civilização Brasileira, org. Sergio B.de Holanda (S.
 Paulo, D.F.L.) II, 4º vol (1971) : 124.

218
269

24^o café era o primeiro gênero em exportação da Província de São Paulo. Para os anos 1862 a 65, os dados são os seguintes:

62/63: 2.413.338 arrobas

63/64: 1.611.729 arrobas

64/65: 2.993.151 arrobas

Nessa mesma época, exportava-se algodão

62/63: 87 arrobas

63/64: 886 arrobas

64/65: 7.107 arrobas

66(previsão) 150.000 arrobas

67(previsão) 300,000 arrobas

Dados extraídos do Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo na 1a. sessão da Decima Sexta Legislatura no dia 3 de fevereiro de 1866 pelo Presidente da mesma Província o Dr. João da Silva Carrão (S.Paulo: Tip.Imparcial de J.R.A.Marques, 1866), pp.77-78.

25 Alice P. Canabrava, O Desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875) (S.Paulo:s. 1., 1951), passim.

26 Até 1860, plantava-se no Brasil algodão do tipo arbóreo; depois dessa data, passou-se a plantar o tipo herbáceo, de melhor qualidade: O Gossypium HerbáceoL., é o herbáceo, ou americano, pertencendo a essa variedade os algodoads do sul, notadamente de São Paulo, onde J.J.Aubertin introduziu em 1861 a variedade Luiziana, e Paula Souza a que tomou o seu nome". Luiz Amaral, História Geral da Agricultura Brasileira no Tríplice Aspecto Político-Social-Econômico, Brasíliana, 160, 160A, 160B, 3 vols., (S.Paulo: Nacional) 2(1940): 197.

27 A.Canabrava, O Desenvolvimento da cultura do algo-

ção na Província de São Paulo (1861-1875), passim.

²⁸Ibid., p.107.

²⁹Richard Grahn sugere, que por ocupar na mesma época (1860-1869) a função de superintendente da São Paulo Railway, Aubertin não estava interessado apenas na indústria de Manchester, mas também na prosperidade da estrada de ferro, na perspectiva de que o sucesso da ferrovia não dependesse somente da cultura do café: "Em 1869, Aubertin escreveu da Inglaterra dizendo que havia lá enorme interesse pela safra algodoeira em perspectiva "Tanto da parte do comércio de algodão como dos acionistas da nossa presentemente estrada de ferro bem conhecida " Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914) (S.Paulo: Brasiliense, 1973), p.75; ver também pp.73-74.

³⁰A. Canabrava, O Desenvolvimento do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875), p.76.

³¹Idem, "A Grande Lavoura", p.111.

³²"A freguesia de Santa Barbara é uma pequena povoação sem edifícios importantes, e adornada apenas de algumas casas de aspecto pobríssimo, em completa analogia com os trajes e costumes de seus habitantes". Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-61), p.150.

³³D.P.Kidder e J.C.Fletcher, O Brasil e os Brasileiros (Esboço Histórico e Descritivo), Brasiliense, 205, 2 vols. (S.Paulo: Nacional) 1(1941) : 65, 109. Ver também Kidder, Reminiscências de viagem e permanência no Brasil, p.217.

200
271

281
 34 "Davam os imigrantes norte-americanos preferência às terras estéreis, improdutivas, as quais só podiam produzir depois de convenientemente lavradas. Provavelmente esta preferência significava apenas a procura de terras desbastadas pelo cultivo, onde pudessem aplicar sem dificuldade suas máquinas agrícolas". A. Canabrava, O Desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875), p.159.

35 Frank P. Goldman, Os Pioneiros Americanos no Brasil: Educadores, Sacerdotes, Covos e Reis (S. Paul. : Pioneira, 1972), pp.51, 10, 30. Ver também Manuel Cardozo, "A escravidão no Brasil, tal como é descrita pelos americanos (1822-1888)", Revista de História XXI (1960): 146, onde se mostra que havia divergência a respeito da escravidão, achando alguns autores que seria possível aos sulistas reconstruir sua sociedade no Brasil, enquanto outros não viam futuro aqui, porque a escravidão estava para acabar.

36 Foi o secretário particular de D. Leopoldina, o major Von Schaeffer, quem se encarregou de angariar, na Alemanha, colonos para a formação de colônias de caráter agro-militar para a defesa das fronteiras: "Conhecia, aliás, D. Leopoldina, sistema idêntico em sua pátria onde colônias semelhantes foram mantidas ao longo das extensas fronteiras húngaras contra os turcos". Carlos H. Oberacker Jr. "A Colonização Baseada no Regime da Pequena Propriedade Agrícola", História Geral da Civilização Brasileira, org. S.B. de Holanda (S. Paulo: D.E. L.) II 3º vol, (1967): 222-223.

37 José Joaquim Machado de Oliveira, Quadro Histórico da Província de São Paulo até o ano de 1822, 2º ed. (São Paulo: Tip. Brasil de C. Gerke e Cia, 1897), p.220.

³⁸Discurso com que o Ilmo. e Exmo Sr. Dr. José Antô-
nio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo abriu a As-
sembléia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855
(S. Paulo, Typ. 2 de Dezembro, 1855), pp.19-20.

³⁹Ibid, pp.20-21.

Em 1837, a Presidência da Província encarregou o major do Corpo de Engenheiros João Bloem, que ia à Europa em comissão do Governo imperial a respeito da fábrica de ferro São João do Ipanema, de engajar uma colônia para os trabalhos da estrada de Santos. Essa missão foi desempenhada sob os auspícios do ministro brasileiro em Londres, cons. Manuel Antônio Galvão, e, em dezembro de 1838, chegaram a Santos 277 indivíduos, inclusive 59 mulheres e filhos, quase todos naturais da Prússia. Para a fábrica de ferro foram 56 desses colonos; 88 ficaram a serviço da estrada e os demais tomaram diferentes rumos. Ibid.

⁴⁰Relatório de 1º de outubro de 1831, citado por Eugenio Egas, Galeria dos Presidentes de São Paulo, 2 vols. (S. Paulo: Seção de obras de "O Estado de São Paulo") I (1926) :47.

⁴¹Relatório de 7 de janeiro de 1840, citado em Ibid. pp.98-99.

⁴²"No decurso do ano de 1840 importou o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro 90 colonos portugueses, os quais se estabeleceram em sua fazenda Ibicaba no município de Limeira, sendo porém tão pouco feliz essa colônia, que em pouco tempo quase se desmantelou, permanecendo apenas alguns de seus membros. Deliberando o governo imperial mandar buscar na Europa e Ilha da Madeira colonos fim de suprir a deficiência

207
273

de braços para a agricultura, expediu a Presidência da Província pelo ministério do império o Aviso de 25 de fevereiro de 1846, mandando oferecê-los às pessoas que os quizessem receber, e com especialidade ao senador Vergueiro. Em virtude do oferecimento e subsequente contrato celebrado com a Sociedade Vergueiro & Cia. foram-lhe entregues em 1847, 423 colonos alemães mandados vir por conta do governo imperial, responsabilizando-se os ditos Vergueiro & Cia pela importância das despesas de transporte no valor de 32:000\$000, a prazo de 2, 3 e 4 anos.

Com estes 423 colonos e um pequeno resto dos portugueses daquela primeira tentativa começou a colônia "Senador Vergueiro" em julho de 1847, a qual se acha, como disse, situada na sua fazenda do Ibicaba no município de Limeira. O pessoal desta colônia, que tem sido periodicamente aumentado, chegando a ter novecentos e tanto, e diminuindo em consequência da retirada de grande número deles, que concluíram o tempo dos respectivos engagements, ou indenizaram o proprietário do que lhe deviam, está hoje elevada a 571". Discurso do Presidente da Província de São Paulo Dr. José Antônio Saraiva em 15 de fevereiro de 1855, p.21.

⁴³Sergio B. de Holanda, "As Colônias de Parceria", História Geral da Civilização Brasileira, org. S.B. de Holanda (S.Paulo: D.E.L.) II, 3º vol. (1967) :247.

⁴⁴Brasil Pitoresco, 2: 110.

⁴⁵Relatório do P.P.Francisco Diogo Pereira Vasconcellos em 22/1/1857, citado por Eugenio Egas, Galeria dos Presidentes de São Paulo, I : 254.

⁴⁶Discurso com que o Ilmo. e Exmo. Senador J.J.Fernan-

Torres passou a administração da Província de São Paulo
no ano de 1858, pp.20-21.

⁴⁷M.E. de Azevedo Marques, Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo, Bibl. Hist. Paulista, I, 2 vols. (S.Paulo: Sarins) I(1953): 186.

⁴⁸Relatório do P.P.Fernandes Torres em 2/2/1860 citado por Eugenio Egas, Galeria dos Presidentes de São Paulo, I:274.

⁴⁹"Diz Tavares Bastos na sua "Memória sobre Imigração", Os males do Presente e as Esperanças do Futuro (Estudos Brasileiros), Brasiliense, 151 (S.Paulo: Nacional, 1939), pp.70-71: "A opinião para inclinada a condenar a emigração dos Estados Unidos ... A entrada de 843 imigrantes procedentes de New York, nos paquetes South America, Guidning-Star e North America foi ocasião de censura ao governo".

⁵⁰A.F. de Almeida Wright, "Brasil-Estados Unidos (1831-89)", História Geral da Civilização Brasileira, org. S.B. de Holanda (S.Paulo; D.E.L.) II, 4º vol. (1971) : 177-182.

⁵¹Kidder, Reminiscências de viagem e permanência no Brasil, p.245.

⁵²A América do Norte, ao lado da Inglaterra, sempre fora objeto de grande admiração do pensador liberal; segundo seu biógrafo Carlos Pontes, a leitura de Tocqueville e o contacto com o educador paulista José Tell Ferrão, que se formara nos Estados Unidos, aumentara-lhe o interesse por aquele país.

209
275

Quando freqüentava a Faculdade de Direito de São Paulo, nos
 anos da década de 50, Tavares Bastos, que desenvolvia brilhante
 atividade literária em jornais e revistas da época, fora
 mencionado pelo Dr. Ferrão, diretor do afamado "Colégio Ipiranga",
 para prefaciá-lhe sua obra didática, "Exercícios de Composição",
 que propunha métodos renovados de ensino. Carlos Pontes,
Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875, Brasileira,
 (S.Paulo: Nacional, 1939), p.159; pp.87-90.

⁵³Tavares Bastos, A Província, pp.65, 85.

⁵⁴Idem, Cartas do Solitário, Brasileira, 115 (S.Paulo: Nacional, 1938), pp.414-415.

⁵⁵Tavares Bastos a G.N.Davis, em 15 de março de 1863. Idem, pp.512-14.

⁵⁶Tavares Bastos, "Memória sobre imigração", p.71.

⁵⁷Citada por Kidder e Fletcher, O Brasil e os Brasileiros, I:33-34.

⁵⁸Registro de Estrangeiros, 1808-1822, Publicações do Arquivo Nacional, vol 46 (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Ministério da Justiça e Negócios Interinos; 1960).

⁵⁹Manoel Cardozo, "A Escravidão no Brasil, tal como descrita pelos americanos (1822-1888)", p.139.

⁶⁰A respeito da publicação de Maury, "The Amazon and

285
276

286
277

Atlantic "Lopes of South America", diz "Bastos no seu Car-
do Solitário, p.334:"Quando, em 1853, se conheceu o resul-
ta da atrevida exploração dos tenentes Herndon e Gibbon, da
marinha dos Estados Unidos, e nossa folha publicou o brilhante
manifesto de F. Maury, a que já me referi, os mesmos estadis-
tas ficaram certos de que os americanos desejavam conquistar o
Brasil ou pelo menos anexar o Pará, como se fosse Texas ou o
novo México. Daí resultou que desde então, a simpatia que ou-
trora inspirava a todo o país o exemplo fecundo dos Estados U-
nidos, cujas instituições imitamos na reforma de 1834, cujos
estadistas eram citados em uma e outra casa do parlamento e
até nos relatórios dos ministros, cuja proteção se pretendeu
solicitar em 1850 contra o cruzeiro inglês, essa simpatia, di-
to, converteu-se numa esquivança calculada e numa irritação
silenciosa".

Quanto à posição de Kidder e Fletcher, ver O Bra-
sil e os Brasileiros, II : 346.

⁶¹J. Jones, Soldado Descansa !, p.58

⁶²A.F. de A.Wright, "Brasil-Estados Unidos", p.199.

⁶³Kidder e Fletcher, O Brasil e os Brasileiros, p.126

64

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1865.

"O Brasil é um imenso território, como sabeis, limitado ao Norte, no paralelo de 4°, pelas Guianas Inglesa e Holandesa e a Venezuela, e, ao Sul, quasi no paralelo de 34°, pelas Repúblicas do Prata; a este pelo Oceano Atlantico e a Oeste pelas Repúblicas do Perú, Nova Granada, etc.. Possui todos os climas, e produz, si não naturalmente, ao menos com menor trabalho do que em qualquer outra parte do mundo, quasi todos os productos do mundo; a fecundidade de seu solo não é inferior, á variedade do seu clima, e recon-pensa com lucros o trabalho que exige o seu cultivo. Regado por imensos rios, quasi todos eles navegaveis, e alguns atualmente navegados, oferece o mais barato dos sistemas de viação e transporte para a exuberancia dos productos que são consumidos interna e externamente; imensas florestas e vastas planícies existem ainda desaproveitadas, porém á espera apenas do homem que as faça produzir. Seus recur-sos minerais não são inferiores á variedade, abundancia e excellencia

288
h
278

Paraná, encontrareis um solo rico por sua composição e um clima saudável, e uma configuração do solo permitindo, sem obstáculos, o transporte de seus produtos, onde podereis, com os vossos associados, fixar residência, adotando este país como lar, para, de mãos dadas convosco (pois vos receberá como irmãos), ergue-lo, com o vosso esforço e capacidade, á altura dos destinos esses que nos são revelados pela magnificência da natureza.

Esta forma de governo difere pouco, em sua essência, daquella dos Estados Unidos. O nosso Presidente governa e a presidência é transmitida hereditariamente; sem embargo, a critica daquillo que os nossos contemporaneos da America fazem, dir-vos-ei que encontramos nesse regime as vantagens da estabilidade que só os Estados Unidos, entre todas as repúblicas, são capazes de nos apresentar. Quanto a outras vantagens, a maioria é de hábitos e costumes. Nós tambem adoramos o principio fecundo do progresso do homem e da humanidade, e respeitamos as formas de governo como garantias de estabilidade.

Os fundadores de portuguezes, e católicos, nós, por conseguinte, os fundadores da cidade de Providência, em Rhode Island, e os dissidentes de Massachusetts. Não diferimos, todavia, dos mesmos principios. Vinde, pois, para o Brasil, bem vindos, e podereis viver felizes, como é do vosso

interesse as propriedades que podereis adquirir, uma há que a vossa natureza não vos permite: é a que se refere a escravos; devo dizer-vos mesmo — a importação mesmo de africanos livres é proibida.

Entretanto, qualquer dos vossos associados possuir tal género de propriedade, deve desfazer-se da mesma. Isso, entretanto, não quer dizer que uma vez entre nós, não possais empregar o vosso trabalho de uma maneira; infelizmente, ainda possuimos escravos, e o trabalho dos mesmos, no interior do Império, de uma para outra propriedade, é permitido.

Em algumas zonas, levantadas e demarcadas, em várias provincias, os emigrantes, que os desejam possuir, podem desde já se estabelecer em uma extensão dessas zonas e, por em, pequena, e não podem ser impedidos a introdução de grande numero de emigrantes. Não é, entretanto, coisa que cause dificuldades, ou retardamento, pois o governo está resolvido a estabelecer os principios de levantamento e delimitação, dando titulos de posse com garantia de futuros titulos definitivos. A lei não exige a venda de terras, e exige a sua venda; mas o preço é tão baixo e a facilidade de pagamento, que só a negligência total será incapaz de não satisfazer os compromissos.

O custo varia de 1/2 a 1 1/2 real por braça quadrada (11 d. centavos, a 2 s 8 d. ou 63 centavos, por acre), conforme a qualidade da terra e a sua situação topográfica; temos, assim, uma braça quadrada de 3.000 braças quadradas (10.764 acres) por um preço de 1.500 dolares no mínimo, ou 8.250 dolares no máximo, e, no folheto que este acompanha, o Sr. Sarmento, Mi-

nistro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário da República Argentina, informa que as terras da Confederação Argentina são vendidas de 10.000 a 40.000 "atacoons" (11,9 dolar cada um), a légua espanhola (cerca de 7.700 acres). (N. B.: 6 réis equivalem a 1/2 "mill" dos Estados Unidos).

Em nosso país, como na Argentina, os gados vacum e bovino podem ser admiravelmente criados, bent como outros animais que o homem sujeitou ao seu jugo. Café, açúcar, algodão, indigo, quinina, baunilha, tabaco, assim como todos os productos alimenticios, dão aqui maravilhosamente, constituindo uma fonte de riqueza pública e particular para o Império. Os estrangeiros obtêm facilmente a naturalização. O colono, no fim de dois anos, é de facto brasileiro. Qualquer estrangeiro, igualmente como os colonos, podem tornar-se, passados dois anos, cidadãos do País, desde que façam uma declaração em qualquer Camara Municipal. Poucos dias serão suficientes para a naturalização se fizer no nosso Parlamento, que pode considerar os emigrantes como importadores de uma determinada industria, do capital, ou como pessoa disso merecedora por seus méritos pessoais. Neste caso, sereis recebidos immediatamente e podereis voltar em breve, como cidadãos brasileiros aos Estados Unidos para importar vossos bens, máquinhas e objetos de qualquer espécie.

Si o nosso progresso ainda não atingiu certo grau, si o nosso desenvolvimento ainda se esta processando, isso não se deve attribuir a commoções políticas ou perturbações da ordem pública; o povo brasileiro, tão digno e corajoso como qualquer outro, é mais do que nenhum sociavel e afavel. — de uma facilidade de acolhimento que quasi pode ser interpretado desfavoravelmente, e que já tem mesmo prejudicado a sua boa reputação no estrangeiro. Si ha certa indolência no seu temperamento, ha em compensação, um profundo sentimento do dever e da propriedade.

Os cidadãos brasileiros são livres, na ampla acepção do termo. Si nas grandes cidades e vilas vemos em prática todo o nosso sistema administrativo, não é menor verdade que o interior vive mais ou menos parcialmente de acórdo com o mesmo sistema, sustentado por esse sentimento do dever e da propriedade e pela tendência que tem de ser gentil e tolerante.

Somos católicos; temos uma religião do Estado; mas não forçamos ninguem a segui-la; a Constituição simplesmente exige que os representantes da Nação a professem; todos os cultos podem ser professados, salvo em edificios com exterior de templo. A nossa vida municipal tem alguma semelhança com a das colectividades urbanas dos Estados Unidos. De quatro em quatro anos, todo cidadão que possui uma renda de 200 mil réis, ou sejam 100 dolares, pode voltar (si não é passivel de pouca infiançavel), si tem mais de 25 anos de idade, ou 21 anos para os que são officiaes do Exército da Marinha, ordenado em ordens sacras, formado por qualquer Academia, ou casado. Os eleitores se reúnem e escolhem os cidadãos que desejam como seus representantes durante um período de quatro anos. São os juizes de paz, que constituem a Camara Municipal, isto é, o poder executivo e legislativo para um quadrilho; os funcionários da policia são nomeados pelo governo das provincias; temos o "habeas-corpus" applicado a todos os casos de offensa física, garantindo a liberdade do cidadão; o direito de queixa é sagrado; e permitido mesmo ao escravo; a imprensa é livre, e o juri julga a maior parte dos crimes.

Qualquer que possam ser as divergências de opinião dos partidos políticos do Império, todos são acordes em preservar aquilo que possuímos: como em toda parte do mundo, alguns esperam alcançar mais rapidamente o futuro, outros menos, mas todos partindo do princípio dos direitos adquiridos, que ninguém deseja ver desrespeitado.

As leis brasileiras garantem certos e especificados favores aos emigrantes, e o governo do Brasil procura ampliá-los; em vossa carta, desejais conhecê-los, e eu, para dar-vos a conhecê-los completamente, ordeno que se compilasse, para vos ser entregue, a legislação em favor dos emigrantes. Aconselho-vos a iniciar a vossa viagem através do Brasil pela província de São Paulo. O Sr. Street, cidadão brasileiro naturalizado, tem ordens para vos acompanhar, e, como mantém relações conosco, está em condições de fornecer-vos todas as informações desejadas.

De São Paulo, dirija-se ao Paraná, Santa Catarina, Rio Grande, e, de volta, si o desejardes, podereis percorrer as nossas províncias centrais e do norte, onde obtereis dados e informações que vos permitirão dar uma idéa justa e segura a respeito de nós e da nossa terra aos vossos associados, e si, depois disso, resolverdes vir estabelecer-vos entre nós, a vossa resolução será o fruto de madura reflexão e estudo, o que mais ainda nos ilconjeará, porque vos abriremos os braços com fraternal solicitude, sem desejar uni-vos com frases hiperbólicas mas somente com a verdade dos fatos: assim sendo, poderemos afirmar-vos que não haverá males que não se transformem em bens, uma vez que os nossos irmãos do Norte, aqui se sintam bem, trazendo-nos o influxo da energia, atividade e capacidade norte-americanas; o nosso pezar em vê-los divididos será compensado pelo prazer dos novos elementos de aproximação e união que nos oferecem.

Sou, com utilidade, vosso, etc.

Antônia Francisco de Paula Souza.

Citada em *Ibid.*, pp.363-366.

⁶⁵ Relatório apresentado no dia 3 de fevereiro de 1866 pelo residente da Província Dr. J. da Silva Carrão. pp.35-36

⁶⁶ Goldman, Os Pioneiros Americanos no Brasil, p.55

⁶⁷ Sobre as atividades de Dunn, testemunharam os presidentes da Província: "Os americanos Hamon Tothon e Cia., e o reverendo B.S.Dunn solicitaram terrenos, os primeiros de meia légua quadrada, e o reverendo Dunn de 60 léguas quadradas, ao sul da Província para estabelecimento de imigrantes americanos". Discurso com que o Ilmo e Exmo. Sr. J. da Silva Carrão passou a administração da Província de São Paulo ao Ilmo Sr. Dr. J. Floriano de Toledo 3º vice Presidente da mesma Província no dia 3 de março de 1866 (S.Paulo: Tip. Imparcial de J. R.A.Marques, 1866), p.8.

"Durante o ano de 1866 entraram 280 imigrantes estrangeiros e saíram para fora do Império 59 e para o interior

288
279

2010. Tinham partido de Nova Orleans para Iguape 100 colonos acompanhados do reverendo B.S.Dunn. O governo preparava-se para recebê-los e dar-lhes terras já demarcadas nas margens do rio Juquiá e Assungy". Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Desembargador José Cavares Bastos na sessão de 12 de maio de 1867 (Rio de Janeiro: Tip. Perseverança, 1867), pp.48-49.

68 Goldman, Os Pioneiros Americanos no Brasil, pp.22-

23.

69 Ibid., p.63.

70 Como Wood já requisitara as terras devolutas às autoridades imperiais, restaram as terras particulares que não puderam ser escolhidas porque além de caras (mais de 2 dólares o acre), ficavam muito longe da estrada de ferro que terminava em Jundiaí. Jones, Soldado Descansa!, p.64.

71 Ibid., cap. III.

72 Goldman, Os Pioneiros Americanos no Brasil, p. 144.

73 Ibid., p.25.

74 Ibid., cap. IV ; Jones, Soldado Descansa!, cap. III, IV, V e VI.

Não estão mencionados aqueles que vieram independentemente, nem os grupo que se dirigiram para outras Províncias que não a de São Paulo.

289
280

75 Goldman, Os Pioneiros Americanos no Brasil, p.100.

76 Jones, Soldado Descansa!, p.223

Ver a relação de datas de chegada, nomes de famílias e local de instalação dos sulistas, nas listas apresentadas por Goldman, Os Pioneiros Americanos no Brasil, pp. 107-117 e Jones, Soldado Descansa!, pp.411-414.

77 A. Canabrava, O Desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875), p.82.

78 S.B.de Holanda, "As colônias de Parceria", pp.253-

54.

79 Os Pioneiros Americanos no Brasil, pp.152-154.

A respeito, ver o seguinte anúncio publicado no Almanach Litterário de São Paulo para 1878, p.209:

AO YANKEE!

Deposito de generos Norte-Americanos

S. Paulo---Rua Direita n. 2 A

Neste estabelecimento, unico em seu genero, em S. Paulo, encontram-se as afamadas **machinas de gazolina** para *illuminações particulares*, pára-raios, bombas hydraulicas de todos os systhemas, encanamentos para agua, gaz e esgotos, lampeões de todos os systhemas, cadeiras de todas as qualidades, fogões economicos variados, artigos de ornamentação para jardins, utensis de cosinha, abundante sortimento, caixas de diversas ferramentas, machinas, campainhas electricas e telephones, escadas, aparelhos para gymnastica, lavatorios, e uma grande variedade de objectos de uso domestico, ainda não conhecidos nesta provincia.

Recebem-se encomendas para a Europa e Estados Unidos

AFFONSECA & C.

SÃO PAULO.

80 "Antes da vinda dos americanos, a manteiga não era conhecida na região, sendo que os brasileiros só fabricavam o queijo tipo 'Mina'". Soldado Descansa!, p.252.

290
281

81 Emille-G.Léonard, "Brasil, Terra de História", Revista de História I (1950): 224. O historiador da Igreja Presbiteriana, Júlio Ferreira, compartilha dessa opinião em História da Igreja Presbiteriana no Brasil, I: 76.

82 As datas entre parênteses são da primeira referência encontrada sobre a igreja ou escola em questão. A respeito de Brotas, há a indicação de uma escola "cujo professor é pago por sociedade protestante" no Livro nº98 - Protocolo de peças relativos à Instrução Pública, Ofício do Inspetor do Distrito de Brotas em 15 de fevereiro de 1871, p.16, AE, MS. A "Escola Presbiteriana" é citada no Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública no ano de 1873, sendo seus professores Dr. M.P.B. de Carvalho e Telesforo Lobo da Silva, tendo frequentes 27 alunos de primeiras letras. A escola de Miss Newman é citada no Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública no ano de 1879, p.89.

83 Frederick Eby, História da Educação Moderna; Teoria, Organização e Práticas Educacionais (Século XVI-XX) (Porto Alegre: Globo, 1962), pp.500-501.

84 Joseph F.Kauffman, A Educação nos Estados Unidos (Rio de Janeiro: Ed. "O Cruzeiro"), p.16. Ver também Eby, História da Educação, pp.485-86.

85 Os 3 R referem-se às iniciais das palavras inglesas ler, escrever e contar: reading, (w) riting e rechoning.

86 Stephen E.Ambrose, "Public Education in the Post War South", The Educational Forum XXVI (1962): passim.

87 Goldman, Os Pioneiros Americanos no Brasil, p.167; Jones, Soldado Descansa!, pp.350-51, 360.

88 Para a escola do "Retiro" vieram de Troy, Alabama, Annie Lou Vincent e Joel L. Sanders. Na escola do "Recanto", que funcionava nas dependências da Morris' Chapel, ensinaram Lorie Fielder, Marion Kink e outros professores. Segundo relata Jones em "Soldado Descansa!" pp.284-88, 331-35, Miss Vincent era bastante enérgica e usava a vara de marmelo para punir as faltas das crianças. Na sua escola, as aulas iam das 9 horas ao meio dia, quando então dava o recreio para o almoço; meninos e meninas brincavam em separado. Ver também Goldman, Os Pioneiros Americanos no Brasil, pp167-168.

89 Relatório sobre o estado da Instrução Pública da Província de São Paulo no ano de 1873, p.37; Ofício nº 388, do Inspetor Geral da Instrução Pública ao Presidente da Província, em 22 de julho de 1875, Ordem 4948, lata 15, 1875, AE, MS; Ofício de Joana Grady ao Inspetor Geral pedindo para registrar o "Colégio Americano", em 18 de julho de 1885, Ordem 4890, lata 34, AE, MS.

90 Jones, Soldado Descansa!, p.365.

91 Anúncio no A Província de São Paulo, 23 de março de 1884; Almanach do Estado de São Paulo para 1896, re-organizado por Canuto Thorman (S.Paulo: Ed. Cia. Industrial de São Paulo, 1896), p.234; Mapa do "Colégio Progresso Brasileiro", maio de 1899, Ordem 4917, lata 5, 1850-1903, AE, MS.

92 Mammie Fenley, Elizabeth e Catarina Bookwalter, Júlia Minchin, Daisy Pyles, Bertha Mills foram algumas das mo

297
L
280

ças americanas que completaram sua educação em colégios dos Estados Unidos, voltando depois, na sua maioria, para trabalhar junto aos colégios dos compatriotas ou às Escolas Missionárias dos pastores. Jones, Soldado Descansa!, cap. XI e XII, passim.

⁹³Anúncios no Jornal de Piracicaba, 24 de janeiro e 6 de setembro de 1901.

⁹⁴Jones, Soldado Descansa!, pp.335-336.

⁹⁵Léonard, "O Protestantismo Brasileiro", Revista de História III (1951): 195, 180.

⁹⁶Crabtree, História dos Batistas no Brasil, I : 126-127, citado em Ibid, pp.417-418.

⁹⁷David Tyack, "The Kingdom of God and the Common School", Harvard Educational Review 36(1966): 462-63.

⁹⁸Ambrose, "Public Education in the Post War South", pp.356-57.

⁹⁹Léonard, "O Protestantismo Brasileiro", Revista de História III (1951) : 418.

¹⁰⁰Esse colégio foi o segundo fundado pelos Batistas no Brasil. Não levando em consideração a criação do "Colégio Industrial Batista da Bahia", em 1894, de pouca duração, o primeiro grande colégio batista foi o "Egídio", também da Bahia, fundado em 1898 por Egídio Pereira de Almeida e a esposa do

293
d
284

294
A
285

Revdo. Taylor. Ibid, pp.418-419.

101 Discurso de improviso de Prudente de Moraes por ocasião da festa do XXº Aniversário do Colégio Piracicabano. Jornal de Piracicaba, 15 de setembro de 1901.

102 Prospecto do Colégio Piracicabano - 1895 (São Paulo: Casa Publicadora Methodista, 1895).

103 A esse respeito, ver Erasmo Braga, "O Colégio Internacional", p.44 e Júlio Ferreira, História da Igreja Presbiteriana no Brasil : 123.

104 Revdo. J.J.Ranson ao Secretário do seu Board em 16 de fevereiro de 1876, citada por Jair Toledo Veiga, "O Colégio Piracicabano", Diário de Piracicaba, 13 de setembro de 1959.

105 Goldman, Os Pioneiros Americanos no Brasil, p.16.

106 Léonard, "O Protestantismo Brasileiro", Revista de História III (1951): 421-422.

107 J.L.Kennedy, 50 anos de Metodismo no Brasil (S. Paulo: Imprensa Metodista, 1928), p.364.

A título de ilustração, podemos comparar esses dados com os das despesas com a Instrução Pública na Província de São Paulo no mesmo período:

ZK
A

286

| |
|--------------------|
| 1880 - 396:8980282 |
| 81 - 439:4010999 |
| 82 - 497:6890557 |
| 83 - 570:2190487 |
| 84 - 641:1010800 |
| 85 - 698:7510357 |
| 86 - 775:7130340 |
| 87 - 794:1770730 |
| 88 - 870:6920251 |
| 89 - 931:6970518 |
| 90 - 1.076:7540675 |

J.L.Rodríguez, Um Retrospecto Histórico: Alguns subsídios Para a História Pragmática do Ensino Público em São Paulo (S.Paulo: Instituto Ana Rosa, 1930), p. 441

¹⁰⁸ "Financial Report of Collegio Piracicabano". Arquivo particular de J.Toledo Veiga, Piracicaba, MS.

¹⁰⁹ Ibid.

Em relação ao Colégio Piracicabano, o quadro abaixo é demonstrativo dos auxílios financeiros que lhe foram enviados pelo Woman's Board, entre julho de 1887 e setembro de 1898.

Esse quadro foi montado com dados extraídos do Financial Report of Collegio Piracicabano, passim. As anotações feitas referem-se aos dólares recebidos (entre parênteses), à quantia a que calculavam corresponder em cruzeiros e ao câmbio da época.

296

287

| Trimestre | Janeiro à Março | Abril à - Junho | Julho à - Setembro | Outubro à Dezembro | Extras |
|-----------|--------------------------------------|-------------------------|--------------------------------------|--|---|
| 1.887 | | | 275.000 4.º = 2.000 | | |
| 1.888 | | | | | |
| 1.889 | | | 352.220 (\$195.00) | 347.100 (\$193.00) 480.430 (\$225.00) | 1.º = 13.70 |
| 1.890 | 507.370 (\$224.50) 1.º = 2.000 | 529.820 (\$224.50) | 233.200 (\$106.00) | 502.125 (\$243.75) | |
| 1.891 | 640.000 (\$250.00) | 628.150 (\$212.50) | 639.286 (\$212.50) | 1:750.500 (\$437.50) | Um dez. rece- ben-se 278 - construção - do I.º curso - do Colégio 8:200.000 (\$2.000) |
| 1.892 | 510.540 (\$125.00) | 525.710 (\$122.85) | 551.500 (\$125.00) | 449.540 (\$125.00) | |
| 1.893 | 446.125 (\$125.00) 1.º = 3.333 | 517.850 (\$125.00) | 510.000 (\$125.00) 1.º = 4.000 | 442.030 (\$100.00) | |
| 1.894 | 1:463.950 (\$237.50) | 1:262.310 (\$287.50) | 517.120 (\$100.00) | 403.700 (\$100.00) | |
| 1.895 | 466.750 (\$96.57) 1.º = 4.930 | 527.700 (\$100.00) | 459.000 (\$100.00) | | |
| 1.896 | 272.000 (\$50.00) | | 267.200 1.º = 5,344 | 297.000 2:300.000 | |
| 1.897 | 276.550 | 321.500 | 328.000 | 336.650 | |
| 1.898 | 356.300 | 420.700 | | | |

110 Goldman, Os Pioneiros Americanos no Brasil, p.169

111 Júlio Ferreira, História da Igreja Presbiteriana no Brasil, passim.

112 Kennedy, 50 anos de Metodismo no Brasil, passim.

113 Léonard, "O Protestantismo Brasileiro", Revista de História III (1951): 419-420

114 Ibid., p.181. Ver também p.184.

Essa posição é também explicitada por Léonard em Revista de História V (1952): 405-7: "Vimos a importância atribuída, pelos missionários americanos, à evangelização indígena, pelas instituições de ensino destinadas a crianças não protestantes, e as graves reservas feitas, a esse respeito, principalmente por Eduardo Carlos Pereira e os batistas do 'Movimento do Norte'. Não nos parece que o correr dos tempos haja diminuído o valor dessas reservas. A impossibilidade de recrutar exclusivamente entre os crentes os professores desses colégios e a neutralidade, ou, pelo menos, a discrição confessional que acarreta a presença de alunos de outras religiões conduz, quase certamente, à diminuição do nível espiritual dessas espécies de estabelecimento... De modo que, muitos dentre eles são mais norte-americanos que evangélicos: pode residir aqui, dadas as circunstâncias presentes, uma razão do êxito, mas não vemos em que o êxito auxilie o desenvolvimento do protestantismo local, e se explica, antes, pelos maiores proveitos da evangelização realizada pelos próprios fiéis, para o que, convém lembrar, se revela admiravelmente bem organizado".

297
L
288

200
A

289

CAPÍTULO III

ELITAS PROGRESSISTAS E COLÉGIOS AMERICANOS DE

CONFISSÃO PROTESTANTE

Embora as Igrejas Reformadas de origem norte-americana fossem assediadas ao longo dos anos de sua penetração na Província de São Paulo, pela oposição que lhes moveu a mentalidade católico-conservadora¹, têm-se, no entanto, inequívocas evidências de que elas receberam apoio e proteção de alguns setores da sociedade paulista, os quais lhe garantiram fiéis para seus templos e alunos para suas escolas. Interessa-nos, pois, investigar as razões que levaram esses grupos, nas últimas décadas do século XIX, a aceitar largamente as escolas americanas de fé protestante, acolhendo os ideais e práticas educativas que propunham, a ponto de tomá-la como um dos modelos das reformas efetuadas na rede oficial do ensino de São Paulo, a partir de 1890.

A primeira dessas razões envolve a consideração de que a aceitação ou rejeição do protestantismo se fazia na medida em que ele era visto como versão religiosa dos novos ideais liberais e democráticos do século XIX.

Rubem Alves estuda essa questão no seu artigo "O Protestantismo Latino-Americano: sua função ideológica e suas possibilidades utópicas". Ele o faz no âmbito da América Latina, mas podemos focalizar, em particular, a situação da Província de São Paulo. Diz esse autor que, em decorrência dos movimentos missionários do século XIX, o protestantismo chegou ao Brasil

299 h
290

América Latina. Trazia em si os ideais e valores da sociedade burguesa que na Europa e nos Estados Unidos havia desferido dois profundos golpes na sociedade aristocrática, através da Revolução Americana. O Protestantismo oferecia uma versão religiosa dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa e das "verdades evidentes por si mesmas" a que se referia a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América do Norte: "que todos os homens foram criados iguais, que foram dotados, por seu criador, de certos Direitos Inalienáveis, entre os quais estão a Vida, a Liberdade e a Busca da Felicidade",²

Nesta perspectiva, diz o referido autor, "quando se analisar os valores Protestantes do ponto de vista de sua possível função em relação à sociedade Latino-Americana, parece óbvio que eles se constituam numa ameaça de desintegração da ordem dominante" - ou seja, o protestantismo aparecia como uma negação da síntese Igreja Católica-Civilização Ocidental, concretizada nas instituições vigentes na Província de São Paulo, nas últimas décadas do Império. Enquanto que a sociedade provincial, sacralizada pelo catolicismo tridentino, era hierarquizada, elitista e aristocrática, pondo ênfase nas estruturas e não nas pessoas, as quais em sua maioria exibiam uma concepção de vida de fatalismo e impotência, os valores protestantes afirmavam que o homem está destinado a ser livre, que não há estruturas sagradas, que todos os homens são sacerdotes (sacerdócio universal dos crentes), o que pressupõe uma sociedade fraterna, democrática, e, finalmente, que é através do trabalho e da disciplina que o homem adquire poder para conquistar o mundo. Em suma, o protestantismo era olhado como estruturalmente diferente do catolicismo e com possibilidade de vir a "engrossar as vanguardas políticas e culturais que no século XIX lutavam para o rompimento do 'statu quo'"³.

Em outras palavras, a sociedade brasileira aceitava ou combatia o "espírito moderno" subjacente ao protestantismo - antes que a doutrina religiosa - do mesmo modo como combatia ou aceitava a "modernidade" do liberalismo, do positivismo, do cientificismo ou do republicanismo. Na Província de São Paulo, representantes destas novas correntes de pensamento vão aproximar-se das Igrejas Reformadas, propagadas pelos pastores norte-americanos, e aliar-se a elas na defesa dos princípios de democracia individualista.

300
291

liberdade de direitos, liberdade de consciência e de crença, que
e outras acreditavam veicular, bem como fazer frente comum ao
monárquico e sua religião oficial. Representantes da menta-
católico-conservadora, por outro lado, vão opor-se vivamen-
a essas novas aspirações. A questão da separação entre Igreja e
Estado pode servir-nos como exemplo. Muitos daqueles que, por moti-
doutrinários ou práticos os mais diversos - tais como por exem-
a solução do problema econômico e social da imigração-deseja-
a separação entre a Igreja católica e o Estado, encontravam no
às atividades dos protestantes uma ocasião para manifestar
reivindicação. Em 1884, publicava o A Província de São Paulo o
discurso de um deles, deputado republicano, que aplaudia a inaugu-
ração do templo da Igreja Presbiteriana de São Paulo, dizendo ser
necessário apoiar a Igreja reformada no Brasil, para que ela, ex-
pandindo-se, forçasse aquela separação⁴.

Na Província de São Paulo, além da acolhida que lhes dis-
liberais e republicanos,
pensaram os protestantes tiveram o apoio dos anti-clericais e ma-
çons, cujas Lojas funcionavam como tradicionais centros de fermen-
tação e difusão dos ideais liberais e democráticos⁵. Até o final
do século, verifica-se nos meios evangélicos grande entusiasmo pe-
la causa maçônica.

A aliança entre maçonaria e protestantismo era caracte-
rística da Igreja Reformada americana. A maçonaria parece ter re-
presentado um papel de grande importância já no estabelecimento
dos norte-americanos sulistas no Brasil. Muitos desses imigrantes
eram maçons de longa data quando vieram para cá. O Coronel Norris,
inclusive, já havia sido Grão-Mestre da Grande Loja do Alabama. Os
primeiros contactos dos norte-americanos no Brasil foram feitos
com adeptos ou simpatizantes da maçonaria: o Imperador, o ministro
Paula Souza, os irmãos Nathan. Em 1874, menos de dez anos depois
de sua chegada a Santa Bárbara, os sulistas maçons fundaram sua
própria loja, a "Washington Lodge", sob licença direta do Grande
Oriente do Brasil, a qual funcionava em língua inglesa, segundo o
ritual York⁶. Foi provavelmente por intermédio da maçonaria que
os sulistas de Santa Bárbara conseguiram assessoria jurídica dos
irmãos Morais Barros, advogados em Piracicaba. Prudente de Morais,

301
292

instalada em 24/11/1875, encarregou-se, em companhia de
irmão Manoel de Moraes Barros, da defesa de vários dos imi-
grantes envolvidos em processos civis e criminais na justiça de
Piracicaba⁷.

Os protestantes no Brasil tiveram também outra justifi-
cativa para se aproximarem dos maçons: uniam-se, segundo Léonard,
em defesa contra "o movimento de 'integrismo' católico que, sob a
influência de D.Vital e seus rivais se dirigia tanto a maçons co-
mo a heréticos". Diz esse historiador francês que "o apelo aos ma-
çons salvou os propagandistas protestantes, muitas vezes, de si-
tuções difíceis e perigosas"⁸. E Buarque Lyra, pastor maçom, es-
clarece: "...na infância da obra evangélica, em Sorocaba e em ou-
tros pontos do Estado de São Paulo, e em todo o Brasil, os pionei-
ros da evangelização quando em dificuldades ou nas angústias das per-
seguições, sempre receberam decisivo, desinteressado e incondicio-
nal apoio da maçonaria". E relata o caso, várias vezes citado, do
pastor Matatias Gomes dos Santos, que pediu a seu colega, o Revdo.
Ávaro Reis, maçom e rosacruz, que intercedesse junto ao Grande
Oriente do Brasil para que este determinasse aos maçons que se pu-
dessem ao seu lado nas campanhas de propaganda do Evangelho Refor-
mado, em Manhuaçu⁹.

Quanto aos positivistas, se os adeptos brasileiros de
Augusto Comte foram combatidos pelos protestantes - e aqui lembra-
mos a famosa polêmica travada nas páginas de A Província de São
Paulo entre Nash Morton e o Dr. Luis Pereira Barreto, em 1880 -
na prática, positivistas de São Paulo não se recusaram a partici-
par das iniciativas educacionais americanas, de confissão protes-
tante. Júlio Ribeiro, que, segundo Ivan Lins, publicou na "Biblio-
teca Útil" de Abílio Marques "a obra de inspiração positivista"
Traços Gerais de Linguística, foi professor da "Escola Americana"
de São Paulo, enquanto que Joaquim da Silveira Santos lecionou vá-
rios anos no "Colégio Piracicabano"¹⁰.

No terreno pedagógico, essas manifestações de apoio das
elites políticas, culturais e religiosas da época aos protestan-
tes muitas vezes configuraram conflitos cuja intensidade e fre-
quência corresponderam à progressiva radicalização de posições.

300
A

293

Há exemplos muito interessantes. Considerando que "o en-
 pela instrução começa a fazer desta província o objetivo
 dos homens inteligentes e sinceramente patriotas", Jo-
 Carlos Rodrigues, brasileiro radicado em New York, redator do
 "O Novo Mundo", doou à cidade de Itu uma biblioteca circu-
 com mais de 1000 volumes, e o equipamento necessário para a
 de uma escola elementar para 200 alunos onde, gratuita-
 e sem castigos corporais, se ensinasse gramática portugue-
 aritmética e geografia geral e do Brasil. Esse material com-
 ndia: "mesas, bancos de assentos reversíveis, pedras de ardó-
 , zapas, globos, ábacos, mapas de anatomia (olho, coração), ro-
 de cabeça, retratos de homens ilustres, microscópios, apare-
 de física e química, aparelhos para ginástica, aparelho tele-
 fico, pequeno prelo e caixa com 64 formas e sólidos para o en-
 objetivo". Para compor o Conselho Administrativo do estabele-
 mento, seu fundador indicou os nomes de republicanos convencio-
 nais de Itu e os de dois americanos: Elias Pacheco Jordão, João
 Piratininga, Joaquim de Paula Souza e João T. de Aguiar
 Castro, de Itu. Elias Pacheco Chaves, de São Paulo. O.C. Jones,
 Rio de Janeiro e o Revdo G. Nash Morton, da Igreja Presbiteria
 do Sul, de Campinas¹¹.

Em Piracicaba, várias notícias e anúncios nos jornais
 locais dos fins do século passado destacam a ligação entre o "Colé-
 gio Nossa Senhora da Assunção", filial da "Casa de Educação de Nos-
 ra Senhora do Patrocínio", de Itu, dirigida pelas Irmãs de São Jo-
 sé de Chambery, e a maioria católico-conservadora da cidade, li-
 da pelo vigário, Pe. Francisco Galvão Paes de Barros e famí-
 lias tituladas pela monarquia, de um lado, e de outro, o apoio que
 o "Colégio Piracicabano" recebia dos elementos liberais, republica-
 nos, maçons e anti-clericais.

Por ocasião do incêndio que destruiu o "Assunção" em 1901,
 as Irmãs de São José se abrigaram na chácara de Ricardo Pinto de
 Almeida, conhecido monarquista, mantendo ali um internato, e a-
 brindo um externato no antigo palacete do Barão de Rezende, ofere-
 cido gratuitamente por três anos pela Baronesa de Piracicamirim¹².
 De outra parte, os irmãos Morais Barros, líderes republicanos da

303
284

região, apoiavam abertamente os trabalhos do "Piracicabano", quer aí educando suas crianças, que participando nas bancas examinadoras dos exames de fim de ano, quer ainda prestando amparo de caráter legal aos fundadores do Colégio e da Igreja Metodista local. As atividades da Igreja Metodista e do "Colégio Piracicabano" tinham, ainda, plena cobertura do órgão local Gazeta de Piracicaba, de orientação anti-clerical, liberal e republicana, que publicou anúncios, avisos, reportagens e artigos dos pastores, professores e alunos do colégio¹³.

Apoiado no dispositivo constitucional que exigia o juramento católico do pessoal administrativo do governo, o qual por extensão impedia o exercício público do não-católico, o Presidente do Conselho de Instrução de Piracicaba, também vigário local, impediria um professor público substituto de seu distrito, que era republicano e protestante, de continuar no cargo, sob a alegação de que "abjurando a religião católica não podia dar aulas". O professor em questão procurou apoio junto a outro membro do Conselho, o chefe republicano Manoel Morais Barros, que não só o aconselhou a não fazer caso da intimação, como se dispôs a fornecer-lhe os atestados de frequência de que necessitava para receber seus ordenados¹⁴.

Em outra ocasião, não considerando as providências legais que tinham passado a amparar o trabalho pedagógico dos protestantes, e dentre elas a Lei Provincial, de 1868, que concedia irrestrita liberdade de atuação à iniciativa privada nos campos do ensino secundário e elementar, aquela mesma autoridade informou desfavoravelmente sobre um professor particular que pretendia instalar um colégio: "não está no caso de abrir escola pois que é um ministro da seita metodista, e quer prevalecer-se da escola como meio mais fácil de propaganda".¹⁵

Ainda mais, em 1886, iniciando uma questão que teve repercussão nacional, outro Inspetor Literário de Piracicaba solicitou à direção do Colégio Piracicabano colocasse um professor para lecionar a religião do Estado aos filhos de pais católicos aí matriculados.

Apoiava-se ele no artigo 165, §4º, do Regulamento de 18/4/1869, que dizia não poderem os colégios aca-

309
h
295

Inspeção não encontrou respaldo junto às autoridades provin-
 que foram consultadas a respeito, pois elas alegaram não
 por terem assim procedido seus antecessores. Diante
 do governo, o Inspetor viu-se obrigado a pedir demis-
 que ocupava¹⁶. Essa atitude, e mais, a reação popular fo-
 por membros do Partido Republicano que, atuando nas As-
 Provincial e Geral, consideravam a posição do Inspetor
 obscurantista, e não adequada à época de progresso
 país atravessava, constituem-se em mais uma prova das faci-
 que os protestantes americanos encontravam no país.

Por outro lado, muitos alemães, evangélicos ou católi-
 que mantinham escolas tradicionais bem aceitas pelas famí-
 da Província porque não tinham o caráter de agências de pro-
 viram-se prejudicados em suas atividades pela atuação
 pastores protestantes-americanos. A fim de evitar qualquer
 entre os termos alemão e protestante, o diretor de um
 colégios, o "Franklin", de Botucatu, ao anunciar o início
 para o ano de 1884, avisa enfaticamente que seu estabe-
 "nada absolutamente tem em comum com a propaganda pres-
 ortiana ora grassante por estas paragens".¹⁷

Esses acontecimentos não constituíram uma reação contra
 Igreja Reformada apenas. De fato, episódios de intolerância ou
 variedade, verificados de resto em várias outras localidades
 Província de São Paulo, envolvendo professores e autoridades
 escolares, atingiram também, além de protestantes, a republicanos
 positivistas e ateus. Na Inspeção da Instrução Pública, por
 exemplo, ocorreu um processo contra o professor da escola de Pon-
 Nova, município de Lagoinha, porque "eliminou o ensino da dou-
 cristã, plantando na terra nova dessas inteligências juve-
 a planta exótica do republicanismo e socialismo"; os pais
 alunos declararam estar descontentes com o referido profes-
 por causa de suas opiniões religiosas e políticas, preferin-
 as trevas da ignorância a serem ofuscados e corrompidos pe-
 luzes da descrença e do ateísmo".¹⁸ Anos antes, o Inspetor
 insistira junto ao Presidente da Província para que muitas
 professor particular de Aréas, que abrisse escola sem a com

petente licença da Repartição, lembrando repetidamente a condição de ateu do professor¹⁹. Quanto aos positivistas, são bem conhecidos os episódios que envolveram professores da Escola Normal de São Paulo que professavam essa doutrina²⁰.

Os implicados nessas questões eram, pois, todos aqueles que na Província de São Paulo, desejosos de colocar o país à altura do século, reivindicavam a mudança das condições religiosas, culturais e políticas da sociedade brasileira, acreditando no poder da educação para realizá-la: protestantes, liberais, republicanos, positivistas, a-católicos, maçons e anti-clericais.

Certamente foi do interesse comum de todos eles o aparecimento e o êxito das escolas protestantes americanas. Para a Igreja Reformada implantada no Brasil, a instrução representava a cunha que abriria caminho para suas atividades de proselitismo; os pastores americanos procuraram, pois, atrair para suas escolas as vanguardas culturais da Província, as elites progressistas não comprometidas com o Império ou a Igreja Oficial. Embora de origem confessional, essas escolas eram frutos de uma religião que representava, para as elites, "idéias mais adiantadas", pois era "ativa, enérgica, amiga da Propaganda e do trabalho"²¹.

O aparecimento dessas escolas possibilitava aos setores progressistas da Província a garantia de um ambiente de respeito aos seus princípios. Nas escolas protestantes americanas, seus filhos seriam abrigados sem a provável discriminação que sofreriam nas instituições públicas ou católicas. Ao mesmo tempo, esses estabelecimentos eram um novo cenário para a manifestação ideários progressistas. Ainda mais, a concepção protestante de que a instrução é um ato de fidelidade a Deus e de que o progresso da civilização se confunde com a conquista da verdade teológica - como vimos no capítulo anterior - garantia um apoio decisivo às vanguardas paulistas das últimas décadas do século XIX, tão empenhadas no combate a todas as formas de obscurantismo. As escolas americanas de fé protestante também representariam a ponta de lança que abriria caminho para as atividades de renovação das mentalidades e das práticas dentro dos quadros pedagógicos, e, por extensão, da sociedade brasileira.

305

296

306
297

Nessa perspectiva, revestem-se de especial significado ¹ acontecimentos que envolveram o lançamento da pedra fundamental do edifício próprio do Colégio Piracicabano, em 8 de fevereiro de 1833, um acontecimento não apenas de dimensões pedagógicas, mas também de conotação política e religiosa, refletindo bem a situação de São Paulo na época. As festividades organizadas na ocasião representaram um "tour-de-force" das vanguardas políticas e culturais da Província ostensivamente reunidas para dar apoio a mais uma iniciativa educacional da igreja reformada, e que culminou em um ataque direto à incapacidade dos poderes constituídos de oferecerem uma solução para os males de que padecia o ensino brasileiro. Amplamente noticiada pela imprensa piracicabana liberal, a cerimônia constou um ato público religioso de caráter protestante, durante o qual discursaram os Revdo^s. J.J.Ranson e George Nash Morton, Francisco Rangel Pestana, Manoel de Moraes Barros e outros, e uma reunião à noite, no teatro de Piracicaba, quando as alunas do Colégio cantaram "La Marseillaise" e Rangel Pestana e Nash Morton fizeram conferências sobre o tema "A Educação da Mulher". Ao terminar a festa, noticiada a Caseta de Piracicaba,

os espectadores, a quem o sr.Ranson aguardava uma surpresa, ouviram-no fazer um resumo da população d'este município, dos meninos que frequentam as escolas públicas, e proferir algumas palavras bem ditas sobre o procedimento do governo que, nomeando professores públicos, não lhes fornece casa nem mobília para as escolas e terminou propondo uma subscrição entre o auditório, até a quantia de um conto de reis, com o fim de fazer-se aquisição da mobília necessária às mesmas escolas. Para isso ofereceu, por parte do Colégio Piracicabano, a quantia de 50\$000, tirada de mensalidades ali pagas, e 50\$000 por parte das professoras e de dois cavalheiros. Essas quantias foram entregues ao sr.presidente da câmara para, reunida com 350 e tantos mil réis que a subscrição rendeu ali, e com o mais que produzirem os esforços de uma comissão que será nomeada, dar o destino justamente almejado. Assim, fechou-se com chave de ouro aquela esplêndida festa escolar; e já que o governo não cumpre o dever que, segundo entendemos é rigoroso, de fornecer os cômodos necessários aos professores para o desempenho de suas obrigações mal remuneradas, faça-se de um só povo, e auxiliê a instrução para que possamos um dia ter verdadeiros compreendedores das necessidades públicas e melhores executores da vontade nacional, que neste país da América não pode ser outra senão a liber

dade, mas a liberdade guiada e iluminada pela instrução, a liberdade sólida, a liberdade legítima, bem compreendida²².

O total da quantia arrecadada alcançaria a soma de 1.495\$000, com a qual foi possível comprar, para as 8 escolas primárias públicas de Piracicaba, carteiras e bancos envernizados, modelo americano do "Instituto Novo Mundo", de Itu²³.

Podemos apontar ainda outra razão para o apoio oferecido às escolas protestantes americanas em São Paulo: a Província passou a acreditar no tipo de ensino que elas ministravam porque eram escolas organizadas segundo o sistema americano, que vinha há tempos funcionando como um pólo de atração para as elites paulistas, tanto pelos seus aspectos propriamente pedagógicos, como pelo seu caráter democrático. O pensamento de Alberto Sales é revelador de como os paulistas da década de setenta viam a relação escola e democracia na América do Norte. Num texto em que, denunciando o futuro polemista, compara os sistemas de ensino público dos Estados Unidos e do Brasil, Alberto Sales atribui o triunfo da república americana ao fato de haver perpetuado como seu baluarte a instituição escolar, "organização sistemática do intelecto nacional". Afirma ele:

Quem diz democracia, diz liberdade, diz instrução, escola, luz: porque tão impossível é compreender-se um povo sem escolas, como é impossível compreender-se o sol sem luz, o firmamento sem estrelas, o efeito sem causa. ... Desde seu berço foi a escola a única preocupação do povo americano, e objeto de seus contantes cuidados, como o verdadeiro baluarte de suas liberdades e seguro preservador da unidade nacional²⁴.

Alberto Sales prolongava, na sua época, as sugestões de Tavares Bastos que, nos anos sessenta, recomendava aos políticos nacionais:

Dispam-se dos prejuízos europeus os reformadores brasileiros: imitemos a América. A escola moderna, a escola sem espírito de seita, a escola comum, a escola mista, a escola livre, é a obra original da democracia do Novo Mundo²⁵.

A propósito de tudo, Tavares Bastos recorrera ao modelo americano: recursos para o ensino, financiamento, co-educação, organização e tipos de escolas, controle e inspeção do ensino, li

301 A
298

306

299

berdade da iniciativa privada. As Províncias, em particular, propôs que organizassem, em substituição às escolas elementares de ABC, então sob sua responsabilidade, um ensino primário completo, nos moldes das Common Schools americanas. E justificava:

É o ensino primário completo, como nos Estados Unidos o único suficiente para dar aos filhos do povo uma educação que a todos permita abraçar qualquer profissão, e prepare para os altos estudos científicos aqueles que puderem frequentá-los. O programa dos estabelecimentos públicos da União (Common Schools, free schools) compreende com efeito, muito mais do que geralmente se supõe; ele abraça o ensino primário de todos os graus, o das "escolas reais" da Alemanha, e o secundário especial que fornecem os liceus de França. Com o curso propriamente elementar, com o de gramática e o de ciência das high-schools, os alunos obtêm, além de conhecimento das línguas, noções de literatura e história, de geometria e álgebra, de química, física e história natural, em uma palavra, as bases da educação chamada profissional²⁶.

Lembra Mariotto Haidar que o sistema de ensino das common-schools americanas foi também a principal fonte de inspiração das reformas propostas em 1882 por Rui Barbosa para o ensino secundário e primário. Nesse particular, Rui Barbosa teve como modelo próximo o Colégio Progresso, instalado por Miss Eleanor Leslie Hentz em 1878 na Corte, e que oferecia às meninas:

instrução completa organizada em três graus segundo o modelo americano: curso primário de 1º e 2º grau; curso secundário onde se desenvolviam as seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês, Zoologia, Botânica, Química, Física, Geografia e Cosmografia, História Universal, Aritmética, Geometria plana, Declamação, Desenho Linear, Calistenia e Ginástica e, curso superior que completava a educação dos jovens com estudos de Geologia, Mineralogia Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria, História Comparada, Lógica, Retórica, Literatua das três línguas, Declamação, e Pedagogia para as que se destinassem ao magistério...Manteve Rui longos entendimentos com a diretora do estabelecimento e foi por seu intermédio que entrou em contato com importantes autoridades do ensino público americano. Acompanhado do Ministro Rodolfo Dantas, o autor dos Pareceres assistiu às aulas, interrogou as alunas, tendo colhido na ocasião o excelente material cartográfico anteriormente publicado no Apêndice I, do tomo IV, Vol.X, de suas Obras Completas²⁷.

A boa forma de que gozava o "Colégio Progresso" despertou também o interesse da Igreja Metodista Episcopal do Sul sedia-

para aí estabelecer um colégio feminino sob sua responsabilidade²⁸.

As escolas americanas de confissão protestante trariam para a Província de São Paulo uma diretriz de ensino prático, científico e comum para todos, que concretizava aqueles aspectos do sistema de ensino norte-americano que mais atraíam as elites da época. Aos liberais e republicanos, essas escolas ofereciam seu caráter democrático; aos adeptos e simpatizantes do positivismo e outras derivações científicas, a orientação científica imprimida ao currículo de estudos; aos anti-clericais, a ausência de ortodoxia, de sectarismo, a par de uma completa oposição à Igreja Oficial. A todos, enfim, pelo cuidadoso aparato pedagógico que exibiam, em termos de equipamentos, instalações, professores e procedimentos didáticos, ofereciam a possibilidade de uma formação acadêmica muito mais eficaz que a proporcionada pelos colégios nacionais, seja como preparatórios para o ingresso nos cursos superiores, seja como formação imediata para a vida. Escolas como as americanas protestantes, cujas soluções pedagógicas já tinham sido testadas numa nação considerada modelo, estavam destinadas a receber o apoio efetivo dos espíritos mais atentos à realidade. Numa Província como a de São Paulo, que despertava para as grandes questões do século - democracia, liberalismo, cientificismo, laicização da vida pública, formação da mulher, educação popular - seriam justamente as elites políticas e culturais as primeiras a incentivar o trabalho dos missionários protestantes americanos. Os ideais e valores que elas propunham para a nova sociedade brasileira eram vistos como condizentes com as diretrizes culturais e pedagógicas das igrejas reformadas americanas, e não com as do ensino oficial ou católico ultramontano. Era nas escolas americanas de fé protestante que residia a possibilidade de se formar as novas gerações na prática das qualidades políticas e intelectuais necessárias para se colocar o país à altura do século.

É à luz dessas considerações que devemos examinar o aparecimento dos primeiros colégios americanos de confissão protestante na Província de São Paulo, nas últimas décadas do Império.

Como vimos, foram os presbiterianos do "New York Board" que, na Província de São Paulo, no decorrer da década de 60, funda-

307
300

ram as primeiras igrejas protestantes americanas; mas foi de iniciativa dos presbiterianos do Sul a fundação, em 1869, da primeira escola protestante americana na Província de São Paulo, o "Colégio Internacional", de Campinas.

Sendo inadequada a abertura de uma frente missionária na capital da Província, já ocupada pelos pastores nortistas, a cidade de Campinas apareceu como o local ideal para o início dos trabalhos da Igreja Presbiteriana do Sul. Além de estar situada nas proximidades da colônia sulista de Santa Bárbara, Campinas era já, nessa época, um grande centro, rival de São Paulo. Zaluar e Tschudi, que a visitaram no início da década de 60, concordam em descrevê-la como uma cidade progressista, sustentada pelo comércio do café que aí encontrara terrenos propícios para o seu desenvolvimento e a que estaria assegurado um futuro promissor com a próxima instalação da estrada de ferro, ligando-a ao porto de Santos. A presença de protestantes nesse núcleo, devida não apenas aos ingleses que trabalhavam na implantação dos trilhos da ferrovia, como à sua condição de centro de zona de intensa colonização alemã, era tão significativa que, para atendê-los, Campinas tinha o seu cemitério protestante²⁹.

Interessa-nos, porém, a situação de Campinas como centro político e social de antigos liberais e republicanos. Nos fins da década de 60, a região do Meio Oeste - abrangendo Jundiaí, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e São Carlos, cujo centro era Campinas - congregava fazendeiros de café que, sentindo o descompasso entre a força econômica de que dispunham e a marginalização política a que estavam relegados, entusiasmaram-se pelas idéias de descentralização, federação e república, constituindo-se no foco da contestação republicana das décadas de 70 e 80. Significativamente, entre os fundadores do jornal A Província de São Paulo, porta-voz desse grupo, estão os nomes de fazendeiros e profissionais liberais oriundos daquela região: 3 de Itu, 1 de Araras, 2 de Rio Claro, 6 de São Paulo e 9 de Campinas³⁰.

George Nash Morton, a quem foram confiados os trabalhos de fundação do "Colégio Internacional", era uma figura bastante interessante, não apenas pelo seu pensamento pedagógico mas também

pela sua personalidade. Oriundo de antiga e aristocrática família da Virgínia, idealista, ousado nos seus empreendimentos, Nash Morton aliava aos traços românticos e aventureiros de seu caráter um espírito culto e refinado, próprio das tradições cavalheirescas³¹. De formação liberal, republicano, possivelmente maçom, Morton estabeleceu, logo após sua chegada a Campinas, um largo círculo de relações. Este abrangia, além de seus compatriotas imigrados e pastores das outras igrejas reformadas - Morton foi padrinho, por exemplo, do segundo casamento do pastor Newman, metodista de Santa Bárbara - políticos como os do grupo de Campinas e os irmão Morais Barros, de Piracicaba, e os redatores de A Província de São Paulo, órgão que lhe divulgou as idéias, enfim, gente como ele, liberal, republicana, maçom e anti-clerical. Foram eles que proporcionaram a Morton grande parte da clientela do seu estabelecimento, demonstrando sua adesão aos princípios religiosos, políticos e pedagógicos do colégio.

A fundação da "Escola Americana" e do "Colégio Piracicabano" obedeceu aos mesmos padrões apontados acima para o "Internacional".

Segundo um relato tradicional, a Igreja Presbiteriana da capital da Província já mantinha uma escola dominical quando, em 1870, a esposa do Revdo. Chamberlain abriu, nas dependências de sua casa, uma classe de primeiras letras destinada a acolher as crianças cuja frequência às escolas locais era obstada por motivos de intolerância religiosa ou política³². Um lustro depois, a escolinha já tinha tantos alunos que se tornara necessário mudar-se para um prédio maior, com o nome de "Escola Americana".

Assim, no decorrer da década de 70, ambos os ramos da Igreja Presbiteriana tinham ocupado os pontos do território paulista considerados chaves para uma "invasão evangélica": São Paulo, Campinas, Sorocaba, Brotas, Lorena, ou seja, os grandes centros e as chamadas "bocas-de-sertão". Entre as cidades mais importantes da Província, Piracicaba³³ era a única que, a essa época, não tinha missionários protestantes em trabalho permanente. E sua situação geográfica, política e social pareceu ser, a esse respeito, das mais favoráveis para Newman, o pastor metodista de Santa Bárbara

34
702

312
A
303

que a indicou ao Revdo. Ranson como ponto de partida do futuro trabalho missionário de sua igreja no Brasil. Localizada em zona de intensa colonização protestante e bastante próxima do agrupamento sulista de Santa Bárbara, Piracicaba abrigava, ela mesma, algumas famílias norte-americanas que chegaram a obter da Câmara Municipal local, em 1876, o aforamento de terrenos da zona urbana³⁴. Por outro lado, o cenário político e cultural da cidade era dominado pelas figuras dos irmãos Manoel e Prudente de Moraes Barros que, ao serem destacados elementos da política provincial, tinham, principalmente o primeiro deles, larga penetração popular na região. Liberais, e futuros republicanos históricos, os Moraes Barros partilhavam da opinião de muitos de que o governo não tinha condições para resolver os problemas da instrução pública, cabendo aos particulares manter as iniciativas que visassem à instrução da população³⁵. Foi possivelmente Manoel de Moraes Barros quem, em contato com o fato um caráter político, sugeriu ao Revdo. Newman a idéia de abrir um colégio em Piracicaba para dar início aos trabalhos do metodismo no Brasil. É o que se depreende das palavras do Revdo. J. Ranson numa carta que escreveu ao secretário de seu board:

Um advogado de renome dessa cidade escreveu ao irmão Newman estimulando-o a abrir um Colégio lá. Meu plano é ir a Piracicaba conseguir pensão em casa de alguma família brasileira educada e logo que for possível, abrir uma escola para brasileiros. Não tenho dúvidas que poderei sustentar-me com esse trabalho, se não pelo ensino, com trabalho manual, enquanto estiver estudando a língua portuguesa. Lendo um velho "Advocate" recordei-me de que havia uma dotação de 1.000 dólares para esta missão na primavera passada. Visto que minhas despesas foram pagas por contribuições especiais suponho que os 1.000 dólares estão ainda à disposição do trabalho da missão aqui. Se quisermos alcançar sucesso em nosso trabalho em Piracicaba necessitamos comprar uma locação para nosso colégio. Posso considerar os 1.000 dólares uma dotação judiciosa para a nossa propriedade colegial? O irmão Newman e outros julgam que a quantia mencionada será suficiente para comprarmos os terrenos e um edifício apto para acomodar uma escola regular. O nosso advogado promete exercer sua influência e tem certeza de nosso sucesso... Logo que for aberta nossa escola o irmão Newman virá para Piracicaba e teremos a senhorita Annie Newman na escola. Mas necessitamos de algumas moças instruídas como a senhorita Anderson que esteve em Campinas. ...Procure tais pessoas agora, bem como auxiliares do sexo masculino, para

ra, que a indicou ao Revdo. Ranson como ponto de partida do futuro trabalho missionário de sua igreja no Brasil. Localizada em zona de intensa colonização protestante e bastante próxima do agrupamento sulista de Santa Bárbara, Piracicaba abrigava, ela mesma, algumas famílias norte-americanas que chegaram a obter da Câmara Municipal local, em 1876, o aforamento de terrenos da zona urbana³⁴. Por outro lado, o cenário político e cultural da cidade era dominado pelas figuras dos irmãos Manoel e Prudente de Moraes Barros que, sobre serem destacados elementos da política provincial, tinham, principalmente o primeiro deles, larga penetração popular na região. Liberais, e futuros republicanos históricos, os Moraes Barros partilhavam da opinião de muitos de que o governo não tinha condições para resolver os problemas da instrução pública, cabendo aos particulares manter as iniciativas que visassem à instrução da sociedade³⁵. Foi possivelmente Manoel de Moraes Barros quem, emprestando ao fato um caráter político, sugeriu ao Revdo. Newman a idéia de abrir um colégio em Piracicaba para dar início aos trabalhos do metodismo no Brasil. É o que se depreende das palavras do Revdo. J. J. Ranson numa carta que escreveu ao secretário de seu board:

Um advogado de renome dessa cidade escreveu ao irmão Newman estimulando-o a abrir um Colégio lá. Meu plano é ir a Piracicaba conseguir pensão em casa de alguma família brasileira educada e logo que for possível, abrir uma escola para brasileiros. Não tenho dúvidas que poderei sustentar-me com esse trabalho, se não pelo ensino, com trabalho manual, enquanto estiver estudando a língua portuguesa. Lendo um velho "Advocate" recordei-me de que havia uma dotação de 1.000 dólares para esta missão na primavera passada. Visto que minhas despesas foram pagas por contribuições especiais suponho que os 1.000 dólares estão ainda à disposição do trabalho da missão aqui. Se quisermos alcançar sucesso em nosso trabalho em Piracicaba necessitamos comprar uma locação para nosso colégio. Posso considerar os 1.000 dólares uma dotação judiciosa para a nossa propriedade colegial? O irmão Newman e outros julgam que a quantia mencionada será suficiente para comprarmos os terrenos e um edifício apto para acomodar uma escola regular. O nosso advogado promete exercer sua influência e tem certeza de nosso sucesso... Logo que for aberta nossa escola o irmão Newman virá para Piracicaba e teremos a senhorita Annic Newman na escola. Mas necessitamos de algumas moças instruídas como a senhorita Anderson que esteve em Campinas. ...Procure tais pessoas agora, bem como auxiliares do sexo masculino, para

313
A
304

344
a
305

que estejam prontos quando necessitamos, porque necessitaremos deles. A senhorita Annie Newman está traduzindo o catecismo do "Bispo Mactyeire", uma tarefa para qual suponho absolutamente competente. Como publicaremos? O trabalho estará pronto em 2 ou 3 meses³⁶.

O apoio que os Morais Barros e seus correligionários emprestaram ao futuro "Colégio Piracicabano" era plenamente justificado, do ponto de vista pedagógico, pois, na época em que se começou a pensar na criação do colégio americano, o ensino particular em Piracicaba era inexpressivo, e o público praticamente inexistente. À extinção da única aula avulsa de Latim e Francês ocorria na década de 50, somava-se o funcionamento intermitente das escolas de primeiras letras masculinas e femininas, devido às freqüentes e prolongadas licenças que seus professores obtinham junto à Inspeção Geral da Instrução Pública³⁷. Na década de 80, embora o professorado tivesse sido renovado em função das turmas mais recentemente diplomadas pela Escola Normal, as escolas públicas de Piracicaba continuavam acusando a falta dos mais elementares recursos pedagógicos: numa delas não havia móveis nem material, embora tivesse de 30 a 35 alunos freqüentes; noutra, que tinha como mobiliário apenas um banco de 14 palmos por 1,5 para 66 alunos freqüentes, faltavam compêndios; noutra, ainda, não havia catecismo nem lousa³⁸. Um dos professores, que adotava para o ensino da leitura o método renovado de João de Deus, via-se prejudicado em seu trabalho, pois as autoridades não lhe mandavam os Quadros Parietais que evitariam o trabalho de copiar na lousa as lições da Cartilha Nacional³⁹.

As promessas de apoio de Morais Barros devem ter influenciado o Revdo. Ranson a favor de Piracicaba pois, embora pessoalmente preferisse estabelecer-se mais ao sul do país, acabou por acolher a proposta do pastor de Santa Bárbara, justificando:

Preferiria começar o trabalho num lugar maior que Piracicaba. Seria talvez conveniente visitar outras cidades mais importantes no sul.... Mas há uma porta aberta e uma chamada: coisas que um metodista ama por tradição, e assim, havendo essa oportunidade em Piracicaba, suponho que seja melhor começar por aqui mesmo⁴⁰.

Preferencia de começar o trabalho num lugar maior que Piracicaba

318
206

o pastor Newman mudou-se em 1879 para Piracicaba onde suas filhas, misses Mary (Molly) e Annie, abriram uma escola particular de primeiras letras, o "Colégio Newman"⁴¹.

Nos começos de 1881, chegaram os pastores James W. Koser, com a família, J.L. Kennedy e a missionária miss Martha Hite Watts, enviada pelo Woman's Board of Mission para estabelecer a planejada casa de instrução. Segundo Jair Veiga, esse grupo de missionários trazia carta de apresentação ao dr. Manoel de Moraes Barros, da parte de Nash Morton, em cujo colégio em São Paulo estudava o jovem Antonio José de Moraes Barros, "filho daquele que era grande e velho amigo do Revdo Morton"⁴². Manoel de Moraes Barros foi, de fato, uma das testemunhas que assinou a procuração passada pelo grupo, num dos cartórios locais, a Banson, para recolher na Alfândega do Rio de Janeiro a bagagem pessoal e outros objetos que haviam trazido a fim de montar a referida escola⁴³. Em setembro de 1881 instalavam, simultaneamente, a Igreja Metodista de Piracicaba e o "Colégio Piracicabano".

O apoio das vanguardas políticas e culturais da Província assegurou a essas primeiras escolas protestantes americanas a maior parte de sua clientela escolar ao longo das primeiras décadas de funcionamento. Os representantes dessas vanguardas não apenas matricularam seus próprios filhos ou dependentes, meninas e meninos, nesses colégios, mas graças à sua liderança na sociedade provincial, conseguiram a adesão de correligionários, parentes e amigos que lhes seguiram o exemplo. As escolas protestantes americanas eram pagas, mas essa condição não lhes obstou a frequência visto que as vanguardas políticas e culturais da Província de São Paulo compunham também os quadros das novas elites econômicas de raízes urbanas que se estavam formando nas últimas décadas do século. Eram integradas por fazendeiros de café do Centro-Oeste, médicos, advogados, jornalistas e comerciantes, que tinham recursos suficientes para financiar a frequência desses estabelecimentos.

No "Colégio Piracicabano", durante os seus três primeiros meses de funcionamento, os professores tiveram como única aluna Maria de Azevedo Escobar, de 15 anos, matriculada em 13/9/

ro da imprensa piracicabana, Antônio Gomes Escobar, de idéias liberais, célebre pela edição de "Palavra de Deus", opúsculo de cunho protestante⁴⁵.

No começo do ano seguinte, vieram as primeiras alunas internadas, Ema Steagall e Mary Prestridge, do grupo sulista de Santa Bárbara. A lista das matrículas, nesse ano de 1882, completou-se com os seguintes nomes, registrados por ordem de entrada: Maria das Dores Oliveira e Sócrates de Oliveira, filhos, e Hilário dos Santos, pupilo do Dr. Antônio Joaquim Oliveira, promotor público; Elisa e Margarida Diehl, filhas de Jacob Diehl, um dos líderes da colônia alemã local; Elisa, Jorge, Ana Maria e Nicolau, filhos de Manuel de Moraes Barros; Otto Keiferth, filho de João Keiferth; Nova e Mary Smith, de família americana de Piracicaba; Izabel e Angelina de A. Barros, filhas de Luis Antônio de A. Barros; Olívia Ferraz, filha de Joaquim Ferraz; Willie e Cornélia Barr, enteados do pastor Newman; Ana e Flávia da Silva Gordo, filhas de Antônio José da Silva Gordo, cunhado dos Moraes Barros; Geraldina Borges, filha de Cândido Borges da Cunha; Maricota Gomes, filha de Francisco Pimenta Gomes; Elisa Lopes, filha de A. Oliveira Lopes; Narcisa Augusta de Figueiredo, enteada do juiz de direito local, Dr. Joaquim de Toledo Pizza e Almeida; Maria Amélia e Prudente, filhos de Prudente de Moraes Barros; Alícia dos Santos, filha de José dos Santos; Maria Leopoldina, Rita e Josefina Soares, pupilas, e José A. Rocha Faria, filho de José A. Faria, um dos padrinhos de casamento de Prudente de Moraes; e quase no final do ano letivo, Mizael e Cristiano Vieira Otoni, filhos da Baronesa de Madalena, residente na Corte os quais, fugindo de uma epidemia de febre amarela, passavam temporada em casa do tio Luis de Queiroz⁴⁶. Como se vê, além dos descendentes de alemães e norte-americanos, a maioria dos alunos do colégio era constituída de brasileiros, filhos de figuras expressivas da sociedade peracicabana, envolvidas algumas delas por laços de parentesco ou amizade com os Moraes Barros. Se examinarmos livros posteriores de matrículas do colégio, esse mesmo tipo de clientela será observado frequentando o "Piracicabano" ao longo dos anos seguintes⁴⁷. A esse respeito, é significativo verificar que, numa festa oferecida pelo Colégio a miss Martha Watts, em maio

316
A
307

nes de Molly Steagall, de Santa Bárbara, Amélia Kraemblull e Hele-
na Schalch, da colônia alemã local, Leonina Marques, Antonio de
Mello, as irmãs Zanotta, uma das quais, Carolina, viria a ser nora
de Prudente de Moraes, e Júlia de Moraes, uma das filhas deste⁴⁸,
repetindo a mesma composição da clientela de 20 anos antes.

Outros estabelecimentos americanos exibiram de modo ge-
ral, o mesmo quadro de alunos, com alguns sobrenomes ingleses, nor-
te-americanos, alemães, italianos e uma grande maioria de brasilei-
ros⁴⁹. Em relação aos alemães, particularmente, a sua presença pou-
co significativa vem completar a observação de Boanerges Ribeiro,
de que os imigrantes alemães protestantes de denominação evangélica
na Província de São Paulo não se interessaram pelas atividades
religiosas das igrejas reformadas americanas⁵⁰, ou melhor - consi-
derando a questão à luz das idéias de Léonard - de que não aceita-
vam o tipo de catequese adotado pelas igrejas americanas. Podemos
acrescentar, também, que não procuraram as escolas que estas insta-
laram, preferindo frequentar suas próprias "Deutsche Schule", de
feição mais tradicional que as americanas, quer quanto ao ensino,
quer quanto ao procedimento religioso.

Os recursos materiais e docentes de que dispunham esses
primeiros colégios protestantes americanos contrastavam flagrante-
mente com os dos colégios nacionais. Parte da ajuda financeira ob-
tida junto às Igrejas-Mães era destinada à manutenção de instala-
ções e equipamentos, bem como ao pagamento do pessoal docente ade-
quado. O "Colégio Internacional", poucos anos depois de criado,
funcionava em prédio próprio, "a mais elegante construção da cida-
de de Campinas, um sobrado de tijolos à vista, com guarnições de
madeira, no estilo sulista, enquanto que a maioria das casas da ci-
dade era ainda de pau-a-pique⁵¹. Também o "Piracicabano", menos de
três anos depois de instalado, funcionava em sede própria, cuja
construção de 918 m² fora orçada em cerca de 33.000\$000⁵². A dire-
ção da "Escola Americana", por sua vez, adquirira, desde 1875,
grande área na esquina das ruas São João e Ipiranga, onde instala-
ra seus cursos, ainda de nível elementar⁵³.

Por outro lado, às precárias condições de funcionamento
das escolas públicas de Piracicaba o "Colégio Piracicabano" ante-

318
309

punha uma completa e moderna aparelhagem que incluía luz elétrica, campainha para chamadas, quadros-negros, mapas, microscópios e outros instrumentos para o ensino de Química e Física no curso secundário⁵⁴.

Quanto aos professores, a presença, desde o início das atividades escolares, de pessoal especializado para o magistério, credenciava os colégios protestantes americanos quanto à eficiência e seriedade de seu trabalho. Em particular, a vinda de "school marms", professoras missionárias diplomadas nos Estados Unidos e freqüentemente com vários anos de experiência no magistério público e particularmente com vários anos de experiência no magistério público e particular, foi uma constante: miss Martha Watts era formada pela "Escola Normal", de Louisville; miss Ella Granbery, pelo "Wesleyan Methodist Institut", da Georgia; miss Mary P. Dascomb, da "Escola Americana", fez seu curso universitário no "Oberlin College", de Ohio, enquanto que sua companheira miss Elmira (Ella) Kuhl diplomou-se pelo "Women's College", de Bordentown, New Jersey. Miss Dascomb foi professora particular em São Paulo⁵⁵ e dirigiu a escolinha da missão presbiteriana de Brotas antes de ir lecionar na "Escola Americana"; miss Ella trabalhou em Rio Claro, Botucatu e São Paulo, tendo fundado, com miss Mary, a "Escola Americana de Curitiba", nos inícios da década de 90.⁵⁶

Na "Escola Americana", em meados da década de 70, além do Revdo. Chamberlain, que dava aulas de inglês, lecionavam Adelaide de Molina, para português, desde 1873; M.A. Menezes, para aritmética, e "uma senhora inglesa completamente habilitada" para línguas e artes: piano, desenho e canto⁵⁷. Dez anos depois, a "Escola Americana", que contava com 122 alunos matriculados, tinha ampliado seu corpo docente que passara a incluir os seguintes nomes: Remígio de Cerqueira Leite, Manuel da Paixão, Adelaide Molina, Cândida de Cerqueira Leite, miss Ella Kuhl, miss Mary Dascomb e miss Mary G. Emerson, sob a direção do Revdo. Chamberlain. No Kindergarten, que funcionava anexo, lecionavam a missionária Phoebe R. Thomas, Iracema Emma do Vale Sapocay e Maria Gabriela Pinto de Andrade⁵⁸.

O mesmo ocorreu com o "Colégio Piracicabano". No primeiro ano de atividades, a diretora, miss Martha Watts, contou com a

colaboração de miss Mary Newman, que lecionara no "Colégio Pestana", da Capital⁵⁹, e Mademoiselle Rennotte, uma professora francesa encarregada de ministrar os cursos da área de ciências⁶⁰. Em 1887, o corpo docente do "Piracicabano" incluía nove professores entre nacionais e missionárias estrangeiras: miss Mary W. Bruce para a diretoria e aulas de música, história universal e sagrada, e álgebra; miss Mattie Jones, para a direção do Kindergarten, latim, física, leitura, inglês e aritmética; miss Ella Grambery, ajudante do Kindergarten, aulas de leitura e inglês; miss Mary Ellis Mac Intyre, para inglês, aritmética e leitura; miss Donnie Moore para trabalhos de agulha; a ex-aluna Geraldina Borges para aulas de caligrafia, geografia e leitura; Dr. Henrique Brasiliense P. de Almeida, para aritmética, francês e história pátria, A. César de Arruda, para português, e Severo Augusto Pereira, para desenho e retórica⁶¹.

Mas não foi apenas no aspecto das condições materiais que os colégios protestantes americanos se apresentaram como inovadores no panorama do ensino paulista dos fins do Império. Mais do que sua aparelhagem moderna, foram os procedimentos metodológicos, os ^{objetivos} ~~novos~~ transformações curriculares exibidas por esses colégios que lhes permitiam oferecer um ensino atualizado e eficiente, bem de encontro às reivindicações das vanguardas provinciais. Currículo seriado e diversificado, com inclusão de matérias científicas ou profissionalizantes ministradas em lições curtas mas graduadas e integradas, fins estabelecidos segundo uma orientação prática e progressiva, emprego do "método intuitivo", entendido na época como a observação correta de objetos reais, uso de coleções de espécimes etc, são aspectos desse ensino renovado a nortear as atividades do "Internacional", do "Piracicabano" e da "Escola Americana".

Para as elites progressistas da Província da década de 70, freqüentar o "Internacional" significava para seus filhos a garantia de uma formação liberal, atualizada e profunda que, por realizar-se de modo gradual e progressivo, escapava às funestas conseqüências dos cursos parcelados, habituais nos colégios da época.

O programa primitivo de Morton visava, graduando cuidado

319
310

270
344

Campinas, o primeiro estabelecimento de tipo universitário no Brasil... Os cursos elementar e intermediário estavam distribuídos em 4 escolas admiravelmente graduadas e progressivas. A primeira subdividia-se em quatro formas, correspondendo à grammar school americana. As três escolas seguintes compreendiam o ensino das matérias propedêuticas, incluindo o alemão, o grego e as matemáticas. O curso superior seria de cinco anos desenvolvendo o estudo de línguas gradativamente no das várias literaturas, introduzindo o estudo de ciências físicas e naturais, filosofia, apologia do cristianismo, economia política, química agrícola, história da filosofia e da civilização, direito público e hebraico (facultativo). As matemáticas superiores incluíam a geometria analítica, descritiva, cálculo e astronomia⁶².

Morton não conseguiu cumprir integralmente esse ambicioso plano de trabalho pois os estudos de nível universitário nunca foram instalados. Entretanto, no campo dos estudos secundários, pelo seu ensino de feição científica, o "Internacional" rapidamente assumiu uma posição de vanguarda; 10 anos depois de instalado, era o estabelecimento de maior frequência na Província de São Paulo⁶³. Em 1872, fora aberta uma seção feminina para a qual vieram as missionárias Mary Kirk e Nannie Henderson. As boas relações de Morton garantiram ao colégio a presença de um corpo docente famoso, no qual se incluíam, nos meados da década de 70, os nomes de Francisco Rangel Pestana, Canuto Thorman, C. Bacharelly, J.B. Dabney, E.A. Henking, e o pastor Boyle⁶⁴. Em 1876, hospedou o Revdo. J.J. Ranson, encarregado de iniciar no Brasil os trabalhos da Igreja Metodista Episcopal do Sul, e que ensinava grego e inglês no "Internacional", em troca de aulas de português⁶⁵.

Em 1879, Nash Morton deixou a direção do Colégio bem como a Igreja de Campinas, em decorrência de desentendimentos com o Committee de Nashville. Em janeiro do ano seguinte abriu em São Paulo o "Colégio Morton", que, oferecendo instrução nos mesmos moldes do "Internacional", logo se tornou outro dos mais famosos estabelecimentos de ensino secundário da Província. Conta-nos Erasmo Braga:

O Colégio Morton abriu as respectivas aulas em São Paulo a 7 de janeiro de 1880. Seu fundador sonhava transformá-lo em uma escola superior de filosofia e letras. Em série de artigos brilhantes, a "Província", de Rangel Pestana, expunha ao público em termos encomiásticos

Em 1884, porém, Morton viu-se obrigado a dissolver o estabelecimento e retirar-se do país, em virtude da má administração de seus negócios particulares⁶⁶.

O "Internacional", embora abalado pela saída de Morton, permaneceu atuante ainda por 12 anos, em Campinas. No início de 1892, entretanto, um surto de febre amarela que irrompera na cidade provocou a suspensão das aulas e transferência definitiva do colégio para Lavras, Minas Gerais, a nova frente de trabalhos dos pastores presbiterianos do sul⁶⁷.

Quanto à "Escola Americana", tinha, em 1887, 191 alunos de ambos os sexos (dos quais 77 gratuitos) matriculados nos seus cursos primário e secundário⁶⁸. O curso secundário tinha sido instalado pelo novo diretor do colégio, o dr. Horace Manley Lane que, em 1884, convidado pelo Revdo. Chamberlain, assumira o controle de todos os estabelecimentos de ensino mantidos pela Igreja Presbiteriana do Norte, no país. Embora não estivesse ligado, nessa ocasião, ao Presbitério da Igreja, o dr. Lane era uma figura bastante conhecida e apreciada nos círculos americanos da Província, pelas múltiplas atividades de negociante, médico e professor que desempenhava sempre com eficiência e liderança; e, sendo liberal, republicano e maçom, Horace Lane tinha também, certamente, o apoio das vanguardas paulistas da época⁶⁹. Sob sua direção, a educação religiosa ministrada pela "Escola Americana" tornou-se menos ortodoxa⁷⁰ mas seu tirocínio de administrador consolidou a posição do colégio como um centro educacional dos mais avançados da Província de São Paulo⁷¹.

Horace Lane graduou o curso de estudos da "Escola Americana" em 7 séries secundárias que sobrepôs a 3 classes de nível elementar. Funcionavam também no estabelecimento uma classe de primário de língua inglesa, o Kindergarten e uma classe de ensino normal. Cada turma de alunos era entregue, para todos os seus estudos, exceto disciplinas específicas como línguas estrangeiras, aos cuidados de uma única professora que acompanhava a classe em seus cursos posteriores. No ano letivo de 1887, miss Ella Porter era encarregada da primária inglesa e Adelaide Molina, América B. d'Oliveira e Benedito Ferraz de Campos, das classes de primeiras

322
 313

ca; miss Elmira Kuhl, desenho e doutrina cristã; Palmira Exel
 miss Effie Lenington, música; Frau Wilhelmina Schwarz, pintura,
 Remígio de Cerqueira Leite, português, latim e história. Ernest
 Caperan e José M. Portugal dividiam as aulas de Francês e o pró-
 prio diretor, Dr. Lane, encarregava-se dos cursos de ciências na-
 turais e filosofia, além das aulas do curso normal⁷².

Na classe do Kindergarten, iniciava-se o aprendizado da
 leitura e escrita pelo "método sintético", mas de "modo inteira-
 mente objetivo e oral": "De permeio com leves trabalhos manuais -
 - desenhos com talagarça para as meninas e material para composi-
 ção, para os meninos - começava-se a ler quase imperceptivelmente
 aprendendo-se o valor das letras e com elas compondo frases"⁷².
 Quanto à escrita, o uso do quadro negro e outros materiais intui-
 tivos substituía o antiquado recurso do "debucho", onde o aluno
 aprendia a escrever cobrindo com tinta o traçado do professor.

O programa das matérias do curso primário compreendia o
 ensino da leitura e escrita, as 4 operações fundamentais, geogra-
 fia, história pátria, gramática, doutrina cristã de conteúdo evan-
 gélico, música vocal, desenho, lições práticas de inglês e fran-
 çês e lições de coisas⁷⁴. Distribuídas ao longo das três séries
 do curso, de modo regular e progressivo, essas disciplinas pos-
 sibilitavam aos alunos uma formação básica bem mais aprofundada
 que a fornecida pelas escolas provinciais de ABC ou a maioria das
 particulares. Para o bom nível dos estudos ministrados pela "Esco-
 la Americana" concorriam, também, outras práticas pedagógicas uti-
 lizadas, adaptadas do regime escolar norte-americano: co-educação
 para meninos e meninas durante todo o curso de estudos; aulas de
 segundas às sextas-feiras, com folga semanal no sábado, ao invés
 da tradicional quinta-feira; férias longas nos meses de verão (de
 zembro e janeiro) e um período curto no inverno (meados de junho)
 e estudo silencioso e individual das matérias, em substituição às
 lições "cantadas" em coro pelos alunos.

O programa do curso secundário, observado igualmente por
 alunos de ambos os sexos, desenvolvia-se também de modo seriado e
 regular⁷⁵. No primeiro ano, aprofundavam-se os estudos realizados
 nos anos anteriores; mas as séries subseqüentes além do latim,

323
324

incluíam: português, geografia e história, aritmética, álgebra, geometria, ciências naturais e línguas - disciplinas que permitiam à "Escola Americana" preparar seus alunos para o ingresso aos cursos superiores do Império e outras matérias de caráter formativo, humanístico, como literatura nacional, retórica, composição e declamação em português, ao lado de aritmética comercial e escrituração mercantil, disciplinas de inegável alcance prático. É interessante notar, entretanto, que estas últimas matérias, bem como as dos preparatórios, alinhavam-se entre as dos 2º e 3º anos secundários, enquanto que o programa do 4º ano era constituído, quase na íntegra, pelas disciplinas literárias. Essa disposição conferia à série terminal do curso secundário um caráter de complementação dos estudos anteriores e, portanto, de exceção, que era reforçada com a existência simultânea da classe do curso normal, constituída por alunos do mesmo 4º ano secundário que desejavam habilitar-se para o magistério. Com essa oportunidade de profissionalização, muitos alunos só seguiam as aulas do curso Normal: em 1887, apenas metade da turma do Normal estava matriculada também no 4º ano secundário regular. As possibilidades de trabalho eram oferecidas pelas próprias igrejas reformadas que, nessa ocasião, já espalhavam suas escolas de nível elementar e secundário pelas províncias de São Paulo e Minas Gerais, tornando o curso Normal da "Escola Americana" bastante procurado. As matérias ensinadas no curso Normal abrangiam Fisiologia e Higiene Escolar, Ciências Naturais, Pedagogia e Metodologia, Filosofia Intelectual e História da Educação⁷⁶. Mas, mais que as aulas teóricas, ministradas normalmente quatro vezes por semana e que, a rigor, não passavam de reprodução dos compêndios utilizados, era cuidada a preparação prática dos alunos, obtida segundo o princípio do "aprender fazendo", na regência de classes primárias, sob a inspeção de um professor experiente, ou na recuperação de alunos das classes inferiores que não acompanhavam suas turmas.

Os compêndios tradicionalmente usados nas escolas de 1º e 2º graus da Província mostravam-se em geral inadequados aos métodos de trabalho da "Escola Americana", de ensino intuitivo e concreto das matérias e, por isso, frequentemente os professores

328
A
345

do colégio preparavam seus próprios textos: segundo Júlio Ferreira, as Lições Elementares da Língua Inglesa foram elaboradas pela sra. Magalhães, e a série Aritméticas, do Revdo. Trajando, originou-se de notas da matéria fornecidas pela antiga professora da casa, miss Dascomb; dos apontamentos usados pelo Revdo. Eduardo Carlos Pereira quando professor da "Escola Americana", surgiu a sua famosa obra Gramática Expositiva⁷⁷.

Em fins da década de 80, os livros empregados no curso primário eram os seguintes: "para leitura, as obras de Hilário Ribeiro, O Bom Pastor, e histórias da Bíblia; a Aritmética Elementar de Trajano; Gramática Preparatória; Geografia Elementar; Atlas pequeno e mapas de parede; Breve Catecismo; Sistema de Caligrafia de Phillips e o silabário de Galvão". Quanto ao curso secundário, a lista dos autores seguidos apontava, na falta dos nacionais, uma maioria de nomes estrangeiros: "para Leitura, autores modernos em Português e seleta; Gramática, de Pinheiro, e Puerícia, de Júlio Ribeiro (professor da escola); Francês, Método de Ahn, Gramática de Sévène, Paul et Virginie, Larousse, Seleta de Charles André; Inglês Método de Ahn, clássicos, Goldsmith's Works, seleta de Hawthorne, Longfellow e outros; Latim, Lívio, César, Cícero e Virgílio, Mc Clintock, epítome de Lhomond; Matemática - Aritmética superior, de Trajano, Loomis' Elements of Algebra, Olney's Algebra; Olney's Geometria, Todhunter's Euclid; História Pátria: Menezes e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade; História Universal - Parley e Swinton; Geografia - Menezes e mapas de parede; Ciências Naturais - leituras de Garrigues, cursos de Steele e Cooly; Retórica - De Pinheiro e de J.M. Velho da Silva; Física - Barros e Ganot; e Caligrafia - sistema de Phillips e Adler"⁷⁸.

A avaliação do rendimento escolar era feita por um complexo sistema que incluía, além de exames mensais, trimestrais e semestrais, uma média mensal, resultante da nota ou "ponto" alcançado diariamente pelo aluno nos seus estudos, somada às notas de aplicação e comportamento. Só era promovido para classe superior o aluno que alcançasse, no mínimo, a média final 5. Todas as notas eram comunicadas aos pais e responsáveis através de Boletins mensais e semestrais. As lições marcadas para o estudo diário, e que

375
346

passaram a ser conhecidas como "deveres de casa", eram estipuladas pelos professores individualmente, e, levando-se em conta o tempo de que os alunos dispunham para prepará-las, não ocupavam mais que uma hora para cada matéria. Quanto aos professores, havia a obrigação de elaborar planos mensais dos trabalhos desenvolvidos junto às classes.

A organização e os objetivos do ensino ministrado pelo "Colégio Piracicabano" eram semelhantes aos da "Escola Americana".

O "Colégio Piracicabano" instalara o seu Kindergarten em 1886. Regido por duas professoras especializadas, miss Beaven e miss Jones, e aberto às crianças de ambos os sexos, dos 3 aos 7 anos de idade, era concebido como uma classe destinada a antecipar a frequência das crianças à escola, e aproveitar seus primeiros anos para treiná-las do ponto de vista intelectual em função dos seus ulteriores estudos⁷⁹. Para tanto, no Kindergarten do "Colégio Piracicabano", ensinavam-se pelo método intuitivo as primeiras noções de ler, escrever e contar:

A professora, mais menina que moça, ensinava o alfabeto com auxílio de cubos em que se encontravam as letras maiúsculas, entalhadas em relevo. Ela levantava um cubo e a meninada gritava A. Outros cubos em sucessão C, D, Z, etc. Um berreiro ensurdecedor se elevava na sala quando aparecia o Y. É que gritavam com força: Pilão, Pilão.⁸⁰

Os cursos primário e secundário do "Piracicabano" foram estruturados em 8 séries graduadas da 8ª. para a 1ª, abrangendo as seguintes disciplinas: lições de coisas, línguas antigas e modernas, matemática, gramática e literatura nacional, história e geografia, ciências físicas e naturais, desenho, caligrafia, trabalhos de agulha.

Recorda um ex-aluno que as aulas começavam às 9 e meia da manhã e duravam até às 3 da tarde, com meia hora para o "lunch" e o recreio, ao meio dia. Todos os alunos se reuniam, no início dos trabalhos escolares, no grande salão de estudos que ocupava toda a frente do primeiro andar do prédio. As carteiras dos alunos eram de modelo e procedência americana, com assento para duas pessoas. Miss Martha ocupava uma mesa ao centro da sala, e, após a chamada para a verificação da presença, fazia leitura e comentário de um

de olhos fechados, como o faziam também os alunos, acompanhando-a todos de pé", cantava-se um hino religioso, em geral escolhido por uma das crianças⁸¹. Depois, os alunos saíam em marcha para suas classes. Nesse mesmo salão eram ministradas as aulas de ginástica por uma das professoras americanas, que se utilizava de uma adaptação do sistema de ginástica sueca⁸².

O "Piracicabano" não se limitava a utilizar seus recursos docentes e materiais no âmbito de suas próprias salas de aula, para seus alunos regulares. Atuando como agência catequética metodista, não podia deixar de voltar-se para a comunidade local, interessando-se pelo problema da educação popular. Frequentemente seus professores empregaram a técnica das conferências públicas, difundida nos Estados Unidos, e já largamente praticada no Brasil⁸³. Estanislaw Kruszunki, ao ser contratado como professor de matemática do "Colégio Piracicabano", passou a oferecer também um curso noturno avulso de Aritmética Comercial. Por sua vez, o professor Faria Tavares, diretor do "Colégio Santo Antonio", o mais famoso estabelecimento secundário masculino da cidade na época, de perfeição tradicional, proferiu várias palestras sobre Física e Química nos salões do "Colégio Piracicabano", sendo auxiliado nas demonstrações pela professora de ciências da casa, Mademoiselle Rennotte. O próprio "Piracicabano", aliás, também realizara com grande repercussão uma experiência semelhante, promovendo a instalação de um curso especial de Química e Física, com aulas noturnas, abertas aos dois sexos, para todo aquele que quisesse "manter-se atualizado com os progressos da época"⁸⁴.

Essa preocupação com o ensino das ciências exatas e naturais é um dos elementos que caracterizam o "Piracicabano" como um colégio renovado, em relação aos demais de sua época. Voltado precipuamente para o ensino feminino, o "Colégio Piracicabano" justapunha, nos seus programas de estudos regulares, disciplinas tradicionalmente afeitas a escolas de meninas, lado a lado com matérias científicas que nem mesmo os melhores colégios particulares masculinos de seu tempo ousavam apresentar. Já nos seus primeiros anos de trabalho, o "Piracicabano" incluía em seu currículo as seguintes disciplinas: português, francês, latim, inglês

32
317

aritmética, álgebra, geometria, astronomia, cosmografia, geografia história universal, pátria e sagrada, literatura, ciências naturais, desenho, música e trabalho de agulha⁸⁵. O ensino da botânica da física, da química, da zoologia e mineralogia, assim timidamente enunciado sob o nome genérico de "ciências naturais", era ministrado concretamente com auxílio da demonstração de espécimes de uma coleção que Madeimoselle Rennotte organizara no colégio⁸⁶.

Para se avaliar a amplitude das inovações apresentadas pelos colégios protestantes americanos, é interessante comparar o programa de estudos que ministravam com os de outros colégios da época. Em relação ao "Piracicabano", por exemplo, veja-se outro colégio feminino secundário de Piracicaba, o "Franco-Brasileiro", de Madame Emilie Jacob, que oferecia aulas de português, francês, aritmética, geografia, história sagrada, pátria e universal e trabalhos de agulha. É interessante notar, neste caso, que a diferença de estudos oferecidos correspondia uma significativa diferença de preços. Por trimestre, no "Piracicabano", cobravam-se 120\$000 para internas e 15\$000 e 30\$000 respectivamente para externas de 1º e 2º graus. No colégio de Madame Jacob, 90\$000, 5\$000 e 15\$000, respectivamente⁸⁷.

Outro elemento de confronto pode ser obtido quando se verificam os objetivos do ensino ministrado na época pelos colégios protestantes americanos e os da maioria dos estabelecimentos públicos e particulares. Os ideais educacionais da ordem religiosa que mantinha o "Colégio Assunção", por exemplo, fundado como o Piracicabano na década de 80⁸⁸, eram "formar as meninas na prática das virtudes que convêm ao seu sexo, fazer com que cedo contraíam hábitos de ordem, modéstia e trabalho, inspirar-lhes com o amor à religião um grande afeto às obrigações que impõe; ornar o seu espírito com uma instrução adequada à sua idade e aos deveres que um dia terão que cumprir na sociedade..."⁸⁹. Os objetivos do "Piracicabano" apareceriam como muito mais atualizados: "O curso da instrução tem por fim a evolução dos poderes pessoais, a fim de preparar a aluna para estudar independentemente depois de deixar de frequentar as aulas do Colégio, quer seja na capacidade de professora, quer na de mãe de família, ou na de mera amadora da instrução"⁹⁰.

327

318

esses objetivos estavam em consonância com o movimento iniciado na sociedade brasileira a partir da década de 80, de interesse pelo a perfeição da educação feminina⁹¹. Considerando a mulher como força geradora do progresso social, pelo seu duplo papel de mãe de família e educadora da infância, a direção do "Colégio Piracicabano" proclamava as vantagens da formação liberal apoiada em bases científicas, que oferecia às suas alunas. Vários artigos publicados na imprensa local, escritos por professores e alunos do "Piracicabano" defendiam essas diretrizes; um deles dizia o seguinte:

Nosso país não vê o grande exemplo dos Estados Unidos, nação tão nova como a nossa, e uma das mais felizes do mundo, onde a verdadeira mãe de família cria filhos que fazem a felicidade da pátria, ou cumpre corajosamente, de par com o homem, qualquer missão de que se encarrega, porque lá ela é instruída, educada e livre.

A que recebe uma educação sólida conhece os seus deveres, porque tem a inteligência iluminada que lhe dirige os passos, mostra-lhe o caminho da verdade e do dever: se vive só na sociedade, espalha uma luz benigna em torno de si; se é mãe, seus filhos serão verdadeiros cidadãos; ela, desenvolvendo n'eles não só o moral como também o físico, incute em seus espíritos o sentimento do dever, do bem e do belo ...

quando desaparecer de nosso país a mulher de salão e a matrona que só pode fazer rol de roupa dentro de casa e aparecer a mulher transformada, regenerada pela instrução, a verdadeira mãe de família; então o Brasil compreenderá a sua felicidade que provém da mulher⁹².

O "Colégio Piracicabano" pertence, pois, ao reduzido número de colégios particulares que, na tentativa de colocar a educação provincial ao nível do século, isto é, de dar-lhe feição científica e de alcance prático, passaram a dedicar mais espaço nos seus programas às várias ciências e suas aplicações práticas. A figura de Mademoiselle Rennotte é ilustrativa dessa mentalidade no caso do "Colégio Piracicabano". Professora dos cursos de ciências, era ela a porta-voz das diretrizes educacionais do colégio. Se miss Martha era a fundadora, a administradora do "Piracicabano", Mademoiselle Rennotte, era o seu pensamento. É Mademoiselle Rennotte que, nas páginas da Gazeta de Piracicaba, expõe e defende os princípios educacionais que regiam o "Piracicabano", não recuando diante de polêmicas com personalidades da cidade. Em particular, não hesita em lançar desafios às Irmãs do "Colégio Assunção", quanto à eficiência

plo, faz o seguinte repto:

Tendo deveres mais imperiosos e mais úteis em que gastar meu tempo, não me cansarei em provar, a falsidade das acusações sem fundamento dirigidas contra o colégio do qual faço parte. Terminarei fazendo às minhas dignas compatriotas, as Irmãs de São José, que como eu são também francesas, a proposta de estabelecer entre as alunas dos dois colégios, concursos, e assim por em evidência as habilitações respectivas dos dois métodos de ensino⁹³.

A marcante transformação curricular realizada por alguns estabelecimentos de ensino feminino foi possível - lembra bem Mariotto Haidar - porque os cursos que ministravam não funcionavam como preparatórios para as Academias, ainda vedadas às mulheres, nesse final de Império⁹⁴. Assim, com mais liberdade para rejeitar os currículos tradicionais, podiam esses colégios propor, e pelos exemplos do "Piracicabano" e da "Escola Americana" vimos que de fato o fizeram, verdadeiros cursos de nível elementar e secundário, estruturados para atender adequadamente às exigências da época, de melhor formação da mulher, em termos pessoais e profissionais. Um tanto diferente foi a situação dos colégios masculinos congêneres. O "Internacional" e a "Escola Americana" tiveram os seus cursos preparatórios; entretanto, atendendo às necessidades da clientela que as procurava, pertencente a grupos paulistas que exigiam um outro tipo de ensino, mais democrático, científico, voltado para as necessidades atuais da vida em sociedade, as escolas protestantes americanas ofereceram seus preparatórios "segundo o método progressivo", isto é, como cursos seriados, regulares e simultâneos de estudos secundários. Numa e noutra área de estudos, os colégios americanos de confissão protestante lograram subtrair-se, pois, às influências desarticuladoras do ensino brasileiro da época e conservar intactas suas práticas e crenças pedagógicas, vindo a atuar, na expressão de Fernando de Azevedo, como "fermento novo na massa do ensino"⁹⁵, como um centro de irradiação de atividades renovadas em relação às escolas públicas e particulares da província.

Os reflexos da iniciativa protestante americana, que se fizeram sentir no ensino público e particular, decorreram de sua condição de escolas para as vanguardas paulistas. De fato, as

329
h
320

330
 321

trução pública propostas em São Paulo, entre as décadas finais do Império e a primeira década Republicana, foram, nos seus quadros gerais, iniciativas do mesmo grupo de homens que, a partir da década de 70, estava na liderança política e cultural da Província e que, de um modo ou outro, relacionara-se com os colégios americanos de fé protestante existentes em São Paulo.

As ligações pessoais dos componentes desse grupo eram bem antigas; datavam, se não de antes, dos tempos da Academia de Direito de São Paulo. Foram colegas de curso, nos inícios da década de 60, entre outros, Prudente de Moraes Barros, Campos Salles, Bernardino de Campos, Rangel Pestana, Salvador Furtado de Mendonça, Francisco Quirino dos Santos e Teófilo Otoni.

Ao longo dos anos seguintes, vários deles tomariam parte na vida política do país, agrupados em torno da bandeira liberal ou da republicana. Segundo José Maria dos Santos, o núcleo inicial do Partido Republicano Paulista, foi o Club Radical, abolicionista, fundado em São Paulo em 1863, e do qual faziam parte Luís Gama, Américo de Campos, Bernardino de Campos, Campos Salles, Prudente de Moraes, Francisco Clícóris, Martinho Prado Junior e outros⁹⁶. A partir de fins da década de 70, o Partido Republicano Paulista elegeu, como deputados à Assembléia Provincial, Prudente de Moraes, Cesário Motta e Martinho Prado Jr. para a legislatura de 1878/79; Campos Salles, Rangel Pestana, Prudente de Moraes, Martinho Prado e Gabriel Peza para a legislatura de 1881/1883; e Prudente, Campos Salles e Bernardino de Campos para a de 1888/89; como deputados gerais para o período de 1885/86, Campos Salles e Prudente de Moraes. Finalmente, quando da proclamação da República, o governo provisório esteve a cargo de Prudente, Rangel Pestana e Américo Brasiliense, triunvirato substituído depois pelo governo único daquele primeiro político.

Muitos dos nomes citados acima estavam também ligados pela adesão ou simpatia ao positivismo, outra das correntes de idéias dominantes em São Paulo na época. Ivan Lins relaciona, no seu História do Positivismo no Brasil, vários nomes e fatos que comprovam a penetração da doutrina de Augusto Comte entre elementos que já vimos citando: em São Paulo circulava, entre outros ior

331
A
322

nais positivistas, a publicação A Luta, em que colaboravam Alberto Sales, Campos Salles, Rangel Pestana, Américo de Campos e Martinho Prado. Eram positivistas o professor da "Escola Neutralidade", Silva Jardim, Gabriel Piza, "grande amigo de Campos Sales, Prudente de Moraes e Bernardino de Campos", Américo Brasiliense, e também, no dizer de A.G.d'Azevedo Sampaio, Cesário Notta⁹⁷.

Pertenciam todos eles à geração que encarava o sucesso da República como dependente do tratamento dado ao problema da educação popular⁹⁸. Já se disse que "São Paulo foi um dos principais centros da ideologia republicana. Não é de estranhar portanto, que aqui se encontrassem algumas das vozes mais expressivas do nosso pensamento político-pedagógico"⁹⁹. Lutaram esses políticos não apenas pela instauração do regime democrático, mas pela aprovação de projetos educacionais e aceitação, pela sociedade paulista, de escolas renovadas que eles próprios criavam e dirigiam, ou apoiavam. O "Colégio Internacional", a "Escola Americana", o "Colégio Piracicabano", o "Colégio Pestana" e a "Escola Primária Neutralidade" são exemplos de colégios patrocinados pelas vanguardas paulistas. Já vimos que estas mantiveram estreitas ligações com os colégios protestantes americanos¹⁰⁰. Por sua vez, o "Colégio Pestana", fundado em São Paulo em 1876, tinha como professores, além do próprio diretor Francisco Rangel Pestana, a Antônio Caetano de Campos, Américo de Campos, Américo Brasiliense, Rubino de Oliveira e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada¹⁰¹. A "Neutralidade", nos inícios da década de 80, contava no seu corpo docente com Rangel Pestana, Caetano de Campos, Narciso Figueiras e Arthur Gomes, sob a direção de Antônio da Silva Jardim e João Kopke¹⁰².

Dentre todos, parece ter competido a Rangel Pestana exercer a liderança em assuntos educacionais. Prudente de Moraes chama-o mesmo de "meu mentor nos negócios da instrução pública em São Paulo"¹⁰³. Essa opinião é justificada: jornalista voltado para problemas políticos e pedagógicos, Rangel Pestana fazia em seus artigos a defesa da educação popular e do aprimoramento da educação da mulher; professor, colaborou nas diversas escolas de ensino renovado que se instalaram na Província, desde a pioneira, o "Internacional", nos inícios da década de 70. E, como já ocorrera em re

lação aos últimos planos de reforma da instrução pública provincial aprovados pela Assembléia em 1885-87, dele provêm as diretrizes das primeiras reformas da instrução no Estado de São Paulo¹⁰⁴, cuja parte referente ao ensino normal foi efetuada pelo decreto nº27, de 12 de março de 1890, assinado por Prudente de Moraes, governador do Estado. Já se demonstrou, inclusive, que, nos projetos dos fins do Império, estavam consubstanciadas as principais idéias que nortearam a reforma de 1890¹⁰⁵.

Mais do que por alterar o quadro das matérias estudadas no Curso Normal, o decreto nº 27 tornou-se importante por ter transformado as antigas escolas primárias anexas à Normal em Escolas-Modelo. Concebidas, à semelhança da "Training School" americana, como um campo de experimentação de novas técnicas, de observação prática de ensino para alunos e professores elementares¹⁰⁶, as Escolas-Modelo superavam a tradicional escola primária de aulas avulsas por se apresentarem com uma estrutura definida, seriada, cujo cerne repousava sobre a nova concepção de ensino dominada pelo "método intuitivo". A esse respeito dizia Caetano de Campos:

A educação do homem moderno exige uma notável soma de conhecimentos que resultam sinteticamente das noções enciclopédicas ouvidas em diversos ramos de estudo. Se torna impossível aprender, e pior que isso, ensinar às crianças tudo quanto pode ser necessário à vida, mesmo pondo de parte as especialidades profissionais, é entre tanto praticável o dar à inteligência um grau de maturidade que prepare suficientemente o homem novo para entrar na vida social com seguros cabedais para o êxito. Para isso, é necessário antes de tudo, acostumar a criança a raciocinar por si, na medida de suas forças fisiológicas, sobre todas as (causas) que caem debaixo de seus olhos. A pedagogia moderna verificou que ensinar não é encher a inteligência com conhecimentos adquiridos por outrém. Isso é puro trabalho de memória e esta falha. É indispensável acostumar o menino a refletir, dirigí-lo de modo a fazê-lo descobrir por seu próprio esforço as verdades que lhe são necessárias. O mestre é um guia. Educar vem de educere, conduzir. Os processos intuitivos são, pois, a base do ensino moderno. A Alemanha, a Suíça, a América do Norte tem aperfeiçoado estes processos com um entusiasmo que honra a civilização humana. É desses países que nos vem a luz sobre o magno assunto da reforma de ensino, e é com eles que os outros povos estão aprendendo.

E, mais adiante, completa:

337
A
323

na memória à força de repetições tantas vezes reproduzidas quantas eram necessárias para que o fato aí permanecesse. Desde que essa mesma memória não fôsse solicitada em todos os detalhes anteriormente decodados, claro fica que toda essa instrução desaparecida, deixando patente a inanidade de tais processos educativos. Modernamente o pedagogo atua de outro modo. Coleciona previamente os fatos que devem ser explicados: coordena-os tacitamente em seu gabinete, numa sucessão lógica que é muitas vezes, o segredo de todo o sucesso do ensino; apresenta-nos depois à apreciação do aluno, atendo sempre à capacidade atual, à sua idade, à sua agudeza de espírito e outras condições

psicológicas que ele, professor, estuda em cada aluno, este último, urgido a dar explicações do fato, diz o que pensa. Se a resposta é correta e produto exclusivo do raciocínio do aluno fica patente em que todas as circunstâncias análogas deve ele proceder identicamente. E é o que naturalmente sucede, tornando-se o esforço da criança um nobre incentivo para novas descobertas que ela mesmo aprecia e engrandece devidamente¹⁰⁷.

O ensino concebido nesses moldes, sob a denominação de "intuitivo", era olhado como natural, científico, positivo, satisfazendo, pois, as necessidades que vinham sendo expressas pelas vanguardas paulistas de um novo tipo de ensino adequado à era republicana. A "prática" do "método intuitivo", que recebia o nome genérico de "lições de coisas", tinha sido prevista pela legislação escolar do Império. A reforma Leôncio de Carvalho, pelo Decreto nº7247, de 19 de abril de 1879, previa para o município da Corte, no seu art. 4, aulas de "noções de coisas" para o ensino das escolas de 1º grau, e, no art.9, §1º, que se referia às matérias a serem ministradas nas escolas normais, a "prática do ensino intuitivo ou lições de coisas". Na Escola Normal de São Paulo, haviam sido previstos "exercícios de intuição" no Regulamento de 1880, art.4, e no Regulamento 1887, art.2. Entretanto, a "lição de coisas" era pouco e mal praticada nas escolas primárias da Província: em Piracicaba, por exemplo, nessa década, apenas duas outras escolas particulares, além do "Colégio Piracicabano", propunham nos seus programas o ensino da "lição de coisas"¹⁰⁸. Na capital, eram reconhecidas, como centros de ensino "intuitivo", a "Escola Americana" e a "Neutralidade". Seriam necessárias as reformas republicanas da década de 90 para que o "ensino intuitivo" alcançasse, além das

particulares as escolas públicas de São Paulo.

O ponto de partida desse processo foram sem dúvida, as escolas protestantes americanas.

O espírito da reforma de 1890 é, provavelmente, tributário da pedagogia de Pestalozzi, Froebel, Herbart e Spencer, conhecida mediante o contacto com obras desses autores, mas, sobretudo, da praxis pedagógica das escolas protestantes americanas, que há 20 anos vinham atuando continuamente na Província de São Paulo com o apoio de suas elites progressistas.

Não só na inspiração da reforma de 1890 é constatável a influência dessas escolas sobre Rangel Pestana e seus companheiros. Também a escolha dos nomes daqueles que a puseram em prática remete-nos diretamente à atuação americana protestante no país.

Foi mais uma vez obra de Rangel Pestana a indicação de Caetano de Campos para a direção da Escola Normal, e de miss Márcia P. Browne e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade para a regência das classes da Escola-Modelo¹⁰⁹.

Provavelmente se apresentou a Rangel Pestana o problema de onde encontrar pessoal docente que tivesse conhecimento e prática da nova metodologia, pois pouca gente em São Paulo estava familiarizado com processos intuitivos de ensino: como vimos, apenas os elementos de algumas escolas renovadas, entre as quais a "Neutralidade" e as americanas de confissão protestante da capital e do interior. Do corpo docente da primeira, saiu o diretor da Normal¹¹⁰; da "Escola Americana", as encarregadas das seções masculina e feminina da "Escola-Modelo". Ao que consta, Prudente de Moraes, que acompanhava de perto o desenrolar dos preparativos da implantação da Reforma que promulgara, teria pedido a colaboração, em primeiro lugar, de miss Martha Watts, diretora do "Colégio Piracicabano", cujos trabalhos conhecia e apoiava de longa data; diante da sua recusa, entrou-se em contacto com o Dr. Lane, que recomendou as duas citadas professoras.

Miss Marcia lecionava Pedagogia no curso normal da "Escola Americana", e, segundo J.L. Rodrigues, era antiga conhecida de Rangel Pestana, a quem fora apresentada em 1886 pelo Dr. Lane, como diretora do Jardim de Infância da referida escola¹¹¹. Maria Guilher

325

325
A

lina, por sua vez tinha a seu favor, no seu curriculum vitae, a graduação pela Normal School de New York e o ter sido professora do curso primário do famoso colégio Aquino do Rio de Janeiro; mas sem dúvida, não menos decisiva parece ter sido sua ligação com a "Escola Americana", o que lhe valeu a indicação de Horace Lane para o cargo. Relata Caetano de Campos sobre as duas professoras:

326

Depois de uma luta que talvez possa contar um dia, descobri por intermédio do Dr. Lane da Escola Americana... uma mulher que mora aí no Rio, adoentada, desconhecida e que esteve 4 anos estudando nos Estados Unidos. É uma professora, diz o Lane, como não há segunda no Brasil e como não há melhor na América do Norte... Chegará aqui antes do fim do mês... Faltava-me, porém, um homem para os meninos, e isto é que é absolutamente impossível. Nova luta e peripécias inacreditáveis para mim. Achei por fim, não um homem, mas uma mulher-homem. Eis a sua fé de ofício. Miss Browne, 45 anos, solteira, sem parentes nem aderentes, ex-diretora de uma Escola Normal de Senhoras em São Luís (Massachusetts) possuidora de 250 contos, em crianças por prazer e vocação (assim como há há vocação para freira) e finalmente, trabalhando como dois homens, diz ele, quando o ensino o necessita. Tinha vindo para São Paulo, contratada pela Escola Americana, quem m'a cede cinco dias por semana, para ajudar-me a realizar a reforma que parecia impossível sem ela. Vai ganhar 3000\$000 mensais...¹¹²

Maria Guilhermina deixou seu cargo final de 1890¹¹³ mas miss Marcia permaneceu¹¹⁴ à testa dos trabalhos de organização e instalação de novas Escolas-Modelo na rede de ensino público do Estado até 1896, quando retornou aos Estados Unidos.

Além de pessoal especializado, a "Escola Americana" forneceu ao Estado paulista, ao longo dos anos de implantação da reforma, e muitas vezes graciosamente, o material pedagógico adequado ao ensino intuitivo¹¹⁵. Em várias ocasiões, o Dr. Lane foi intermédio na compra de aparelhos nos Estados Unidos¹¹⁶.

O mobiliário escolar e os livros difundidos pelas Escolas protestantes americanas tiveram grande penetração entre professores e autoridades do ensino público: carteiras de modelo e procedência americana eram requisitadas, já na década de 80, para substituir antiquados bancos em uso desde os tempos das escolas-régias¹¹⁷. Quanto aos livros, os de Aritmética do Revdo. Trajano, os de Leitura de Maria Guilherme e Rangel Pestana, e a Gramática de Jú-

lio Ribeiro, antigos professores dos colégios protestantes americanos, eram os mais solicitados no final da década de 90, ao lado dos compêndios de Gabriel Prestes, Geometria, Travassos Lopes, Leitura, e João Kopke, Leituras Práticas - todos elaborados segundo princípios do "método intuitivo". O Estado comprava também ao Dr. Lane os famosos Cadernos Americanos de caligrafia e aritmética, empregando-os largamente em suas escolas primárias renovadas¹¹⁸.

As ligações das escolas americanas de confissão protestante com o grupo que se dedicou à renovação político-pedagógica de São Paulo, a partir de 1870, alcançariam ainda a atuação de Gabriel Prestes, líder educacional da década de 90. Antigo aluno do "Colégio Internacional" de Campinas¹¹⁹, Gabriel Prestes desempenharia papel importante na elaboração e execução de novas reformas da instrução pública paulista, tendo inclusive assumido a direção da Escola Normal, no período de 1893-1898.

337
388

NOTAS BIBLIOGRAFICAS

¹Ver a propósito todo o capítulo IV da obra de Léonard, "O Protestantismo Brasileiro", Revista de História II (1951).

²Rubens Azevedo Alves, "O Protestantismo Latino Americano: sua função ideológica e suas possibilidades utópicas", forma revista de um capítulo preparado para We Claim Our Future (ed. J.Jara-Braud, Friendship Press, 1970), pp.5-6.

³Ibid., passim.

⁴Reportagem sobre um discurso do deputado Pisa e Almeida, por ocasião da inauguração do templo da Igreja Presbiteriana em São Paulo, A Província de São Paulo, 25 de janeiro de 1884.

⁵Célia G.Q.dos Santos, "As Sociedades Secretas e a formação do Pensamento Liberal", Anais do Museu Paulista XIX (1965): 51.

⁶"O Rito York, ou lojas de corporações profissionais, era raro no Brasil daquela época, e a Loja Washington foi a segunda loja de corporação profissional fundada com a autorização direta do Grande Oriente do Brasil. O Coronel Norris foi seu primeiro mestre" Golden Age of Freemasonry in Brazil

338
329

sil, p.166. Ver também Jones, Soldado Descansa!, p.226.

⁷Prudente de Moraes fora nomeado curador e defensor de J.Tanner, menor, no processo crime que lhe foi movido em 1873 por ter provocado ferimentos em seu irmão Edward. "Auto-sumário crime em que são a Justiça por seu promotor A. e Jones Tanner R. 30 de junho de 1873, Constituição", Cartório do Juri e da Corregedoria Permanente, caixa 76, Piracicaba, MS.

Em 1877 os irmãos Prudente e Manoel de Moraes Barros se apresentaram como procuradores de Charles e Yves Hall, promovendo denúncia contra Jesse Wright, pela morte do pai de ambos. "Processo crime em que são Jorge Yves Hall e Charles Hall AA. e Jesse Rosser Wright R. 7 de novembro de 1877, Piracicaba", Cartório do Juri e da Corregedoria Permanente, caixa 4, Piracicaba, MS.

⁸Léonard, "O Protestantismo Brasileiro", Revista de História III:196.

⁹Buarque Lyra, Maçonaria e Religião (Rio de Janeiro: s.i., 1953), pp.290-292, citado por Boaventura Kloppenburg, A Maçonaria no Brasil (Petrópolis: Vozes, 1961), p.255.

E. Léonard, em Ibid., refere o mesmo episódio, mas, com a seguinte indicação: Buarque Lyra, A Maçonaria e o Cristianismo, pp.257-263.

¹⁰Ivan Lins, História do Positivismo no Brasil, Brasileira, 322 (S.Paulo:Nacional, 1964), pp.145-155. Prospecto do Colégio Piracicabano para 1913.

¹¹A Província de São Paulo, 4 de janeiro de 1875.

¹²Jornal de Piracicaba, 27 e 30 de janeiro de 1901.

339
d

330

¹³Ver por exemplo, o editorial da edição de 21 de janeiro de 1886.

¹⁴Ofícios do Padre Francisco Galvão Paes de Barros, Presidente do Conselho Municipal de Piracicaba ao Diretor Geral da Instrução da Província, em 21 e 24 de outubro de 1889, Ordem 5084, lata 63, 1838-1896, AE, MSS.

¹⁵Ofício do Pe. Francisco G. Paes de Barros, Presidente do Conselho Municipal de Piracicaba ao Diretor Geral da Instrução da Província, em 6 de julho de 1888, Ordem 5084, lata 63, 1838-1896, AE, MS. O professor em questão era Severo Augusto Pereira, irmão de Eduardo Carlos Pereira.

¹⁶Ofício do Dr. Abílio A. Viana, Inspetor do Distrito Literário de Piracicaba ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, em 11 de janeiro, 19 de fevereiro e 23 de março de 1887, Ordem 5084, lata 63, 1838-96, AE, MSS.

¹⁷A Província de São Paulo, 22 de janeiro de 1884. O Diretor do "Colégio Franklin" era Carlos Knuppel.

¹⁸Processo contra Benedito C. Corte Brilho, em maio de 1887, Ordem 4996, lata 1, 1859-89, AE, MS.

¹⁹Ofícios do Inspetor Geral da Instrução Pública sobre o professor Manoel da Cunha Mattos, em 2 de julho e 7 de novembro de 1867, Ordem 4942, lata 9, 1867, AE, MSS.

340
L

²⁰Ver, por exemplo, o relato de J.L.Rodrigues, em Um Retrospecto Histórico, cap XVI.

331

²¹Reportagem sobre um discurso do deputado Pisa e Almeida. A Província de São Paulo, 25 de janeiro de 1884.

²²Gazeta de Piracicaba, 11 de fevereiro de 1883.

²³Gazeta de Piracicaba, 26 de janeiro, 24 de fevereiro, 2 e 6 de abril de 1884. Ver também "Atas da Câmara Municipal de Piracicaba", sessão ordinária de 18 de fevereiro de 1883, livro XIII, fl.42, ACMP, MS.

²⁴Alberto Sales, "A Instrução Pública nos Estados Unidos e no Brasil", Almanach Litterário de São Paulo de 1878, p. 157.

²⁵Tavares Bastos, A Província, p.233.

²⁶Ibid, pp.232-33.

²⁷Mariotto Haidar, O Ensino Secundário no Império Brasileiro, pp.241-42.

²⁸Kennedy, 50 anos de Metodismo no Brasil, pp.32-33.

²⁹Zaluar, Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861), pp.133-142; J.J.von Tschudi, Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, Bibl. Hist. Paulista, V (S.Paulo:

341
h

332

Martins, 1953), pp.154-174.

³⁰ M. Isaura P. de Queiróz, Suplemento do Centenário de "O Estado de São Paulo", 15 de fevereiro de 1975

³¹ Erasmo Braga, "O Colégio Internacional", pp.42-47.

³² Júlio Ferreira, História da Igreja Presbiteriana no Brasil, I: 100.

Nesse ano de 1870, a Igreja de São Paulo contava com cerca de 40 membros. Ibid., p.72.

³³ Piracicaba vinha experimentando grande desenvolvimento desde os fins da década de 50, por ser passagem obrigatória de comboios para Itapura: o caminho mais curto da Corte para essa colônia militar, localizada na confluência dos rios Tietê e Paraná, incluía um trecho de navegação pelo rio Piracicaba.

³⁴ "Atas da Câmara Municipal de Piracicaba", sessões ordinárias de 5 de dezembro de 1875 e 1º de janeiro de 1876, livro XII, fls. 110 e 110v, ACMP, MSS.

³⁵ Ver, por exemplo, editorial da Gazeta de Piracicaba, de 21 de janeiro de 1886, à propósito do "Colégio Piracicabano", onde se diz: "É sabido que o governo do nosso país não quer estender pelo povo a instrução...em tais condições...nós mesmos somos que devemos cuidar de manter sempre as fontes que por iniciativas particulares abrem-se à mocidade, sedenta de a prender.

333

³⁶Revdo. J.J.Ranson ao Secretário de seu Board, citada por J.Veiga, "O Colégio Piracicabano", Diário de Piracicaba, 13 de setembro de 1959.

³⁷Segundo registro do "Livro de Licenças da Inspeção Geral", Ordem 4865, lata 9, 1875, AE, MS, por exemplo, aos professores locais foram concedidas licenças para os mais variados fins, em 10 de maio de 1873; 1º de maio, 2 de junho e 22 e 26 de agosto de 1874; 4 de março, 1º de maio e 11 de setembro de 1875; 2 e 20 de junho, e 7 de outubro de 1876; 4 de janeiro e 2 de março de 1878.

³⁸"Relatório da profa. Francisca Eliza da Silva", em 1º de julho de 1880, Ordem 5084, lata 63, 1838-96, AE, MS.

"Relatório do prof. Inocêncio da Silveira Maia", em 1º de junho de 1883; "Relatório da profa. Idalina F. de Paula", em 1º de novembro de 1883; "Relatório da profa. Idalina F. de Paula", em 1º de junho de 1881, Ordem 4925, lata 7, 1851-96, AE, MSS.

³⁹"Relatório do Prof. Antonio de Mello Cotrin", em 1º de junho de 1887, Ordem 5084, caixa 63, 1838-96, AE, MS.

⁴⁰Revdo. J.J. Ranson ao Secretário de seu Board, citada por J.Veiga, "O Colégio Piracicabano", Diário de Piracicaba, 13 de setembro de 1959.

⁴¹Relatório sobre o estado da Instrução Pública na Província de São Paulo no ano de 1879, p.89.

⁴²J.Veiga, "Igreja Metodista de Piracicaba: Esboço Histórico". Diário de Piracicaba. 1º de agosto de 1959.

349
A
334

Testemunha também Nicolau de Moraes Barros, filho de Manuel I. Barros: "Guardo bem vivo na memória o dia em que... apareceram 2 senhoras cujo aspecto, trajes e maneiras denunciavam duas estrangeiras. Miss Watts era uma delas. Na carta de apresentação que traziam a meu pai se dizia serem enviadas de uma associação em ensino americana..." "O Colégio Piracicabano (S. Paulo: Resumção, Teixeira, 1958), pp.6-7.

⁴³"Procuração bastante que fazem os Reverendos J.W. Roger e F.I. Kennedy com Miss M.H.Watts", em 28 de maio de 1881, Livro de notas nº 32, fl .27, Cartório do 2º Ofício, Piracicaba, MS.

⁴⁴"Discípulas do Colégio Piracicabano desde 13 de setembro de 1881 até 1900. Piracicaba. Província de São Paulo, Brasil", Arquivo particular de J.Toledo Veiga, Piracicaba, MS.

⁴⁵J.Veiga, "O Colégio Piracicabano", Diário de Piracicaba, 13 de setembro de 1959.

⁴⁶"Discípulas do Colégio Piracicabano", Arquivo particular de J.Toledo Veiga, Piracicaba, MS.

⁴⁷Ver, por exemplo, "Livros de Chamada" do "Colégio Piracicabano" de 1908 a 1910 e 1911 a 1912, Arquivo particular de J.Toledo Veiga, Piracicaba, MS.

⁴⁸Gazeta de Piracicaba, 24 de maio de 1900.

⁴⁹Ver, por exemplo, "Relatório da 'Escola Americana'", em 29 de outubro de 1887; "Mapa do 'Colégio Progresso Brasilei-

ro'", em maio de 1899, Ordem 4917, lata 5, 1850-1903, AE., MSS. No Relatório apresentado ao cidadão Dr. José Pereira de Queiroz, DD. Secretário do Interior, pelo Inspetor Geral do Ensino Público do Estado Mário Bulcão, (S. Paulo: Tip. do "Diário Oficial", 1900), entre os estabelecimentos de ensino privado que forneceram informação à Inspeção estão nomeados na capital os seguintes colégios Americanos com o respectivo número de alunos brasileiros e estrangeiros: "Colégio Americano", 303 nacionais e 173 estrangeiros; "Mackenzie College", 63 e 7; "Escola Americana", 10 e 5 e "Colégio Progresso Brasileiro", 71 e 2. 335

⁵⁰ B. Ribeiro, Protestantismo no Brasil Monárquico - (1822-1888), p.140, e p.101, onde diz, examinando a atuação do pastor presbiteriano F.J. Schneider junto aos alemães evangélicos de Rio Claro: "Seu protestantismo de professantes não era assimilado pelos europeus, afeitos à igreja multitudinária".

⁵¹ Revdo. J.J. Ranson ao Secretário de seu Board, citada por J. Veiga, "O Colégio Piracicabano", Diário de Piracicaba, 13 de setembro de 1959.

⁵² Gazeta de Piracicaba, 11 de fevereiro de 1883 e 11 de junho de 1884.

⁵³ Nesse local, a "Escola Americana" funcionou até setembro de 1920 quando, incorporada pelo "Mackenzie College", foi transferida para as instalações da rua Itambé.

⁵⁴ Um documento avulso, provavelmente rascunho, inserido no "Financial Report of Colégio Piracicabano", e posterior à instalação ^{do} Kindergarten, em 1886, arrola as seguintes despesas para o Colégio:

345
↓Expenses for school

| | | | |
|--------------------------------|-------|---------|--|
| to art materials..... | 45.00 | dólares | |
| serving materials..... | 52.00 | " | |
| Kindergarten materials..... | 40.00 | " | |
| microscope, etc..... | 41.50 | " | |
| chemicals and apparatus..... | 85.00 | " | |
| maps, charts and copy books... | 50.28 | " | |

336

⁵⁵Nos inícios da década de 70, o superintendente da Estrada de Ferro Inglesa mantinha em São Paulo, uma aula particular de primeiras letras destinadas à filhos dos trabalhadores ingleses, dirigida por Miss Mary Dascomb. Correio Paulistano, 30 de março de 1871.

⁵⁶Ver biografias em Goldman, Os Pioneiros Americanos no Brasil, pp.12-13. Ver também, do mesmo autor, "As cartas de Miss Mary P. Dascomb ao Dr. Horace Manley Lane (1886-1907)", Anais do Museu Paulista XV (1961): 289-363.

⁵⁷A Província de São Paulo, 30 de janeiro de 1875.

⁵⁸Pedido de registro da "Escola Americana" na Inspeção Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, em 18 de julho de 1885, Ordem 4890, lata 34, 1885, AE,MS.

⁵⁹No "Colégio Pestana", Miss Mry Newman tivera como aluna, a filha de Manoel de Moraes Barros, Ana Maria, que viria a ser sua discípula também no "Piracicabano". J.Veiga, "O Colégio Piracicabano", Diário de Piracicaba, 13 de setembro de 1959.

⁶⁰Jeanne Francoise Marie Rennotte, natural da Bélgica, chegou muito jovem à São Paulo. Iniciou suas atividades no

346
337

"Piracicabano" em 1882, lecionando frances, português, zoologia, mineralogia, física e ciências. Mais tarde, foi aos Estados Unidos, onde se diplomou em Medicina. Ibid.

⁶¹Ibid.

⁶²Erasmus Braga, "O Colégio Internacional", pp.45-46.

⁶³Em 1878, segundo o Relatório sobre o estado da Instrução Pública na Província de São Paulo no ano de 1878, p.73, o "Internacional" contava com 127 alunos.

⁶⁴A Província de São Paulo, 1º de abril de 1875

⁶⁵Kennedy, 50 anos de Metodismo no Brasil, p.22.

⁶⁶Erasmus Braga, "O Colégio Internacional", p.46.

Quanto ao espírito de "largos voos" de Nash Morton, ver o testemunho do autor acima referido, sobre a planta original do "Internacional", tres vezes maior que o edifício construído (Ibid., p.44), como também a relação dos pertences do "Colégio Morton" de São Paulo que foram a leilão em janeiro de 84, objetos que evidenciam o alto padrão de vida de seus elementos. O anúncio do leilão, requerido pelo Juiz Comercial, incluía uma livraria com mais de 3.000 volumes (A Província de São Paulo, 18 de janeiro de 1884). O governo provincial se interessou pela compra desses móveis para serem oferecidos às escolas públicas primárias da Província (Livro nº 331 - Livro de Minutas - Ofício nº 9, de 18 de janeiro de 1884, Minuta ao Inspetor Geral da Instrução Pública, AE, MS).

347
A

⁶⁷Nos inícios do século XX, em 1905, o Revdo. Alva Hardie e sua mulher, vindos de Natal, Rio Grande do Norte, mudaram-se para Campinas, reabrindo o "Internacional", anos mais tarde transformado no Seminário Presbiteriano. Jones, Soldado Descansa! p.360.

338

⁶⁸"Relatório da 'Escola Americana'" em 29 de outubro de 1887, Ordem 4917, lata 5, 1850-1903, AE, MS.

⁶⁹Ver biografia do Dr. Lane em Goldman, Os Pioneiros Americanos no Brasil, pp.12-18.

⁷⁰Ver a respeito,
J.Ferreira, História da Igreja Presbiteriana no Brasil I:246.

⁷¹Nos inícios da década de 90, Horace Lane foi também convidado para instalar e dirigir o "Mackenzie College", patrocinado pelo filantropo norte-americano John T.Mackenzie. Contando com apoio do New York Board para essa iniciativa (que permitiria à Igreja Presbiteriana instalar futuramente o seu seminário) a gestão Lane consolidou a novel instituição preparando-a para transformar-se em estabelecimento de ensino superior.

⁷²"Relatório da 'Escola Americana'", AE, MS.

⁷³A. de Almeida Prado, "Escolas de Ontem e de Hoje", Revista da A.A.A.M. Edição do Centenário (1970): 236.

⁷⁴As matérias do ensino foram assim distribuídas pelas séries do curso: "Primeiro Ano: ensino do ABC. formação de

348
339

sílabas e soletração dos nomes; ler e escrever números e princípios de adição; caligrafia-leitura-noções de geografia e gramática portuguesa-adição e subtração-doutrina cristã - lições de coisas- música vocal-primeiras noções de História Pátria e Deveres. Segundo Ano: compreende o ensino da leitura - geografia-gramática portuguesa- prática das duas operações de aritmética já aprendidas e multiplicar - caligrafia e doutrina cristã - lições de coisas - música vocal - desenho linear - História Pátria. Terceiro Ano: leitura, geografia-gramática portuguesa-exercícios por escrito e análise - as quatro operações - lições de coisas- música- desenho e História Pátria". "Relatório da 'Escola Americana'", AE, MS.

⁷⁵O plano integral das matérias ensinadas no curso secundário era o seguinte: "Primeiro Ano: compreende a leitura de autores modernos; aritmética-geografia-gramática portuguesa e composição- estudo sistemático de inglês e francês - história pátria- caligrafia- desenho- doutrina cristã. Segundo Ano: abrange leitura - aritmética superior-geografia - geografia física e política - história e geografia pátrias- aritmética comercial- gramática portuguesa- análise de clássicos portugueses inglês-franceses- e latim- desenho- caligrafia- história sagrada. Terceiro Ano: gramática latina- francesa e inglesa - álgebra - português - história pátria e contemporânea - escrituração mercantil - aritmética comercial- desenho- história sagrada. Quarto Ano: leitura de autores clássicos, o mesmo em francês e análise lógica - latim - história universal - retórica - composição e declamação em português - ciências naturais - geometria- música vocal." Ibid.

⁷⁶A lista completa das matérias ensinadas compreende os seguintes autores e seus compêndios: "Fisiologia e Higiene Escolar (Cutter) - Breve curso de ciências naturais (Steele e Cooly) - Pedagogia (Payne) - Metodologia (Swett) - Noções de

Química (Roscoe) - Breve curso de filosofia intelectual (Allen)
- Esboço Biográfico dos Reformadores do ensino (Quick)". Ibid.

340

77 J. Ferreira, História da Igreja Presbiteriana no Brasil, I:246.

78 "Relatório da 'Escola Americana'", AE, MS.

79 Anúncio na Gazeta de Piracicaba, 8 de maio de 1886:
"Colégio Piracicabano. Segunda-Feira, 10 de maio, abre-se o Kindergarten ou Jardim da Infância. As aulas começam às 9 horas e trinta minutos e prologam-se até meia hora depois do meio dia. Recebe-se crianças de ambos os sexos, de 3 a 7 anos. Hábeis são as professoras que se encarregarão do ensino, Miss Jones, formada em Nova York e Miss Beaven, em São Paulo. Ótimos resultados se tem colhido desta instituição, cujo fim é o desenvolvimento intelectual das crianças, para com mais facilidade e proveito, se entregarem a ulteriores estudos. Convidando, pois os srs. pais de família a se aproveitarem deste melhoramento, espero que o meu convite será bem acolhido. M.W. Bruce, diretora. 7/5/1886".

80 J. de Mello Moraes, "Farrapos do Passado", Almanack de Piracicaba para 1955; org. Hélio M. Krahenbuhl, ed. J. Mendes Fonseca, p.225.

81 Na "Escola Americana" os alunos também se reuniam em Assembléia Geral, na chamada Sala Grande, para entoar cânticos evangélicos, repetidos na saída das aulas. Apontando a importante função desempenhada pelos hinos sacros como veículo de ensinamentos religiosos, Júlio Ferreira, em História da Igreja Presbiteriana no Brasil, I:202, lembra que vários deles, com

350
341

pilados nos Sagrados Cânticos, eram de autoria da futura renova-
dora da Escola Normal, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade,
em serviço especial na "Escola Americana" em meados da década
de 80.

⁸² João Sampaio, Colégio Piracicabano (S.Paulo: Assump-
ção, Teixeira, 1958), passim.

⁸³ Já na década de 60 o ensino por intermédio de con-
ferências públicas fora visto como expressão de ideais liberais
e democráticos. Tavares Bastos no seu A Província, p.217, dizia
a respeito: "A mais alta manifestação da liberdade de pensamen-
to é a do ensino em conferências públicas, onde a palavra ins-
pirada atrai e subjuga o auditório, propagando-se com a rapidez
da eletricidade". Ver também, Luis Agassiz e Elizabeth Cary A-
gassiz, Viagem ao Brasil (1865-1866), Brasiliense, 95 (S.Paulo:
Nacional, 1938), p.134.

⁸⁴ Gazeta de Piracicaba, 5 de setembro de 1884; e 17
de janeiro e 26 de setembro de 1888.

⁸⁵ Gazeta de Piracicaba, 10 de janeiro de 1883.

⁸⁶ Gazeta de Piracicaba, 14 de janeiro de 1883.

⁸⁷ Gazeta de Piracicaba, 15 e 19 de julho de 1887.

⁸⁸ A data oficial de fundação desse colégio é 1893,
mas desde o ano de 1883 constat^a-se a presença das Irmãs de São
José em Piracicaba. Ver Gazeta de Piracicaba, 28 de janeiro de
1883, 11 de junho de 1884 e 23 de outubro de 1886.

351
h

⁸⁹ Citado por Rodrigues, A Instrução Feminina em São Paulo, p.204. 342

⁹⁰ Prospecto do Colégio Piracicabano para o ano de 1895.

⁹¹ Mariotto Haidar, O Ensino Secundário no Império Brasileiro, p.244 e seg.

⁹² Gazeta de Piracicaba, 14 de fevereiro de 1883. Ver também as edições de 14 de janeiro, 21 de fevereiro, e 31 de outubro de 1883, e 28 de dezembro de 1884

⁹³ Gazeta de Piracicaba, 28 de janeiro de 1883. Ver também artigos publicados nas edições de 14 e 21 de janeiro, 16 de março e 31 de outubro de 1883.

⁹⁴ Mariotto Haidar, O Ensino Secundário no Império Brasileiro, p.249-250.

Não obstante, a diretoria do "Piracicabano" não deixava de proclamar que o Colégio preparava suas alunas para os exames das Academias. Ver, a respeito, anúncio do "Colégio Piracicabano" no A Província de São Paulo, 27 de janeiro de 1884; Prospecto do Colégio Piracicabano para o ano de 1895.

⁹⁵ Fernando de Azevedo, A Cultura Brasileira, 4a.ed. (S.Paulo: Melhoramentos, 1964), p.593.

⁹⁶ José Maria dos Santos, Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista, Documentos Brasileiros, 105 (R. Janeiro: José Olympio, 1960), p.41

357
h
343

⁹⁷Ivan Lins, História do Positivismo no Brasil, pp. 141-146, 154, 160, 172 e 173.

⁹⁸Testemunha Cesario Motta à respeito: "Após a proclamação da República federativa, quando o povo brasileiro se viu na posse legal dos seus direitos, compreenderam as mentalidades dirigentes que era mister prepará-lo, instruí-lo para o exercício efetivo das funções que "self-governement" impõe à democracia". Discurso proferido em 15.2.1894, na instalação da Escola Politécnica de São Paulo, citado por Cassio Motta, Cesário Motta e seu tempo (S.P. Si. , 1947), p.151.

⁹⁹Laerte R. de Carvalho, "O ensino em São Paulo", p. 617.

¹⁰⁰Para confirmá-la mais uma vez, ver anúncio do "Colégio Internacional" no A Província de São Paulo, 8 de abril de 1875, indicando Rangel Pestana como o elemento que poderia dar informações em São Paulo, sobre o Colégio.

¹⁰¹João Toledo, "Caetano de Campos - o Educador", conferência realizada no Jardim da Infância em 13 de setembro de 1930, citada em Homenagem aos Pioneiros do ensino em São Paulo, org. J.L.Rodrigues (S.Paulo: Instituto Ana Rosa, 1930).

¹⁰²A Província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1884.
Em 1889 viria do Rio, o lente de Pedagogia da Escola Normal do Distrito Federal, Manoel Ciridião Buarque, para substituir João Kopke na direção da "Neutralidade". Entusiasta dos métodos de ensino americano, o professor Buarque logo se uniria também ao grupo de professores de orientação renovada que as reformas republicanas de 1890 colocaram a serviço da Escola

353
344

Normal da Praça. Polianteia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal em São Paulo: 1846-1946, p.94.

103" ...Embora de longe, continuarás a ser o meu mentor nos negócios relativos à instrução pública de São Paulo. Ouvi à respeito do projeto o Arthur Guimarães. Como a realização da reforma ainda depende de tempo, combinei com o Dr. Campos destacar a parte relativa à Escola Normal e fazê-la o mais depressa possível. O Campos está tratando disso". Prudente de Moraes a Rangel Pestana, em 23 de janeiro de 1890, citada por J.L.Rodrigues, Um Retrospecto Histórico, p.191.

104 A participação de Rangel Pestana é amplamente documentada por Prudente de Moraes em sua correspondência: "Arthur - submeto ao vosso exame o projeto de reforma da Escola Normal formulado sobre as bases deixadas pelo Pestana. Pelas notas do Pestana não se sabe se as escolas-modelo têm por fim constituir curso preparatório da Escola Normal, ou de escolas para nelas praticarem os alunos do 3º ano na regência de cadeiras, como parece mais razoável, desde que exige exame de francês, aritmética e geografia, como condição para matrícula na Escola Normal. Examine e emita sua opinião logo. Do colega e amigo Prudente de Moraes". Prudente de Moraes a Arthur Guimarães, em 11 de fevereiro de 1890, Ordem 4991, lata 8, 1890-93, AE, MS.

"Arthur, aí vai o esboço do Pestana sobre a reforma da Instrução Pública para você, nas horas vagas, examinar e dar-me sua opinião. Do colega e amigo". Prudente de Moraes a Arthur Guimarães, em 5 de junho de 1890, Ordem 5132, lata 4, 1890-96, AE, MS.

105 Leonor M. Tanuri, "Escola Normal no Estado de São Paulo no período da Primeira República: contribuição para o estudo de sua estrutura didática" (Tese de Doutorado, F.F.C.L. de Marília, 1973), p.101.

384
395

¹⁰⁶Caetano de Campos declarou a respeito: "A escola de aplicação foi estabelecida para esse fim (praticar o ensino) em um largo plano. Em primeiro lugar foram contratadas duas professoras largamente reputadas nas práticas de ensino elementar do 1º grau... O novo horizonte que redilatou perante os normalistas, iniciados na prática do ensino intuitivo, fê-los aproveitar uma aptidão de que eles mesmo se admiravam"... Relatório de 1890 citado por J.L.Rodrigues, Um Retrospecto Histórico, pp.246-47.

¹⁰⁷Ibid. pp.242; 244-45.

¹⁰⁸O Colégio "Santa Sophia", estabelecimento feminino de ensino secundário dirigido desde 1874 por Sophia M.Huffenbacher, ministrava às alunas da primeira classe, aulas de primeiras letras, aritmética elementar, gramática portuguesa, lição de coisas e catecismo. (Gazeta de Piracicaba, 18 de agosto de 1882). A outra escola é a do Prof.Sardemberg, já referida no cap.1.

¹⁰⁹"Tendo perdido a esperança de vê-lo por aqui nestes dias, resolví escrever-lhe para satisfazer grande desejo que tenho de conversar com o amigo sobre a reforma da Normal. Como terá visto pela publicação do decreto, saiu ele pode dizer-se, como você o concebeu. A redação mesmo da maior parte dos artigos é sua. Não haveria mal em tê-la alterado, e eu o teria feito em muitos pontos, se estivessemos juntos. Na sua ausência, porém, quis o mais, possível mostrar-lhe quanto acato sua opinião. Na escolha do pessoal terá você visto que todos os nomes foram de indicação sua. Tive muitas propostas, muitos pedidos e até talvez algumas Preferencias. Resistí, porém ao assalto assombroso que sofri porque não me julgava com direito de anular um desejo seu". Caetano de Campos a Rangel Pestana, em 20 de março de 1890, citada por J.L.Rodrigues, Um Retrospecto Histórico, pp.191-192.

¹¹⁰O primeiro nome proposto para diretor da Escola Normal foi o do próprio diretor da "Neutralidade", João Kopke, que não pôde aceitar o cargo devido a outros compromissos."... À pedido de Prudente de Moraes, fez Rangel Pestana a indicação de uma pessoa competente para dirigir a Escola Normal, eixo do sistema escolar. A princípio pensou no João Kopke, o mestre abalizado e habilíssimo que ele bem conhecia e tanto admirava. Mas não podendo este vir do Rio de Janeiro, recorreu ao saber epatriotismo de Caetano de Campos, cuja cultura pedagógica também recomendava para o caso. Médico de vasta clínica o Dr. Caetano de Campos relutou em aceitar a incumbência que ia desviar sua atividade para outro campo. Sem embargo cedeu diante dos argumentos de Rangel Pestana que, em diversas conferências conseguiu convencê-lo da relevância do serviço a prestar ao país". J.L.Rodrigues, Um Retrospecto Histórico, p. 190

Antonio Caetano de Campos lecionava Ciências Exatas e Naturais nos colégios "Pestana" e "Neutralidade".

• ¹¹¹Ibid, p.193.

¹¹²Caetano de Campos a Rangel Pestana, em 20 de março de 1890, citada em Ibid., pp.192-93,201.

Rascunhos não datados e não assinados, dos contratos a serem estabelecidos entre o governo do Estado e as professoras-diretoras da Escola-Modelo:

"Condições para o contrato com o Governo da professora Miss M.P.Browne.

1º Miss M.P.Browne compromete-se a ocupar o lugar de professora-diretora dos trabalhos da Escola-Modelo anexa a Escola Normal, para o sexo masculino, envidando todos os esforços para implantar em seus discípulos os bons moldes do ensino intuitivo (conforme é professado nos Estados Unidos-riscado).

2º É especialmente aos alunos da Escola Normal que os métodos e processos educativos devem ser ensinados e fica -

356

347

entregue exclusivamente à competência da professora-diretora o valor intrínseco desse ensino.

3º Miss Brownw trabalhará 5 dias na semana, e perceberá mensalmente, mesmo em ocasião de férias, durante o tempo d'este contrato, a quantia de 200\$000rs. como ordenado e 100\$000rs. como gratificação (conforme o art. 19 do Decreto nº 27 de 12 de março do corrente ano-acrescentado).

4º Este contrato durará por 2 anos mas poderá ser rescindido desde que assim convenha a uma das partes contratantes.

5º Para as demais disposições fica esta senhora sujeita às leis regulamentares do professorado (e da Escola - Normal-acrescentado)".

"Condições do contrato entre o Governo e a professora Dona Maria Guilhermina L. de Andrade.

1º D. Maria Guilhermina L. de Andrade compromete-se a ocupar o lugar de professora-diretora dos trabalhos da escola modelo do sexo feminino durante 3 anos, envidando todos os esforços para implantar em suas discípulas os bons moldes do ensino intuitivo conforme é ensinado nos Estados Unidos.

2º Sendo essa escola-modelo anexa à Escola Normal é às alunas d'esta que se deve dirigir o ensino, cujo valor intrínseco fica sob a exclusiva competência da professora-diretora.

3º Ao fim do prazo de 3 anos, se o governo o julgar indispensável, a mesma senhora prolongará este contrato por mais um ou dois anos até haver certeza de possuir-se uma turma de professores capazes de executar o que houver sido ensinado.

4º Expirado o tempo de ensino na escola modelo, o Governo compromete-se a criar um Jardim de Infância, anexo também à Escola Normal, que sirva de modelos a outros que hajam de criar-se no Estado, e na direção d'esse Jardim de Infância passará vitaliciamente a senhora D.M.Guilhermina a dar seus cuídados e ensino.

5º A Sra. D. M. Guilhermina terá direito de resi-

357
A

dência para si e sua família, no edifício do Jardim de Infância desde que este comece a funcionar. 348

6º Enquanto professora-diretora da Escola Modelo perceberá esta senhora a quantia de 200\$000rs. mensais como ordenado, e mais a de 300\$000rs. também mensais, como gratificação excepcional, mesmo durante o tempo de férias. Desde que, passar porém a residir no edifício do Jardim infantil, o ordenado ficará sendo o mesmo, mas a gratificação se reduzirá a 100\$000 rs. mensais.

7º Para as demais disposições fica esta senhora sujeita às leis regulamentares do professorado (e da Escola - Normal-acrescentado)".

As correções em ambos os documentos, são de punho de Prudente de Moraes.

Ordem 5132, lata 4, 1890-96, AE, MSS.

113 A exoneração foi pedida por D. Guilhermina, mediante o ofício nº 147, de 27 de janeiro de 1901, sob a alegação de que tinham se agravado "incomodos antigos de que se julgava aliviada, devido à falta de cuidados indispensáveis de sua família de que teve de separar-se para ir residir em São Paulo" (Ordem 5132, lata 4, 1890-96, AE, MS). O diretor da Escola Normal, Caetano de Campos, pelo ofício nº 5 de 20 de fevereiro desse mesmo ano, aprovaria o pedido, justificando ser conhecedor da "pouca saude" que a obrigava a evitar o clima paulistano (Ordem 5132, lata 4, 1890-96, AE, MS).

114 Rascunho não datado e não assinado do novo contrato a ser estabelecido entre o governo do Estado e Miss Browne:

1º Miss Marcia P. Browne toma a si o compromisso de acumular o cargo de professora-diretora na Escola Modelo de ambos os sexos, anexa à Escola Normal, empenhando todo seu zelo no cumprimento desse duplo cargo.

2º Miss Browne perceberá desde 1º de março corren

358
349

te os vencimentos de 600\$000rs. mensais discriminados em ordenados e gratificações, quantia essa correspondente aos ordenados dos 2 cargos que exerce.

3º Este contrato vigorará enquanto assim convier a ambas as partes contratantes, ficando sem efeito desde que a uma delas não convenha sua continuação.

4º Para todos os mais efeitos fica Miss Marcia Browne sujeitas às leis regulamentares do professorado".

Ordem 5132, lata 4, 1890-96, AE,MS.

115 Por exemplo, em 14 de setembro de 1894, o Diretor da Escola Normal, Gabriel Prestes, encaminhava ao Secretário do Interior, pelo ofício nº 84, pedido de pagamento da despesa feita por Miss M. Browne para a Escola-Modelo, junto à "Escola Americana", assim discriminada:

| | | |
|-----------------------------------|-----------|-----------------|
| - 2 cartas com tripodes de Wanton | c 40\$ | 80\$000 |
| - 100 cadernos de Aritmética | c 600\$ | 60\$000 |
| - 6 dúzias de Modelos de Triang | cr. 500\$ | <u>180\$000</u> |
| | Total | 248\$000 |

Ordem 7.135, lata 530, 1892, AE,MS.

116 Ofício nº 150, de Gabriel Prestes, Diretor da Escola Normal, ao Secretário do Interior, em 16 de dezembro de 1895, encaminhando fatura de "128 caixas de móveis escolares e aparelhos de ensino destinados à Escola-Modelo Complementar anexa a esta Escola, adquiridos nos Estados Unidos por intermédio do Dr. Horace Lane e ordem do Governo", Ordem 7.135, lata 530, 1892, AE, MS.

117 Ver "Demonstração de uso de verba de 1885-87 para compra de livros, utensílios e móveis da Diretoria da Instrução Pública da Província de São Paulo", em 27 de setembro de 1889, Ordem 4.692, lata 29, 1886, AE,MS.

359

380

¹¹⁸ Em 1895, por exemplo, foram comprados do Dr. La ne, 16 dúzias de coleções dos "Cadernos de Aritmética" (Ordem 7.135, lata 530, 1892, AE, MS). Em 1897, 1000 exemplares do "Primeiro livro de Leitura" de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (Ordem 7.037, lata 432, 1897, AE, MS).

Ver também "Demonstração do uso de verba" (Ordem 4692, lata 29, 1886, AE, MS); "Relatórios" de vários professores em 1897 (Ordem 6695, lata 90, 1894, AE, MS) e "Pedidos de livros e outros materiais" para as escolas de Tatuí, Jacareí, Bragança, Botucatu, Areias, Queluz, Barreiro, Pindamonhangaba e Santos (Ordem 7037, lata 432, 1897, AE, MS).

¹¹⁹ Marie Robinson Wright, The New Brazil: Its Resources and Attractions—Historical, Descriptive and Industrial (Philadelphia: George Barrie & Son), p.155.

350
d
351

CONCLUSÕES

Da realização deste trabalho, que teve como objetivo central elucidar como e porquê se tornaram possíveis o surgimento e êxito de escolas americanas de confissão protestante nos quadros de ensino paulista das últimas décadas do século XIX, emergiram as seguintes considerações:

As escolas de que tratamos neste estudo são aquelas fundadas na Província de São Paulo à partir de 1868, por pastores e imigrantes norte-americanos pertencentes às denominações tradicionais da fé protestante: presbiterianos, metodistas e batistas.

A situação de ensino público na Província de São Paulo, até quase às vésperas da República, apesar das inúmeras tentativas de reforma empreendidas, evidenciava a permanência dos vícios tradicionais do período colonial: ensino avulso, não seriado, incompleto e evasão de professores e alunos. Os maiores óbices à melhoria de ensino provincial estavam na falta de recursos, na descontinuidade administrativa e na interferência do Poder Central na área dos estudos secundários, com reflexos nos demais níveis. Nesse panorama, as iniciativas reformadoras e enriquecedoras advêm do setor ^{privado} que as orientou, no sentido da ampliação da função social da escola e da renovação de suas características didático-pedagógicas.

Entre esses colégios renovados, alinhar-se-ão rapidamente os americanos de confissão protestante, para ambos os sexos. Estes, logrando subtrair-se às influências desagregadoras do ensino brasileiro da época, irão atuar como verdadeiro^s cursos seri-

351
352

ados, regulares e simultâneos, de nível elementar e secundário, estruturados para atender às exigências de melhor formação em termos pessoais e profissionais.

As motivações para o seu aparecimento podem ser arrelatadas, segundo o encaminhamento que receberam neste estudo, nos íns seguintes:

1º) A instalação desses colégios se tornou possível, em primeiro lugar, porque, mantidos por uma Igreja que não a oficial ou por estrangeiros em minaria, satisfazia as tradições liberais mais caras da Província de São Paulo: irrestrito apoio à iniciativa particular, defesa do ensino livre, defesa da tolerância religiosa. A maior expressão das tendências dos líderes provinciais da época foi a aprovação da Lei nº54, de 1868, que, com a finalidade de ampliar a participação da iniciativa particular na expansão do ensino, instituiu na Província de São Paulo a liberdade do ensino privado, entendida como isenção de qualquer fiscalização, e a desoficialização dos estudos secundários.

Esse documento legal foi, no campo pedagógico, uma das razões das possibilidades de atuação que se abriram às escolas de confissão protestante. Outras medidas liberais, em outros campos, já haviam dado amparo legal à presença de protestantes, quer fossem pastores, quer fossem imigrantes sulistas. Ambos os grupos, inclusive, encontraram na Província de São Paulo uma acolhida mais favorável às suas iniciativas.

2º) Outra das motivações explicitadas pelo presente estudo concerne à situação religiosa da Província. As escolas particulares existentes na Província de São Paulo nos meados do século eram leigas. Não havia ensino confessional católico, e mais, a educação religiosa e moral nas escolas públicas e particulares era habitualmente descuidada, provavelmente devido à tradição de anticlericalismo e regalismo da Província. A reação da Igreja Católica local a esta situação, posta em movimento pelo Bispo D. Antônio

Joaquim de Melo, veio a se constituir, pelo seu caráter tridentino e ultramontano, numa provocação à mentalidade liberal e, indiretamente, num apelo para facilitar a aceitação de protestantes e suas escolas.

3º) Os pastores norte-americanos, que tinham vindo ao Brasil em ação missionária, empregaram a técnica da evangelização indireta, isto é, mediante o recurso das obras sociais, principalmente colégios, com ênfase mais ou menos acentuada segundo as características próprias das diferentes denominações que aqui atuaram.

As escolas que esses pastores instalaram eram ajudadas por recursos provenientes das Igrejas-Mães, o que lhes possibilitou um trabalho sem solução de continuidade, mesmo quando suas receitas não compensavam as despesas.

Algumas dessas escolas foram fundadas ou receberam cooperação do grupo dos imigrantes sulistas, que a elas ofereceram não apenas trabalho docente e administrativo, como boa parte de sua clientela inicial.

A ênfase do relacionamento entre ambos os grupos, pastores e imigrantes, foi pois, muito mais marcante no campo socio-pedagógico que no religioso.

4º) Finalmente, este estudo evidenciou o apoio que os setores progressistas da sociedade paulista das últimas décadas do século XIX emprestaram às escolas americanas de confissão protestante. Esse apoio, evidenciado pela grande maioria de alunos brasileiros que as freqüentavam, é explicável, em primeiro lugar, por ser o protestantismo visto como versão religiosa dos ideais liberais e democráticos modernos de que tanto se orgulhavam as lideranças paulistas da época; em segundo lugar, porque eram escolas organizadas segundo o modelo americano que, independentemente de seguirem padrões do Norte ou do Sul, atuava como polo de atração para as elites paulistas, tanto pelos seus aspectos democráticos quanto por aqueles propriamente pedagógicos.

362

L

353

363
354

Essas escolas vieram a influir no ensino paulista graças à sua condição de escolas amparadas pelas elites progressistas. As experiências renovadoras do ensino público e particular de São Paulo, desenvolvidas no período 1870-1900, foram, de modo geral, iniciativas de homens que, estando na liderança política e cultural da Província, relacionaram-se, na qualidade de alunos, professores ou colaboradores, com colégios americanos de confissão protestante. Por sua vez, membros do corpo docente e administrativo desses colégios, principalmente daqueles que eram frutos da exclusiva técnica de evangelização indireta, participaram pessoalmente dos empreendimentos renovadores, como ocorreu no caso das reformas oficiais do ensino paulista da década de noventa, com a ação de Heracle Lane e miss Marcia Browne.

Evidentemente, não pensamos que, as conclusões a que este estudo chegou, tenha esgotado o assunto. A questão do aparecimento e êxito de escolas americanas de confissão protestante, de como e porquê isso se tornou possível permanece aberta, agora em outro nível, gerando a necessidade de estudos complementares. Entre estes, o de pensamento político-pedagógico dos líderes provinciais mais relevantes da época, como Rangel Pestana, Prudente de Moraes, Castano de Campos e outros. É o que nos propomos realizar como a próxima etapa de nossas investigações.

369
355
m

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1. Manuscritos

Piracicaba, S.P. Arquivo da Câmara Municipal. "Atas da Câmara Municipal, 1822 - 1899". Livros V, VII, X, XII e XIII.

Piracicaba, S.P. Cartório do Júri e da Corregedoria Permanente. Caixas 40 e 76.

Piracicaba, S.P. Cartório do 2º Ofício de Piracicaba. Livro de Notas nº 32; Livro de Notas nº 39.

Piracicaba, S.P. Arquivo da Câmara Municipal. "Correspondência Oficial da Câmara Municipal".

Piracicaba, S.P. Arquivo particular de Jair Toledo Veiga. "Discípulas do Colégio Piracicabano desde 13 de setembro de 1881 até 1900". "Financial Report of Colégio Piracicabano". "Livro de Chamada do Colégio Piracicabano de 1908 a 1910". "Livro de Chamada do Colégio Piracicabano de 1911 a 1912".

São Paulo, S.P. Arquivo do Estado. Ordem 4692, lata 29 (1886). Ordem 4857, lata 1 (1851-56). Ordem 4858, lata 2 (1857-60). Ordem 4859, lata 3 (1861-62). Ordem 4860, lata 4 (1863-64). Ordem 4861, lata 5 (1865-66). Ordem 4862, lata 6 (1867-69). Ordem 4865, lata 9 (1875). Ordem 4881, lata 25 (1881). Ordem 4890, lata 34 (1885). Ordem 4917, lata 5 (1850-1903). Ordem 4925, lata 7 (1852-1896). Ordem 4935, lata 2 (1859). Ordem 4938, lata 5 (1862). Ordem 4939, lata 6 (1863-64). Ordem 4940, lata 7 (1865). Ordem 4941, lata 8 (1866). Ordem 4942.

(1889-90). Ordem 4966, lata 1 (1887-88). Ordem 4987, lata 4 (1871-75). Ordem 4996, lata 1 (1859-89). Ordem 5019, lata 1 (1850-67). Ordem 5032, lata 11 (1833-85). Ordem 5084, lata 63 (1838-96). Ordem 5132, lata 4 (1890-96). Ordem 6693, lata 88 (1894). Ordem 6695, lata 90 (1897-99). Ordem 7037, lata 432 (1897). Ordem 7135, lata 530 (1892).

368
↓
356

S. Paulo, S.P. Arquivo do Estado. Livro nº 331; "Livro de Minutas". Livro nº 98: "Protocolo de papéis relativos à Instrução Pública". Livro nº 1072: "Ofícios aos Inspectores, 1863-67". Livro nº 1086: "Ofícios aos Inspectores, 1855-57". Livro nº 1092: "Correspondência com Inspectores, 1861-63". Livro nº 1111: "Correspondência com Inspectores, 1867-68". Livro nº 1125: "Instituições Particulares". Livro nº 1173: "Despachos da Inspeção Geral da Instrução Pública, 1852-64". Livro nº 1175: "Correspondência com Inspectores, 1851-55".

1.2. Impressos

1.2.1. Documentos Parlamentares

Leis da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo;

Coleção das Leis do Império do Brazil.

Coleção das Leis da Província de São Paulo.

1.2.2. Atas

Departamento do Arquivo do Estado, ed. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Vol. II: Atas das Sessões do Governo Provincial de São Paulo, 1821-1822. São Paulo: Tip. Paulista, 1896. Vol. XLIV: São Paulo: Tip. Cardoso Filho e Cia, 1915. Vol. LXXXVI: Atas do Conselho de Presidência da Província de São Paulo

nos anos de 1824-1829, exceto 1827. São Paulo: S. Educação, 1961. Boletim 15 (nova fase): Atas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo, 1829. São Paulo: S. Educação, 1961. Boletim 16 (nova fase): Atas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo, 1832-1834. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado, S. Educação, 1962.

1.2.3. Discursos e Relatórios Governamentais

Michorro, Manoel da Cunha A.C.S. "Memória em que se mostra o estado econômico, militar e político da Capitania Geral de São Paulo, quando do seu governo tomou posse a 8 de dezembro de 1814 o Ilmo. Sr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma", Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil XXXVI (2º trimestre de 1873) I: 196-242.

"Discurso do Exmo. Sr. Presidente d'esta Província na abertura do Conselho Geral no dia 1º de dezembro de 1829", Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil XXXVI (2º trimestre de 1873) I: 245-267.

Discurso com que o Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. José A. Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. São Paulo: Tip. 2 de Dezembro, 1855.

Discurso com que o Ilmo. e Exmo. Senador J.J. Fernandes Torres passou a Administração da Província de São Paulo no ano de 1858. São Paulo: Tip. 2 de Dezembro, 1858.

Discurso com que o Ilmo. e Exmo. Sr. J. da Silva Carrão passou a administração da Província de São Paulo ao Ilmo. Sr. Dr. J. Floriano de Toledo 3º vice-Presidente da mesma Província no dia 3 de março de 1866. São Paulo: Tip. Imparcial de J.R.A. Marques, 1866.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na 1a. sessão da 16a. Legislatura no dia 3 de fevereiro de 1866 pelo Presidente da Província Dr. J. da Silva Carrão. São Paulo: Tip. Imparcial de J.R.A. Marques, 1866.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Desembargador José Tavares Bastos na sessão de 12 de maio de 1867. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1867.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província Exmo. Sr. Dr. J.F. da Costa Pereira Jr. em 2 de fevereiro de 1873. São Paulo: Tip. Americana, 1873.

Relatório sobre o estado da Instrução Provincial no ano de 1852 apresentado ao Exmo. Presidente da Província pelo Inspetor Geral da mesma Instrução Pública Diogo de Mendonça Pinto. (s.i)

Relatório sobre o estado da Instrução Pública Provincial, no ano de 1853 apresentado ao Exmo. Presidente da Província pelo Inspetor Geral da mesma Instrução Pública, Diogo de Mendonça Pinto. (s.i)

Relatório sobre o estado da Instrução Pública Provincial no ano de 1854, apresentado ao Exmo. Presidente da Província pelo Inspetor Geral da mesma Instrução Pública Diogo de Mendonça Pinto. São Paulo: Tip. 2 de Dezembro, 1855.

Relatório sobre o estado da Instrução Pública Provincial no ano de 1856 apresentado ao Exmo. Presidente da Província pelo Inspetor Geral da mesma Instrução Pública Diogo de Mendonça Pinto. São Paulo: Tip. 2 de Dezembro, 1857.

Relatório sobre o estado da Instrução Pública de São Paulo em 1857, apresentado ao Exmo. Presidente da Província por Diogo de Mendonça Pinto. São Paulo: Tip. 2 de Dezembro, 1858.

Relatório sobre o estado de Instrução Pública da Província de São Paulo, em 1858 apresentado ao Exmo. Presidente da Província por Diogo de Mendonça Pinto. São Paulo: Tip. 2 de Dezembro, 1859.

259
W

Relatório sobre o estado da Instrução Pública da Província de São Paulo, no ano de 1862, apresentado ao Exmo. Presidente da Província Dr. João Jacinto de Mendonça, pelo Inspetor Geral Diogo de Mendonça Pinto. São Paulo: Tip. Imparcial de J.R.A. Marques, 1864.

Relatório sobre o estado de Instrução Pública da Província de São Paulo no ano de 1863 ao Dr. João Jacinto de Mendonça pelo Inspetor Geral Diogo de Mendonça Pinto. São Paulo: Tip. Imparcial de J.R.A. Marques, 1864.

Relatório sobre o estado da Instrução Pública da Província de São Paulo no ano de 1871, apresentado ao Exmo. Presidente da Província pelo Inspetor Geral da mesma Instrução Pública Diogo de Mendonça Pinto. São Paulo: Tip. Americana, 1872.

Relatório sobre o estado da Instrução Pública da Província de São Paulo no ano de 1873 apresentado ao Exmo. Presidente da Província Dr. João Teodoro Xavier pelo Inspetor Bacharel Francisco Aurélio de Souza Carvalho. São Paulo: Tip. Americana, 1874.

Relatório sobre o estado de Instrução Pública na Província de São Paulo no ano de 1878, apresentado ao Presidente da Província Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Três Rios, pelo Inspetor Geral Francisco Aurélio de Souza Carvalho. Santos: Tip. a vapor do "Diário de Santos", 1879.

Relatório sobre o estado da Instrução Pública no ano de 1879, apresentado ao Presidente da Província Ilmo. e Exmo. Doutor Laurindo Abelardo de Brito pelo Inspetor Geral Francisco Aurélio de Souza Carvalho. Santos: Tip. a vapor do "Diário de Santos", 1880.

369
360
w1.2.4. Jornais

Província de São Paulo, 4 e 30 de janeiro, 1 de abril de 1875; 18, 22 e 27 de janeiro, 2 de fevereiro e 23 de março de 1884.

Correio Paulistano, 30 de março de 1871.

Gazeta de Piracicaba, 13 de junho de 1882; 5, 10, 14, 21, 28 de janeiro, 11, 14, 21 e 28 de fevereiro, 16 de março e 31 de outubro de 1883; 23 de abril, 7 e 21 de maio, 11 de junho, 5 de setembro e 28 de dezembro de 1884; 20 de fevereiro de 1885; 8 de maio e 1º de agosto de 1886; 15 e 19 de julho de 1887; 17 de janeiro e 26 de setembro de 1888; 24 de maio de 1900.

Jornal de Piracicaba, 24, 27 e 30 de janeiro; 6 e 15 de setembro de 1901.

1.2.5. Obras e Publicações do período estudado

Agassiz, Luiz e Agassiz, Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil (1865-1866). Brasiliana, 95. São Paulo: Nacional, 1938.

Almanak do Estado de São Paulo para 1896, reorganizado por Canuto Thorman. São Paulo: Cia. Industrial de São Paulo, 1896.

Almanak da "Gazeta de Piracicaba". Piracicaba: Tip. da "Gazeta de Piracicaba", 1902.

Almanak do "Jornal do povo". Ed. Joaquim Luiz, 1894.

Almanak de Piracicaba para 1900. São Paulo: Hennier, 1899.

370
 261
 Avé-Lallement, Roberto. Viagem pelo Sul do Brasil (no ano de 1858).
 Coleção Obras Raras, IV. Rio de Janeiro: MEC, INL, 1953.

Azevedo Marques, M.E. de. Apontamentos Históricos, Geográficos, Bio-
 gráficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de S. Paulo.
 Biblioteca Histórica Paulista, I. 2 vols. São Paulo: Martins,
 1953.

Brasiliense, Américo. Os Programas dos Partidos e o 2º Império. São
 Paulo: Tip. de Jorge Skler, 1878.

D'Allincourt, Luis. Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cida-
 de de Cuiabá. Biblioteca Histórica Paulista, VIII. São Paulo:
 Martins, 1953.

Davatz, Thomaz. Memórias de um colono no Brasil (1850). Biblioteca
 Histórica Brasileira, V. São Paulo: Martins, 1941.

Expilly, Charles. Mulheres e Costumes do Brasil. Brasiliana, 56. São
 Paulo: Nacional, 1935.

Ewbank, Thomas, Vida no Brasil ou Diário de uma Visita à Terra do Ca-
 caueiro e da Palma. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia, Ed. da
 USP, 1976.

Folheto Ilustrativo do Colégio Piracicabano 1881-1921.

Fontoura, Pe. Ezechias Galvão da. Vida do Exmo. e Revmo. Sr. D. Antônio
 J. de Mello. São Paulo: Escola Tip. Salesiana, 1898.

Godoy, Joaquim Floriano de. A Província de São Paulo: Trabalho estatís-
 tico, histórico e noticioso destinado à exposição industrial de
 Philadelphia (E.U.) oferecido à S.M. Imperial, o Sr. D. Pedro II,
 pelo senador do Império. Rio de Janeiro: Tip. do "Diário do Rio
 de Janeiro", 1875.

374
362

- Kidder, Daniel P. Reminiscências de viagem e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo). Compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e de Diversas Províncias. Biblioteca Histórica Brasileira, III. São Paulo: Martins, 1940.
- Kidder, Daniel P. e Fletcher, J.C. O Brasil e os Brasileiros: Esboço Histórico e Descritivo. Brasiliana, 205 e 205A. 2 vols. São Paulo: Nacional, 1941.
- Koseritz, Carl von. Imagens do Brasil. Biblioteca Histórica Brasileira XIII. São Paulo: Martins, 1943.
- Leclerc, Max. Cartas do Brasil. Brasiliana, 215. São Paulo: Nacional, 1942.
- Mello, Leitão, C. de. Visitantes do Primeiro Império. Brasiliana, 32. São Paulo: Nacional, 1934.
- "Memória Estatística do Império do Brasil", Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, LVIII (1º e 2º semestres de 1895) I: 91-99.
- Muller, Daniel Pedro. Ensaio de um quadro estatístico da Província de São Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1863 e 10 de março de 1837. 2ª ed. São Paulo: Secção de obras de "O Estado de São Paulo", 1923.
- Oliveira, J.J. Machado de. Obras Escolhidas. Ed. Brasílio Machado. Vol. I: Quadro Histórico da Província de São Paulo até o ano de 1822. 2ª ed. São Paulo: Tip. Brasil de Carlos Gerke e Cia., 1897.
- Prospecto do Colégio Piracicabano - 1895. São Paulo: Casa Publicadora Metodista, 1895.

Registro de Estrangeiros 1808-1822. Publicações do Arquivo Nacional, vol. 46. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Ministério da Justiça e Negócios Interinos, 1960.

Ribeyrolles, Charles. Brasil Pitoresco. Vol. 1 e 2: História, Viagens, Descrições, Colonização, Instituições. Biblioteca Histórica Brasileira, VI. São Paulo: Martins, 1941. Vol. 3: Estudo sobre a Colonização Brasileira. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1860.

Reyband, Charles. Le Brésil. Paris: Guillaumin et Cie., 1856.

Saint-Hilaire, August de. Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo (1822). 2a. ed. Brasiliana, 5. São Paulo: Martins, 1940.

Saint-Hilaire, August de. Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai. Biblioteca Histórica Brasileira, II. São Paulo: Martins, 1940.

Salles, Alberto. "A Instrução Pública nos Estados Unidos e no Brasil", Almanak Literário de São Paulo, 1878.

Tavares Bastos, Aureliano Candido de. Os males do Presente e as Esperanças do Futuro. Brasiliana, 151. São Paulo: Nacional, 1939.

_____. Cartas do Solitário. 3a. ed. Brasiliana, 115. São Paulo: Nacional, 1938.

_____. A Província: Estudos sobre a descentralização no Brasil. 2a. ed. Brasiliana, 105. São Paulo: Nacional, 1937.

Tschudi, J.J. von. Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Biblioteca Histórica Paulista, V. São Paulo: Martins, 1953.

372
h
363

373
264

Veríssimo, José. A Educação Nacional. 2a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

Wright, Marie Robinson. The New Brasil: Its Resource and Attractions Historical, Descriptive and Industrial. Philadelphia: George Barrie & Son. s.d.

Zaluar, Augusto-Emílio. Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-61). Biblioteca Histórica Paulista, II. São Paulo: Martins, 1953.

2. Obras de Referência

Accioly, Hildebrando. Os Primeiros Núncios no Brasil. São Paulo: Instituto Progresso Editorial.

Almeida Prado, A. de. "Escolas de Ontem e de Hoje", Revista de A. A. A. M. Edição Comemorativa de 100º aniversário do Mackenzie. (Out. 1970): 229-243.

Alves, Rubem Azevedo. "O Protestantismo Latino Americano: sua função ideológica e suas possibilidades utópicas", forma revista de um capítulo preparado para We Claim our Future, Jorge Lara-Braud, ed. Friendship Press, 1970.

Amaral, Antonio Barreto do. "Prudente de Moraes: uma vida marcada." São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1971.

Amaral, Luis. História Geral da Agricultura Brasileira, no tríplice aspecto politico-social-economico. Brasiliana, 160, 160A, 160 B. 3 vols. São Paulo: Nacional, 1939-40.

Ambrose, Stephen E. "Public Education in the Post-War South", The Educa-

334

Azevedo, Fernando de. Obras Completas. 4a. ed. Vol. XIII: A Cultura Brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

368

Bailey, Kenneth K. "Southern White Protestantism at the turn of the Century", American Historical Review LXVIII (April, 1963): 618-635.

Barros, Roque Spencer Maciel de. A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade. Boletim nº 241. F.F.C.L. da U.S.P. São Paulo, 1959.

_____. "A Questão Religiosa". In História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico, vol. 4º: Declínio e queda do Império pp. 338-365. Org. Sérgio B. de Holanda. São Paulo: D.E.L., 1971.

_____. Introdução à Filosofia Liberal. São Paulo: U.S.P., Grijalbo, 1971.

_____. "Vida Religiosa". In História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico, vol. 4º: Declínio e queda do Império. pp. 317-337. Org. Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: D.E.L. 1971.

Bauab, Maria Aparecida Rocha. A Reforma da Escola Normal de São Paulo (1890-1891). Boletim Sapere Aude nº 14. F.F.C.L. de São José do Rio Preto, 1973.

_____. "O Ensino Normal na Província de São Paulo (1846-1889): Subsídio para o estudo do Ensino Normal no Brasil Império". Tese de Doutorado, F.F.C.L. de São José do Rio Preto, 1972.

Baklanoff, Eric N. "External Factors in the Economic Development of Brazil's Hertland: The Center South. 1850-1930". In The Shaping of Modern Brazil. pp. 19-35. Ed. Eric N. Baklanoff. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1969.

Bello, José Maria. História da República (1889-1954). 4a. ed. São Paulo: Nacional, 1959. 335
R

Boehrer, George C.A. "A Igreja no Segundo Reinado: 1840-1889". In Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira. pp. 134-167. Org. Henry H. Keith e S.F. Edwards. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. 366

Braga, Erasmo. "O Colégio Internacional e seus fundadores: Primórdios do ensino norte-americano no Brasil", Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, nº 44 (1916): 42-47.

Buyers, Paul E. História do Metodismo. São Paulo: Imprensa Metodista, 1945.

Cabat, Geoffrey Alan. "O Comércio de escravos no Brasil visto por Funcionários diplomáticos americanos (1845-1857)", Revista de História XXXVI (Abril-Junho 1968): 329-347.

Canabrava, Alice Piffer. "A Grande Lavoura". In História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico, vol. 4º: Declínio e queda do Império. pp. 85-141. Org. Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo: D.E.L., 1971.

. O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-75). São Paulo, 1951.

Cardozo, Manoel. "A Escravidão no Brasil, tal como é descrita pelos americanos: 1822-1888", Revista de História XXI (Julho-Setembro, 1960): 139-163.

Carneiro, Fernando. Imigração e Colonização no Brasil. Publicações Avulsas nº 2, F. Nacional de Filosofia, Cadeira de Geografia do Brasil. Rio de Janeiro. 1950.

376
367

Carvalho, Laerte Ramos de. "O Ensino em São Paulo". In Ensaio Paulistas, pp. 600 - 622. São Paulo: Anhembi S/A, 1958.

Costa, Emilia Viotti da. "A Proclamação da República", Anais do Museu Paulista XIX (1965): 169 - 207.

_____. "O Escravo na Grande Lavoura". In História Geral da Civilização Brasileira Tomo II: O Brasil Monárquico, vol. 3º: Reações e Transações. pp. 135 - 188. Org: Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: D.E.L., 1967.

Dodsworth, Henrique. Cem Anos de Ensino Secundário no Brasil (1826-1926). Rio de Janeiro: MEC, INEP, 1968.

Eby, Frederick. História da Educação Moderna: Teoria, Organização e Práticas Educacionais (século XVI-XX). Porto Alegre: Ed. Globo, 1962.

Ferreira, Júlio Andrade. História da Igreja Presbiteriana no Brasil. 2 vols. São Paulo: Casa Ed. Presbiteriana, 1959.

Fragoso, Myriam Xavier. "O Ensino Régio na Capitania de São Paulo (1759-1801)". Tese de ^Doutoramento, F.E. U.S.P., 1972.

Garcez, Benedito Novaes. Mackenzie. São Paulo: Casa Ed. Presbiteriana, 1970.

Goldman, Frank Perry. "As cartas de Miss Mary P. Dascomb ao Dr. Horace Manley Lane (1886-1907)", Anais do Museu Paulista XV (1961) 249-336.

_____. "As Cartas de Miss Mary Dascomb ao Dr. Horace Manley Lane (1908-1912)", Anais do Museu Paulista XVI (1962) 289-363.

_____. "Aspectos das migrações norte americanas após a guerra civil"
In História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II: O Brasil
Monárquico, vol: 3^o: Reações e Transações. pp. 261-273. Org. Sér-
gio Buarque de Holanda, São Paulo: D.E.L., 1967. 368

_____. Os Pioneiros Americanos no Brasil: Educadores, Sacerdotes,
Covos e Reis. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. "Uma Tentativa de Colonização no Litoral Sul de São Paulo por
Imigrantes Oriundos do Sul dos EEUU após a Guerra Civil", Revista
de História XIV (Jan - março, 1957): 3 - 20.

Gordon, Leonard H.D. "Charles W. Le Gendre: A Heroic Civil War Colonel
Turned Adventurer in Taiwan", The Smithsonian Journal of History
3 (Winter, 1968-69): 63-76.

Graham, Richard. Grã Bretanha e o início da modernização no Brasil
(1850-1914). São Paulo: Brasiliense, 1973.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. "O Ato Adicional e a Descentraliza-
ção do Ensino". Tese de Mestrado, Faculdade de Educação da U.S.P.
1969.

_____. O Ensino Secundário no Império Brasileiro. São Paulo: Grijal-
bo, U.S.P., 1972.

Holanda, Sérgio Buarque de. "As Colônias de Parceria" In História Geral
da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico, vol. 3^o:
Reações e Transações. pp. 245 - 260. Org. Sérgio Buarque de Holan-
da. São Paulo, D.E.L., 1967.

Horch, Rosemarie E. "Viajantes Estrangeiros no Brasil: Um ensaio Biblio-
gráfico", Revista de História XXXVI (Abril-junho, 1968): 533 -
537.

Janni, Otávio. "O Progresso Econômico e Trabalhadores Livres". In Histó

vol. 3º: Reações e Transações. pp. 297 - 319. Org. Sérgio B. de Holanda. São Paulo: D.E.L., 1967.

Jones, Judith Macknight. Soldado Descansa! Uma epopéia norte americana sob os céus do Brasil. São Paulo: Jarde, 1967.

Kauffman, Joseph F. A Educação nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Ed. "O Cruzeiro". s.d.

Kennedy, J.L. 50 anos de Metodismo no Brasil. São Paulo: Imprensa Metodista, 1928.

Kloppenburg, Boaventura. A Maçonaria no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1961

Léonard, Émile G. "Brasil - Terra de História", Revista de História I (Abril-junho 1950): 219 - 228.

_____. "O Protestantismo Brasileiro: Estudo de Eclesiologia e de História Social", Revista de História II (1951): 105 - 157, 329 - 379; III (1951): 173 - 212, 411 - 432; IV (1952): 165-177, 431-475; V (1952): 129 - 187, 403 - 443.

Lins, Ivan. História do Positivismo no Brasil. Brasileira, 322. São Paulo: Nacional, 1964.

Luz, Nícia Villela. "A Monarquia brasileira em face das repúblicas americanas", Anais do Museu Paulista XIX (1965): 93-106.

Mackenzie Centenário (1870-1970). Edição Comemorativa do centenário da fundação da Escola Americana. São Paulo, 1970.

Marrou, Henri-Irinée. Do Conhecimento Histórico. Lisboa: Aster, s.d.

Mattos, Odilon N. de "As Vias de Comunicação". In História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico, vol 4º. :

379
370

Declínio e queda da Monarquia. 42 - 60. Org. Sérgio B. de Holanda. São Paulo: D.E.L., 1971.

Mello Moraes, J. de "Farrapos do Passado". In Almanak de Piracicaba para 1955. pp.220-227. Org. Hélio M. Krahenbuhl. Ed. João Mendes Fonseca, 1955.

Menezes, João Gualberto de Carvalho. Direção de Grupos Escolares: Análise de Atividades de Diretores. Série I, Estudos e Documentos vol. 9. São Paulo: CRPE, 1972.

Menezes, Cortes Ten. Cel. Geraldo de. Migração e Colonização no Brasil. Coleção Documentos Brasileiros, 95. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

Moacyr, Primitivo. A Instrução e o Império: Subsídios para a História da Educação no Brasil. Brasiliana, 66, 87 e 121. 3 vols. São Paulo: Nacional, 1936-37-38.

_____. A Instrução e as Províncias: Subsídios para a História da Educação no Brasil (1835-1889). Brasiliana, 147, 147A, 147B. 3 vols. São Paulo: Nacional, 1939-40.

_____. A Instrução Pública em São Paulo. Brasiliana, 213, 213A. 2 vols. São Paulo: Nacional, 1942.

Moog, Vianna. Bandeirantes e Pioneiros: Paralelo entre duas culturas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

Morais Barros, Nicolau de. Discurso no 77º aniversário do Colégio Piracicabano. São Paulo: Assumpção e Teixeira, 1958.

Morse, Richard. Formação Histórica de São Paulo: de Comunidade à Metrópole. São Paulo: D.E.L., 1970.

Motta, Cássio. Cesário Motta e seu tempo. São Paulo, 1947.

Nabuco, Joaquim. Um Estadista do Império. 2 vols. São Paulo: Cia. Editora Nacional, Civilização Brasileira, 1936.

Oliveira Torres, J. Camilo de. A Democracia Coroada, Coleção Documentos Brasileiros, nº 93. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. História das Idéias Religiosas no Brasil: A Igreja e a Sociedade Brasileira. São Paulo: Grijalbo, 1968.

Overacker, Carlos H. Jr. "A Colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola". In História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico. vol. 3: Reações e Transações. pp. 220 - 244. Org. Sérgio B. de Holanda. São Paulo: D.E.L., 1967

Petrone, Teresa S. "A Imigração ^Assalariada". In História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico vol. 3º Reação e Transação. pp. 274 - 296. Org. Sérgio B. de Holanda. São Paulo: D.E.L., 1967.

Piracicaba - Org. Mário Neme, Ed. João M. Fonseca, Piracicaba, 1936.

Poliantéia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal em São Paulo 1846 - 1946.

Poliantéia Comemorativa do 1º quinquagenário da Fundação do Seminário Episcopal de São Paulo.

Poliantéia Comemorativa - Homenagem à Madre Teodora Voiron. Itú - 1959 1919. São Paulo: Escolas Profissionais do Liceu Salesiano S.Ce. de Jesus, 1919.

384
A
372

Pontes, Carlos. Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875. Brasília-
na, 13b. São Paulo: Nacional, 1939.

Ribeiro, Boanerges. O Padre Protestante. São Paulo: Casa Ed. Presbite-
riana, 1950.

_____. Protestantismo no Brasil Monárquico (1822-1888): Aspectos cul-
turais da aceitação do protestantismo no Brasil. São Paulo: Pionei-
ra, 1973.

Rodrigues, J.L. Um Retrospecto Histórico: Alguns Subsídios para a His-
tória pragmática do ensino público em São Paulo. São Paulo: Insti-
tuto Ana Rosa, 1930.

Rodrigues, Leda Maria Pereira (Madre M. Ângela C.R.). A Instrução Femini-
na em São Paulo: Subsídios para sua História até a Proclamação da
República. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1962.

Sampaio, João. Colégio Piracicabano. São Paulo: Assumpção, Teixeira,
1958.

Sampaio, Teodoro. "São Paulo no século XIX", O Estado de São Paulo.
Suplemento do Centenário. 7 de junho de 1975.

Santos, Célia Galvão Quirino dos. "As Sociedades Secretas e a formação
do pensamento liberal", Anais do Museu Paulista, XIX (1965):
51-59.

Santos, José Maria dos. Bernardino de Campos e o Partido Republicano
Paulista. Coleção Documentos Brasileiros, nº 105. Rio de Janeiro:
José Olympio, 1960.

Severo, Ricardo. O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo - Histórico,
Estatutos, Regulamentos, Programas, Diplomas. Oficinas do Liceu
de Artes e Ofícios, 1934.

382
A
3
373

Silva, Gastão Pereira da. Prudente de Moraes, O Pacificador. s.i.
Ed. Zélio Valverde, s.d.

Silveira, Peixoto. A Tormenta que Prudente de Moraes venceu. 2º ed.
Curitiba: Guaíra, 1942.

Taylor, William R. "Toward a Definition of Orthodoxy", Harvard Educational Review 36 (Fall 1966): 412 - 446.

Toledo, João. "Caetano de Campos : o Educador". Conferência realizada no Jardim de Infância em 13.9.1930. In Homenagem aos pioneiros do ensino em São Paulo. pp.34-45 .Org. J.L. Rodrigues, São Paulo: Instituto Ana Rosa, 1930.

Turabian, Kate L. A Manual for Writers of Term Papers, Theses, and Dissertations. 4º ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1973.

Tyack, David. "The Kingdom of God and the Common School", Harvard Educational Review 36 (Fall 1966): 447 - 469.

Veiga, Jair Toledo. "Igreja Metodista de Piracicaba: Esboço Histórico", Diário de Piracicaba, 1 de agosto de 1959.

_____. "O Colégio Piracicabano", Diário de Piracicaba, 13 e 17 de setembro de 1959.

Venâncio, Francisco, Filho. Contribuição Americana à Educação. Lições da Vida Americana, 2.

Villaça, Antonio Carlos. O Pensamento Católico no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

Wright, Antonia F.de Almeida. "Brasil:EEUU (1831/89)". In História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico, vol.4º Declínio e queda do Império. pp. 171-204. Org. Sérgio B.de Holanda São Paulo: D.E.L., 1971.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

8.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

MICROFILME N.º

38466

CONDEPHAAT

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO,
ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO

CERTIDÃO N.º: 0086

Nos termos do Provimento n.º 7/84, de 09/03/84, da Corregedoria Geral da Justiça, CERTIFICO, para os devidos fins, que o Senhor Secretário de Estado da Cultura, em consonância com o decidido pelo Egrégio Colegiado em sua Sessão Ordinária de 27/09/93, Ata n.º 977, baixou a Resolução n.º 27, de 15/12/93, pela qual foi tombado o INSTITUTO MACKENZIE CONFORME DISCRIMINADO A SEGUIR: 1-EDIFÍCIO DA REITORIA OU EDIFÍCIO MACKENZIE-P1; 2-EDIFÍCIO DA BIBLIOTECA CENTRAL-P1; 3-EDIFÍCIO DA FACULDADE DE DIREITO-P2; 4-CASTELINHO-P2; 5-GINÁSIO DE ESPORTES-P1; 6-RESIDÊNCIA DOS PROFESSORES-P2; 7-JARDINS COMPREENDIDOS PELO LIMITE DA RUA MARIA ANTONIA À RUA ITAMBÉ ATÉ O EDIFÍCIO N.º 7 DA PLANTA GERAL, INCLUSIVE O JARDIM ENTRE A FACULDADE DE ARQUITETURA E O EDIFÍCIO N.º 7 NA FRENTE DO CASTELINHO, MONUMENTOS AOS ALUNOS DO MACKENZIE MORTOS NA REVOLUÇÃO DE 32, NA ESQUINA DAS RUAS MARIA ANTONIA E ITAMBÉ, HERNIDA DE HORÁCIO LANE EM FRENTE À FACULDADE DE ARQUITETURA, nesta Capital, estando o mesmo devidamente inscrito no Livro de Tombo n.º 312, conforme dispõe o Artigo 139, do Decreto Estadual n.º 13.426, de 16/03/79.

São Paulo, 15 de agosto de 1.995.

Ribeiro de Almeida
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA

Presidente

8.º REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS

Av. Paulista, 1499 - Cj. 52 - Fone: 289-6448

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGIS-

TRADO EM MICROFILME SOB N.º 38460

São Paulo,

30 OUT. 95

[Handwritten Signature]
Geraldo José Elmagi Cunha - Oficial

Escritor Autorizado

Darcy Alves da Silva Cunha - Cristiane Assunção Duarte

Total pago

Esse valor inclui 27% devida ao Estado, 20% devida ao IPESP

SELOS E TAXAS RECOLHIDO POR VERBA

(Isento de Emols. Custas e Contribuições,
Art. 29, Lei Est. 4.476 de 20/12/84.)



INSTITUTO MACKENZIE

RUA ITAMBÉ, 45 - HIGIENÓPOLIS - CEP 01239-902
FONE: 236-9766 - FAX: 255-2388 - SÃO PAULO - SP

384
375

São Paulo, 08 de março de 1995.

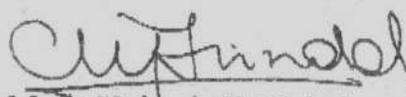
Ao
CONDEPHAAT
Av. Paulista, 2644
Fax: (011) 259-7696

À/C: Sra. Valquíria Abdo Ganeu

O Instituto Mackenzie, através de seu Setor de Engenharia de Segurança do Trabalho, vem solicitar a V.Sa. autorização para verificação e obtenção de cópias xerox da resolução do processo 24020/85 de tombamento da Universidade e Colégio Mackenzie, nesta capital.

Nosso telefone para contato é (011) 236-8438, e Fax (011) 255-2588

Atenciosamente,


Maria Yolanda T. Pinheiro
Eng^a de Segurança do Trabalho



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO,
ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTÁ
DO - C O N D E P H A A T -

AV. PAULISTA, 2644 - 19 E 20 ANDARES
CEP 01310-300

PARA: Sra. Maria Yolanda S. Pinheiro
FAX: 255-2588

DE: CONDEPHAAT/ _____

FONE/FAX: 259-7696

DATA: 12.03.96.

Nº DE PÁGINAS: 04, INCLUINDO ESTA.

Encaminhado, por fax, cópia da
resolução de tombamento do Institu-
to Mackenzie

12/03/96

Elizabeth

385
376



386
Rubrica

P. 24.021/85

377



Ano Rubrica

INSTITUTO MACKENZIE
FOTO: LAÉRCIO LUIZ JR.
ABRIL/194

FACULDADE
DE
ENGENHARIA

FAC. DE ENGENHARIA.





387
Ribeira

388

Do

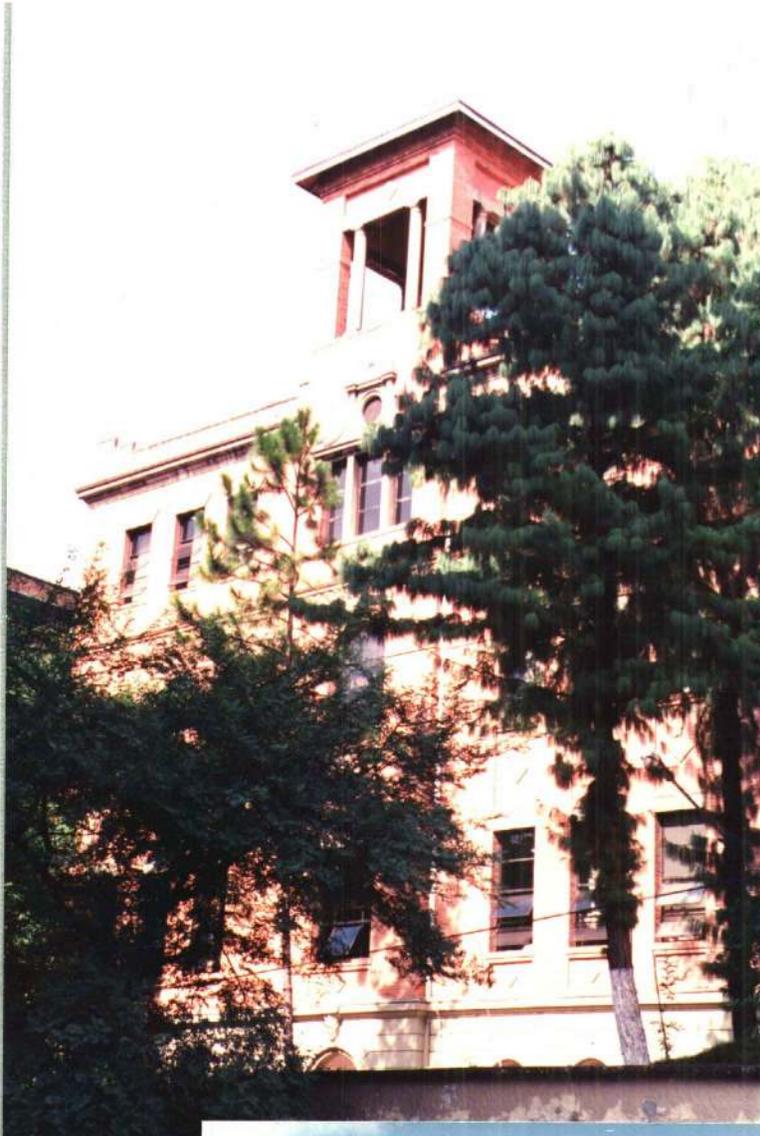
Número

Ano

Rubrica

24.021

85

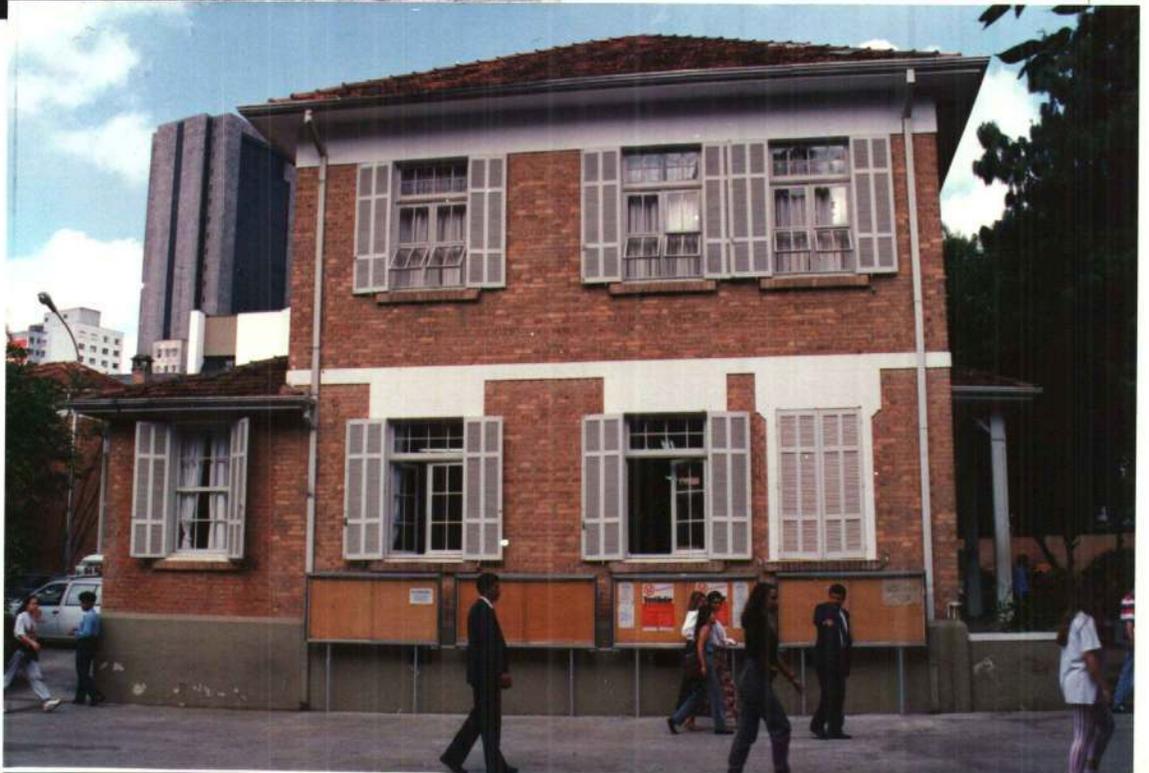


INSTITUTO MACARENZIE

FOTO: LACRÍO LIO JR.

ABRIL/94

EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO





388
Laércio Lilo

389

Do

Número

24.021

Ano

85

Rubrica

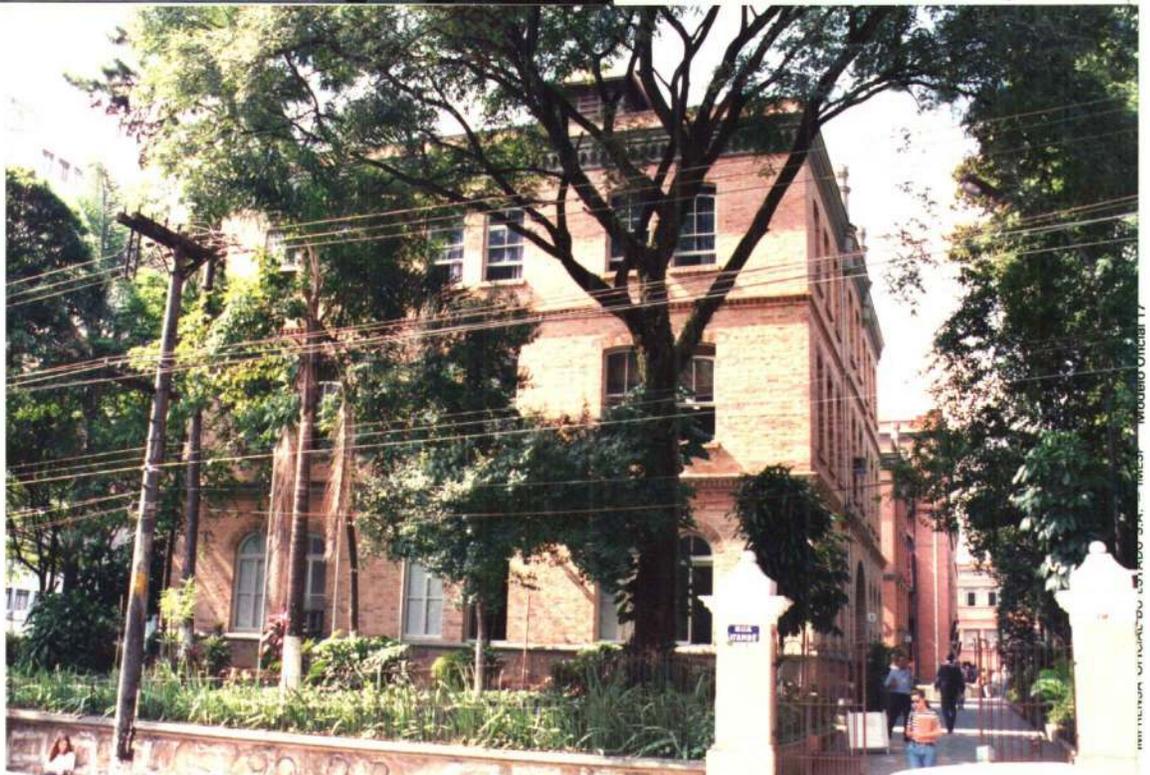


INSTITUTO MACKENZIE

EDIFÍCIO À ESQUERDA: REITORIA
" " DIREITA: BIBLIOTECA
CENTRAL

FOTO: LAÉRCIO LILO JR.
ABRIL/1984

ED. DA REITORIA - R. ITAMBÉ



www.instituto-mackenzie.com.br



389
W. Lourenço

Do

Número

Ano

Rubrica

24.021

85

380

INSTITUTO MACKENZIE



FACULDADE DE
LETRAS

FOTO: LAERCIO LILLO JR.
ABRIL 94



UNIVERSIDADE MACKENZIE

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 30511 DE 07/02/52
RUA ITAMBÉ, 45 - HIGIENÓPOLIS - CEP 01239-902
FONE: 236-8766 - FAX: 255-2588
SÃO PAULO - SP



390

381

FAU - 129/97

São Paulo, 06 de agosto de 1997

Senhor Presidente

Conforme entendimentos verbais, pretendemos plantar, como evento dos 50 anos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, muda da árvore "Pau-Brasil", no jardim do pateo entre o prédio 1 e o prédio 9, espaço tombado pelo CONDEPHAAT.

Para tal precisamos de autorização desse órgão que Vossa Senhoria preside, justificando que é na realidade substituição de árvore derrubada há tempos, que ameaçava tombar.

Atenciosamente

W. Kneese

Prof. Walter Saraiva Kneese
Diretor

CONDEPHAAT - Presidência

Em 07/08/97

Recebido por JOSÉ EDUARDO

Horas _____

Ilmo. Sr.
Arq. Carlos Henrique Heck
M.D. Presidente do
CONDEPHAAT

*do GP. of Movimentos
ofício
do 07/08/97*



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

CONDEPHAAT

39A
^
382

Ofício GP-1361/97

São Paulo, 12 de agosto de 1997.

Prezado Senhor,

Em atenção ao Ofício FAU-129/97, vimos informar Vossa Senhoria que não há impedimento para o plantio de árvore "Pau-Brasil" no jardim do Pátio situado entre os Prédios 1 e 9, na área da Universidade Mackenzie.

Esclarecemos que qualquer intervenção na área dessa Universidade deverá ser previamente analisada por este Órgão, tendo em vista tratar-se de bem protegido pelo instituto do tombamento.

Aproveitamos o ensejo para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


CARLOS H. HECK
Presidente

Senhor
Prof. WALTER SARAIVA KNEESE
DD. Diretor da FAU/Mackenzie
Rua Itambé nº 45
CAPITAL
01239-902

/emws.-

383

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Bem Tombado: Instituto MACKENZIE Proc. de Tomb. 24020/85 Res. 5027 15/12/83



Obs.: Fotos de autoria de Tereza C. R. Epitácio Pereira, de NOV. 87, a serem anexadas ao processo de tombamento.

384

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Bem Tombado: Instituto Mackenzie Proc. de Tomb. 24020/85 Res.: SC27 15/12/83



Foto: LAERCIO LICO JR. Data: ABRIL 94

Obs.: Fotos a serem anexadas ao processo de tombamento.

385

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Bem Tombado: Instituto Mackenzie Proc. de Tomb. 2402085 Res.: SCRT 15/12/93



Obs.: Fotos de autoria de Tereza C. R. Epitácio Pereira, de Nov 97, a serem anexadas ao processo de tombamento.

386

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Bem Tombado: Instituto MACKENZIE Proc. de Tomb: 24020/85 Res.: SCRT 15/12/83



Obs.: Fotos de autoria de Tereza C. R. Epitácio Pereira, de Nov. 87, a serem anexadas ao processo de tombamento.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha de Informação
Rubricada sob n.º
392
387 A

| | | | |
|----|--------|-----|---------|
| Do | Número | Ano | Rubrica |
| | 24020 | 85 | |

1. A SA para juntar ao respectivo processo.
~~para ser manifestação.~~
 GP/CONDEPHAAT, 24/08/97.


 Carlos H. Heck
 Presidente
 CONDEPHAAT

CONDEPHAAT
 Em 28/08/97
 Recebido por: SOLVANT
 Horas: 10:00